

Comunicação & Política no contexto da pandemia

breves reflexões

Arthur Ituassu
Camila Mont'Alverne
Camilo Aggio
Cristiano Rodrigues
Diógenes Lycarião
Emerson Cervi
Fábio Vasconcellos
Fernanda Cavassana
Fernando Lattman-Weltman
Janine Bargas
Liziane Soares Guazina
Marcelo Alves
Maria Helena Weber
Nina Santos
Viviane Gonçalves Freitas
Wilson Gomes
Wladimir Gramacho

COMPOLÍTICA

Rafael Sampaio
Rayza Sarmento
Viktor Chagas

Organizadores

Comunicação e política no
contexto da pandemia:
breves reflexões

Curitiba
Compolítica / Carvalho Comunicação
2021

2021, Direitos reservados aos autores e às autoras.

Os autores e as autoras são responsáveis pelo conteúdo de seus respectivos capítulos

UMA PUBLICAÇÃO DA



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA
www.compolitica.org

Diretoria 2019-2021

Prof. Rafael Cardoso Sampaio (UFPR)
Presidente

Profa. Rayza Sarmento (UFV)
Vice-presidente

Prof. Viktor Chagas (UFF)
Secretário

Projeto gráfico, capa e diagramação
Fernanda Cavassana

Editoração



Carvalho Comunicação CNPJ 29.339.056/0001-57

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela editora

S192c Comunicação e política no contexto da pandemia: breves reflexões /
Rafael Sampaio, Rayza Sarmento, Viktor Chagas (Organizadores)
– Curitiba: Compolítica / Carvalho Comunicação, 2021.

E-book. PDF. 134 p.

Vários autores.

ISBN 978-65-992120-2-4

1. Comunicação. 2. Ciência Política. I. Título. II. Organizadores

CDD - 320

Sumário

Introdução	7
<i>Por Rafael Sampaio, Rayza Sarmiento & Viktor Chagas</i>	
Os 50 dias que abalaram a Itália:	13
Comunicação e Política em tempos de Covid-19	
<i>Por Liziane Soares Guazina</i>	
A eficácia da hidroxicloroquina	23
<i>Por Camilo Aggio</i>	
A perversa narrativa presidencial e a comunicação pública	31
<i>Por Maria Helena Weber</i>	
Pandemia em dados:	41
Desafios de pesquisa na plataformização midiática	
<i>Por Marcelo Alves</i>	
Os riscos da infodemia em meio a uma pandemia	47
<i>Por Wladimir Gramacho</i>	
Crise política ofusca a Covid-19:	55
Editoriais dos grandes jornais brasileiros durante a pandemia	
<i>Por Camila Mont'alverne</i>	
Os limites dos poderes de agendamento do Presidente da República no contexto da pandemia	61
<i>Por Fábio Vasconcellos</i>	
Em meio a números exponenciais da Covid-19, corpos negros importam	67
<i>Por Viviane Gonçalves Freitas</i>	

Vulnerabilidade de povos e comunidades tradicionais é ainda mais exposta na pandemia	73
<i>Por Janine Bargas</i>	
A forma como se comunica Covid-19 também contagia	81
<i>Por Emerson Cervi</i>	
Fontes de informação nos discursos pró e contra Bolsonaro sobre a pandemia e a dinâmica de comunicação contemporânea	87
<i>Por Nina Santos</i>	
Com quem os fascistas falam?	93
<i>Por Diógenes Lycarião</i>	
#Blacklivesmatter:	97
Internacionalização das manifestações antirracistas e seu significado para o Brasil	
<i>Por Cristiano Rodrigues</i>	
Pandemia em ano eleitoral, eleições no ano da pandemia	105
<i>Por Fernanda Cavassana</i>	
De abismos e dissonâncias:	113
Comunicação em tempos de pandemia(s) (ou, adeus esfera pública)	
<i>Por Fernando Lattman-Weltman</i>	
Fim, transformações e o eclipse do público	119
<i>Por Arthur Ituassu</i>	
Deu tilt na esfera pública?	123
<i>Por Wilson Gomes</i>	
Do diálogo impossível às pontes comunicativas (“e o pulso ainda pulsa”)	129
<i>Por Fernando Lattman-Weltman</i>	

Introdução

Rafael Sampaio, Rayza Sarmiento e Viktor Chagas

(Diretoria Compolítica - Gestão 2019/2021)

O curso da vida ordinária foi alterado drasticamente a partir de meados de fevereiro de 2020, quando o primeiro caso de contaminação pelo novo coronavírus foi confirmado no Brasil. Para além da necessidade de respostas oriundas das Ciências Biológicas sobre formas de contágio, tratamento e vacinas, a pandemia mobilizou interpretações de diferentes áreas do conhecimento e um esforço das Ciências Humanas e Sociais em mostrar que a doença pandêmica tinha faces que se expressavam desde as desigualdades que se acentuaram aos impactos psicológicos nas vidas cotidianas. O campo da Comunicação e Política também ofereceu relevantes contribuições, especialmente diante do contexto brasileiro, em que o enfrentamento à pandemia esteve ao lado de crise política, trocas ministeriais importantes e um processo de negacionismo tanto de parte das elites políticas governamentais quanto da sociedade, que se refletiu fortemente nos discursos circulados por plataformas de redes sociais digitais e também em aplicativos de conversação direta, como exemplo do WhatsApp. Esta disputa discursiva na esfera pública também reforçou o antagonismo entre o jornalismo profissional de mídias massivas e o governo Bolsonaro em inúmeras ocasiões, gerando um ambiente informacional disruptivo, confuso e tomado por disputas e divisões de lado. Tudo isso e, claro, considerando-se as outras variáveis comuns à infectologia, parecem ter tido impactos para que a “queda da curva” de contágio tardasse a chegar no país.

Os textos reunidos neste e-book são ensaios breves sobre a pandemia no contexto nacional e internacional, especialmente na Itália. Os artigos de opinião foram publicados semanalmente entre março e agosto de 2020, no site da Associação Bra-

sileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, a Compolítica, como um boletim especial sobre o coronavírus. A convite da gestão atual da associação, doutores e doutoras vinculadas a onze universidades das cinco regiões brasileiras, contribuíram com reflexões acerca de diferentes nuances do mundo em pandemia, a partir desta área de atuação. A ideia de compilar tais contribuições neste volume é uma forma de documentar os debates escritos em meio aos acontecimentos, em um momento conturbado social e politicamente, que se estendeu mais do que esperado. Os ensaios estão dispostos na ordem cronológica de publicação, para preservar os diálogos que foram construídos entre os autores e autoras. Para esta apresentação, contudo, buscaremos aproximar os textos a partir de pontos de contato relevantes.

Iniciamos o boletim com a contribuição de Liziane Guazina, professora da Universidade de Brasília (UnB), que se encontrava em residência pós-doutoral na Itália. A pesquisadora aborda as mudanças na cobertura jornalística e nos padrões de comunicação dos líderes italianos diante da crise sanitária, que ameaçou “temporariamente a onipresença da liderança política mais popular do país, o populista Matteo Salvini (do partido de direita Lega Salvini Premier), até então dominante nas mídias sociais e nos programas de televisão mais populares”.

Camilo Aggio, docente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), usou a popularização em torno da hidroxiquina, como método de combate ao vírus, para abordar os desafios da comunicação fragmentada e da crise epistêmica. Diante das declarações do presidente Jair Bolsonaro e de seus apoiadores, o pesquisador, ironicamente, ressalta os perigos advindos da crise epistêmica, já que “em tempos de redes sociais digitais, ser especialista não demanda formação e conhecimento, mas a declaração e o constante reforço de que se tem alguma especialidade”. Por sua vez, o ensaio de Nina Santos, pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD/UFBA), evidencia as fontes de informação utilizadas por usuários do Twitter para manifestar apoio ao presidente, após um pronunciamento em defesa do fim do isolamento, trazendo entre elas páginas reconhecidas como produtoras e replicadoras de *fake news*.

A partir do cenário discursivo de dificuldade de enfrentamento ao coronavírus, Diógenes Lycarião (Universidade Federal do Ceará) provoca, ao perguntar “com que os fascistas falam?, um importante debate sobre a forma como atitudes arbitrarias e violentas são normalizadas. “ O que faz com que alguém, através dessa

propaganda, admire e dê suporte a um líder de claro viés autoritário? Em suma, quem são aqueles com quem os fascistas não apenas falam, mas conquistam o apoio e a admiração?”, questiona o pesquisador.

Wladimir Gramacho (UnB) também aborda os problemas da desinformação e o papel fundamental dos governos, sustentando que “o desenvolvimento de campanhas de comunicação contra pandemias não deve se ocupar apenas de difundir recomendações à população, mas também de reduzir desigualdades informacionais durante a fase emergencial.”

A distribuição de meios de comunicação no território nacional foi o objeto de discussão de Emerson Cervi (Universidade Federal do Paraná), a partir dos “riscos relativos”. O pesquisador ressalta que “a concentração das sedes dos meios de comunicação em regiões onde o impacto relativo da doença é menor e o enquadramento predominante como consequência dela, atrapalha a compreensão da dinâmica da doença”.

Especialmente voltados para a comunicação presidencial, foram os textos de Fábio Vasconcelos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e Maria Helena Weber (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Vasconcelos nomeia de “comunicação dessincronizada” o processo entre “políticas adotadas pelo Governo, as ações de fato, e as agendas e enquadramentos perseguidos pelo presidente, no momento em que imprensa e sociedade demonstravam um maior alinhamento sobre a percepção da crise”. Weber enfatiza de forma incisiva o “desprezo” pela comunicação pública, enquanto princípio normativo a guiar a comunicação governamental encarnada em Bolsonaro, esta imbuída de “requisitos próprios do autoritarismo e de uma perniciosa e inquietante estratégia para a qual o discurso científico (...) em nome da preservação da vida (interesse público) são ignorados.”

A relação entre a pandemia e o cenário pré-eleitoral de 2020 foi mobilizada por Fernanda Cavassana (UFPR), antes da fase de registro das candidaturas. A autora descreve como a pandemia já aparece na narrativa de possíveis candidatos (especialmente para as prefeituras), além da notável “padronização da comunicação pública de prestação de contas sobre as ações municipais para combate ao coronavírus”.

O papel dos editoriais dos jornais de referência no contexto pandêmico receberam atenção de Camila Mont’Alverne (UFPR), os quais se mostravam mais alinhados às orientações das autoridades de saúde pública, contrariando a narrativa

presidencial. A autora assinala que se trata do “primeiro ponto de discordância entre jornalismo e presidência, demonstrando que, em situações nas quais agentes políticos relevantes criam controvérsia quando ela originalmente não existiria, o assunto pode passar a ser alvo de editoriais”.

O impacto da covid-19 em populações já vulneráveis também se destacou no conjunto dos artigos. Em maio de 2020, ainda com a explosão de casos no Brasil e nos Estados Unidos, no estado americano de Minneapolis um policial branco asfixiou George Floyd, um homem negro que repetiu sucessivas vezes no vídeo viralizado - “I can’t breath”. As manifestações que tomaram os EUA e a repercussão destas para pensar as lutas antirracistas no Brasil foram trazidas na colaboração de Cristiano Rodrigues, do Departamento de Ciência Política da UFMG. Viviane Gonçalves Freitas, pós-doutora pela mesma instituição, retoma Achille Mbembe para falar da “desigual redistribuição da vulnerabilidade” e da forma como a pandemia acentuou as desigualdades interseccionais de gênero, raça e classe, historicamente existentes no Brasil - “mulheres que tinham nas faxinas a renda principal de suas famílias, deparam-se agora com a falta de comida para filhas/os e netas/os, enquanto aguardam a resposta se estão aptas a receber o auxílio emergencial do governo”.

Professora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Janine Bargas se preocupa com os limites da cobertura acerca da pandemia a partir dos povos tradicionais. Ela alerta para o agravamento da covid-19 em meio a essas populações a partir condições prévias de vulnerabilidade, cada vez mais acentuadas com o silenciamento desses povos e o “questionamento da legitimidade desses grupos perante suas reivindicações políticas e mesmo a perseguição pública sobre normas, lideranças e grupos que buscam seus direitos”.

O artigo de Marcelo Alves (Universidade Federal Fluminense) traz uma discussão acerca dos caminhos de pesquisa em Comunicação e Política a partir da vivência pandêmica, em que boa parte das Ciências Humanas e Sociais se voltou para o âmbito digital. Alves aponta para a necessidade de capacitação coletiva dos pesquisadores da área e do investimento em redes de colaboração para o desenvolvimento de estratégias metodológicas robustas com várias frentes - “num cenário desértico de acesso aos rastros digitais, um caminho seria publicizar materiais suplementares de artigos, como bases de dados com as variáveis utilizadas para que possam fomentar outras iniciativas de projetos acadêmicos”.

Por fim, o volume recupera ainda o diálogo entre alguns dos mais importantes pesquisadores da área, três ex-presidentes da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. A série de réplicas e trélicas se inicia com o provocativo ensaio de Fernando Lattman-Weltman (Uerj), que afirma que as evidências sugerem que a esfera pública estaria em xeque, face à intensa polarização política assumida pelo país, especialmente na segunda metade da última década. Arthur Ituassu (PUC-Rio) rebate o argumento do colega, chamando a atenção para a necessidade de acompanharmos as mudanças no significado do público e da opinião pública - ambos conceitos e processos afetados pelas tecnologias da comunicação, diz. Wilson Gomes, professor titular de teoria da comunicação da UFBA, também responde a Lattman-Weltman, concordando que o tempo é de “facções políticas”, como ele afirma, mas que isso não reflete o fracasso da esfera pública, senão um projeto particular que pretende minar a ação comunicativa, uma operação, segundo ele, insustentável a longo prazo. O diálogo segue ainda por uma última resposta, novamente de Lattman-Weltman, em que o pesquisador retoma seu argumento inicial e avalia que, longe de vaticinar o crepúsculo de um conceito, seu objetivo era, de fato, ponderar sobre uma conjuntura política específica.

As medidas sanitárias de combate à pandemia, a demanda por dados públicos e atualizados em tempo real sobre a doença, o isolamento social, a necessidade de ensino e trabalho à distância, o reposicionamento do jornalismo profissional e da divulgação científica para o centro do debate público, assim como a expansão de discursos populistas, negacionistas e recheados de fakenews e desinformações são alguns dos elementos que, neste momento, são vistos como o “novo normal” em termos de democracia e de comunicação política. Em outras palavras, apesar de ainda ser cedo para se afirmar, é possível que a pandemia da covid-19 tenha efeitos em longo prazo em diversos aspectos da organização humana em todo o globo. Entendemos que - breves, mas densos - os textos aqui reunidos, escritos no “calor da hora”, são um registro importante, de múltiplas vozes da Comunicação e Política brasileira, diante dos desafios cotidianos, políticos e acadêmicos impostos pelo coronavírus.

Curitiba/Viçosa/Rio de Janeiro,
Outubro de 2020.

“ *Após o pico da emergência sanitária e com pressões fortes de setores da indústria e do turismo para voltar à normalidade, é difícil prever se as estratégias de hiper-exposição midiática dos líderes políticos vão mudar e se a dinâmica de forças políticas vai se alterar efetivamente.*

- Guazina

OS 50 DIAS QUE ABALARAM A ITÁLIA: COMUNICAÇÃO E POLÍTICA EM TEMPOS DE COVID-19

Liziane Soares Guazina

Ao se percorrer os acontecimentos dos últimos quase dois meses na Itália, é possível observar como a chegada da COVID-19 na Itália impactou profundamente a agenda pública italiana. Neste texto, discuto como os rumos do debate político foram se alterando, e o equilíbrio instável entre as forças políticas dominantes na cena pública passou por mudanças, ameaçando temporariamente a onipresença da liderança política mais popular do país, o populista Matteo Salvini (do partido de direita Lega Salvini Premier), até então dominante nas mídias sociais e nos programas de televisão mais populares.

Obviamente, a discussão é feita no calor dos acontecimentos e os desdobramentos decorrentes da pandemia serão estudados por muito tempo. Toda e qualquer análise não abarcará suficientemente a velocidade e a complexidade do que ocorreu nos últimos 50 dias, especialmente na Lombardia, a partir do primeiro caso comunitário positivo identificado, em 21 de fevereiro de 2020.

Mesmo assim, vale relembrar um pouco os acontecimentos. Em janeiro, mesmo com as notícias do aumento de casos na China, o ministro da Saúde italiano, Roberto Speranza, garantia que não havia razões para alarmismo. Outras autoridades, receosas dos impactos de uma epidemia na economia, também se posicionavam contra uma possível “infodemia”. Estes posicionamentos não só tinham a intenção de tranquilizar a população, mas também constituíam uma resposta às lideranças de oposição como Matteo Salvini (da Lega) que defendiam medidas duras logo no início, vinculadas à percepção de cunho xenófobo de que imigrantes e refugiados poderiam trazer o vírus para o país.

Mas, no final do mês, após a internação no Hospital Spallanzani, de Roma, de um casal de turistas chineses e uma série de indicações de que mais casos externos poderiam ser identificados, inclusive entre italianos que chegavam da China, o governo italiano foi o primeiro no continente europeu a proibir voos entre Itália e o país asiático, e a suspender a concessão de vistos de entrada ao país para pessoas vindas do território chinês¹. Ainda assim, até aquele momento, a população ainda parecia alheia ao potencial estrago que o SARS-COV-2 poderia causar na vida das pessoas e no sistema público de saúde.

Quando o assessor de Welfare da Região da Lombardia, Giulio Gallera, anunciou o primeiro caso positivo comunitário, em 21 de fevereiro, (o chamado paciente 1, um executivo da UniLever de 38 anos que nunca havia visitado a China e que ficou 18 dias na UTI até se recuperar), o que se viu foi uma corrida das autoridades locais, regionais e nacional para aplicar medidas de contenção, e uma queda-de-braço entre regiões e o governo do Primeiro Ministro Giuseppe Conte para fazer valer regras díspares no território.

No mesmo dia 21, outros 14 casos foram identificados na Lombardia. Nunca foi encontrado quem contagiou o paciente 1 e já se sabe, por pesquisas do Hospital Spallanzani com sequenciamento genético, que o vírus chegou à Itália vindo do sul da Alemanha, onde ocorreu o primeiro caso oficial de contaminação na Europa.

O agravamento da situação da Lombardia e do Vêneto, duas das regiões mais ricas da Itália e governadas pelo partido Lega Salvini Premier, levou ao fechamento das primeiras cidades atingidas, consideradas zona vermelha, ao fechamento de escolas e universidades em toda a região da Lombardia e, duas semanas depois, em 8 de março, ao Lockdown completo da Itália.

A identificação oficial de casos comunitários no final de fevereiro e o aumento rápido do número de casos de contágio no início de março constituíram ponto de inflexão que levou a uma mudança visível na agenda midiática, como é de se esperar, mas também a uma alteração, ao menos temporária, na correlação de forças e na participação dos atores políticos no espaço público de discussão.

Do ponto de vista de agenda midiática, há de se considerar que, naquele período inicial de janeiro, o tema do coronavírus era ainda secundário na mídia tradicional italiana. Dados do jornal *Corriere della Sera* ilustram esta perspectiva: em janeiro, foram publicados apenas 195 textos com citação direta sobre o coronaví-

rus. Em fevereiro, há um salto para 1569 textos, em março, quando a crise alcançou seu ápice, passou para 6.152.

Importante notar que a agenda político-midiática italiana, nos últimos anos, tem sido ocupada, em boa parte, por temas bem conhecidos dos pesquisadores italianos: imigração (especialmente, o desembarque de barcos de Organizações não-governamentais nos portos italianos, com destaque internacional, desde 2019, para o caso do barco *Open Arms* e de sua comandante Carola Rackete), o pagamento de taxas e impostos, e as intensas disputas políticas em relação ao governo. Atualmente, o governo é liderado pelo Primeiro Ministro Giuseppe Conte e sustentado pelo Partido Democrático (de centro-esquerda) e pelo Movimento Cinque Stelle após a queda de Matteo Salvini do governo em agosto de 2019 (no que muitos analistas italianos apontaram como estratégia político-eleitoral do líder populista para forçar novas eleições e se tornar o Primeiro Ministro).

Entre dezembro e janeiro de 2020, havia destaque especial, por exemplo, para os desdobramentos da corrida eleitoral para governo da região da Emilia-Romagna; a emergência nas ruas do movimento dos jovens chamados *Sardine* (sardinhas), que haviam saído às ruas contra Salvini em nome da democracia, e para o polêmico processo de investigação contra Salvini por impedir o desembarque de imigrantes. O coronavírus ainda não era o tema dominante da agenda midiática no início do ano. Ainda em janeiro, quando o tema do novo coronavírus era abordado por políticos como Matteo Salvini e Georgia Meloni (Fratelli d'Italia), ambos de direita, era notadamente enquadrado dentro dos limites da agenda política conservadora italiana: diretamente relacionados à questão da imigração, à casos de preconceito e discriminação em relação aos chineses da comunidade local ou turistas, e aos impactos diretos na economia, particularmente no setor de turismo, que é grande e importante no país. Um post de Salvini no Facebook em 29 de janeiro ilustra este enquadramento: “Parece normal a vocês que no resto do mundo fechem fronteiras, bloqueiem os voos e coloquem em quarentena quem chega da China, enquanto na Itália abram os portos?” (fazendo alusão à política do governo Conte de acolher os imigrantes refugiados). O post obteve 23.120 curtidas.

No entanto, conforme agravava-se a situação no sistema de saúde, a avalanche de informações sobre o novo coronavírus desafiava a prática de capturar e encapsular um tema em benefício político próprio. Além de ser um tema que emergiu

de fora do contexto político italiano, exigia conhecimento científico mais apurado para um posicionamento que ganhasse repercussão com o crescimento alarmante do número de contagiados, internados e mortos. Como um navio que se descobre em alto mar durante uma tempestade com rombos no casco, no início de março, o governo central em Roma e os políticos italianos dos mais diversos matizes perceberam que a situação era pior do que gostariam e mudava com muita rapidez em direção ao abismo.

Na Itália pré-coronavírus, os líderes políticos mais populares, como Salvini, posicionavam-se sobre todos os aspectos cotidianos da vida italiana explorando, a seu favor, as múltiplas facetas da política pop e do senso de identidade dos italianos das diferentes regiões: hábitos alimentares, datas festivas, memórias dos tempos de guerra, relação com a natureza, etc. Posts de Salvini com a filha, como o publicado no Facebook no dia 3 de janeiro (intitulado “Papà felice”/ Papai feliz), por exemplo, alcançou 49.394 curtidasⁱⁱ.

Isso ocorria não somente em relação à agenda estritamente política de governo e oposição, com seus embates com o atual governo de Giuseppe Conte, mas a partir de estratégias de apropriação e reframing dos temas com maior audiência nas mídias sociais digitais, sem distinção entre o que é cultural e o que é político.

Para se ter uma ideia da força da máquina de mídia digital das forças políticas de direita na Itália, deve-se observar alguns números do Facebook nos últimos 5 anos: de janeiro de 2014 para outubro de 2019, Salvini saltou de 59.693 seguidores para quase 4 milhões (3.802.291). Neste mesmo período, Georgia Meloni passou de 69.948 para 1.244.808. Os únicos políticos que fazem frente a esses números são aqueles ligados ao Movimento Cinque Stelle, com forte discurso antistablishment: Beppe Grilo, fundador do M5S, é o segundo político com mais seguidores no mesmo período: se manteve estável de 1.428.029 para 1.991.399, e Luigi di Maio, atual Ministro das Relações Exteriores, que saltou de 41.332 em 2014 para 2.184.912 em 2019 (CARONE; CAVALLARO, 2019; GABANELLI; RAVIZZA, 2019).

Somente Salvini dispõe de uma equipe (chamada de “La Bestia”) com 35 profissionais que trabalham diariamente na definição de estratégias de comunicação digital. De janeiro a outubro de 2019, ele publicou uma média de 16 posts no Facebook e recebeu a média de 3,8 milhões de likes ao dia (idem, 2019). Já em janeiro de 2020, ele já tinha alcançado 4 milhões de seguidores, com uma média diária de

28 postagensⁱⁱⁱ. Suas publicações são compartilhadas por chat de Whatsapp para cerca de mil seguidores que compartilham em seus próprios canais digitais. Como em um jogo de espelhos, a estratégia Salviniana de hiper-presença está baseada em ocupar e manter a visibilidade ao máximo possível em três espaços: televisão, rede (digital) e território. Vídeos, anúncios de eventos e declarações bombásticas de ataque aos adversários se revezam com entrevistas nos principais canais de televisão e intensa programação de eventos em todo o território italiano. Para intensificar a captura das temáticas relevantes nas redes, a equipe utiliza softwares para identificação do tema mais discutido do dia e pesquisas de opinião para verificar a aprovação dos posicionamentos (GABANELLI; RAVIZZA, 2019; CARONE; CAVALLARO, 2019).

Se na década de 1990, a figura de Silvio Berlusconi explorou de forma bem sucedida na televisão o mix de política-espetáculo, fofocas e detalhes da vida privada com a suposta defesa dos interesses dos italianos pequeno empreendedores “acima de tudo”, nos anos 2000, o ativismo digital do comediante e mentor político Beppe Grillo ultrapassou as barreiras que ainda havia entre política, informação e entretenimento, e levou à criação do Movimento Cinque Stelle, claramente fundamentado em discursos personalistas e anti-stablishment, e que emergiu como a grande novidade dentro do sistema político-partidário (MAZZOLENI; BRACCIALE, 2019, p. 13-17).

A lógica da viralização, desintermediação e neointermediação em plataformas digitais privadas lideradas por algoritmos é explorada de forma profissional, notadamente pelos políticos de direita, a partir de um repertório renovado do mix informação e entretenimento aprendido com seus antecessores berlusconianos: 1) presença constante na mídia tradicional, nas mídias sociais digitais, e também em comícios e eventos; 2) ênfase na personalização e auto-promoção, com exploração da intimidade, do *lifestyle* e de estratégias de celebridades e o 3) uso de *storytelling*, que “molda” narrativas em polarização para serem debatidas à exaustão pelos italianos nas mídias sociais (idem, 2019).

Entretanto, o uso profissional dos recursos desta lógica complexa de hiper-visibilidade em um contexto de política pop e de retórica populista disseminada (MAZZOLENI; BRACCIALE, 2018), foi desafiado, repentinamente, com outras lógicas advindas da emergência. Neste sentido, o dia 21 de fevereiro pode ser entendi-

do como um marco histórico e simbólico da mudança, e duas semanas depois, em 8 de março, quando houve a explosão de casos e o fechamento completo do país, especialistas da saúde como virologistas, epidemiologistas, imunologistas, intensivistas de Pronto Socorros de hospitais e membros da Proteção Civil passaram a ocupar os principais programas de debates na televisão, como *Porta a Porta*, *Dritto e Rovescio*, entre outros, além de capas de jornal, e a publicar, eles próprios, nas mídias sociais digitais, informações sobre o caos no sistema público de saúde do norte da Itália.

Além disso, o presidente do Conselho de Ministros, o Primeiro Ministro Giuseppe Conte, figura pública mais habituada a gabinetes e espaços acadêmicos (ex-professor universitário de Direito), passou a aparecer com destaque na mídia, e a fazer transmissões oficiais ao vivo em streaming pelo Facebook com as últimas decisões governamentais. Conte, considerado politicamente independente, foi alçado ao posto de Primeiro Ministro “técnico” por indicação do Movimento Cinque Stelle em 2018, quando o partido e a Lega formaram o governo. Foi justamente neste ano que sua página oficial no Facebook foi criada. Atualmente, já em seu segundo momento como Primeiro Ministro, sob o acordo entre o Movimento Cinque Stelle e o Partido Democrático, ostenta 3,6 milhões de seguidores e um total de 2,8 milhões de curtidas (16/04/20). Junto com ele, apareciam em onipresença nos canais de televisão, governadores de regiões (especialmente Attilio Fontana, da Lombardia, e Luca Zaia, do Vêneto), e prefeitos das cidades mais atingidas como Bergamo, Milão e Brescia.

Até mesmo o jornal *Líbero*, politicamente alinhado à direita e apoiador de Salvini, declarou em capa online de 21 de março de 2020 que o “os italianos premiam Giuseppe Conte. Não obstante os atrasos nas decisões para fazer frente à emergência, o premiê sai fortalecido”^{iv}. Outra pesquisa, realizada pelo Instituto Ipsos para o *Corriere della Sera*, considerado um jornal de referência e de centro, publicada em 29 de março de 2020, também mostrou a ascensão de Conte e do governo na aprovação dos italianos, especialmente depois das medidas restritivas do 8 de março: 56% aprovavam o governo e 61% aprovavam o Primeiro-Ministro. Na sequência imediata, apareciam Georgia Meloni, com 41%, Matteo Salvini, com 39%, o ministro da Saúde, Roberto Speranza, com 33%. Líderes do Partido Democrático aparecem na lista com índices em torno dos 30%, assim como Luigi di Maio, do

Movimento Cinque Stelle^v.

Após o pico da emergência sanitária e com pressões fortes de setores da indústria e do turismo para voltar à normalidade, é difícil prever se as estratégias de hiper-exposição midiática dos líderes políticos vão mudar e se a dinâmica de forças políticas vai se alterar efetivamente. De um lado, os erros cometidos na gestão da crise do coronavírus na Lombardia, reduto político da Lega, onde cerca de 30% do sistema de saúde é privatizado, tem colocado líderes do partido na defensiva. Entre os temas mais espinhosos, está a continuação de contágios em Milão, o escândalo das casas de repouso, onde centenas de idosos faleceram por Covid-19 (que está sendo investigado por negligência, e a não-declaração de zona vermelha em Bergamo (a cidade não foi fechada como as outras mais atingidas por pressão dos empresários locais, o que poderia ter sido feito pelo governo da Região, a exemplo da Emilia Romagna) (GABANELLI; RAVIZZA, 2020).

De outro lado, as tensões com a União Européia relacionadas à ajuda financeira para a Itália, e as divisões da opinião pública italiana sobre a relação entre o país e a Europa, aumentam a crise política e econômica, e fortalecem o caminho para os temas preferidos dos soberanistas italianos. Em pronunciamento no Facebook em 10 de abril de 2020, curtido por 308 mil pessoas e com 169 mil comentários, Giuseppe Conte utilizou tempo de fala para atacar diretamente Matteo Salvini e Georgia Meloni em função das críticas que recebeu sobre a posição da Itália no contexto europeu. O uso de tempo oficial para uma crítica direta foi alvo de descontentamento de jornalistas independentes respeitados, como Enrico Mentana, e desagradou também parte dos italianos.

Qual caminho político, portanto, a Itália seguirá, ainda é difícil dizer. O que se pode afirmar, com certeza, é que o peso dos mortos e contaminados por Covid-19 jamais será esquecido. A emergência do coronavírus é um divisor de águas na forma como os italianos vêem a si mesmos, seus líderes políticos e a própria Europa.

Notas

ⁱ Cf. <https://www.agi.it/cronaca/news/2020-02-23/coronavirus-italia-morti-7175602/>

ⁱⁱ Levantamento junto à Fanpage Karma/Top posts).

ⁱⁱⁱ Levantamento junto à Fanpage Karma.

^{iv} https://www.liberoquotidiano.it/news/politica/21425783/sondaggio_reputation_science_giuseppe_conte_matteo_salvini_divario_ampio_favore_premier.html

^v https://www.corriere.it/politica/20_marzo_29/coronavirus-sondaggio-piu-fiducia-conte-governo-lega-31percento-pd-m5s-ripresa-bedecf12-712d-11ea-a7a6-80954b735fc3.shtml

Referências

CARONE, Martina e CAVALLARO, Matteo. Salvini Social. In: DIAMANTI, Giovanni e PREGLIASCO, Lorenzo (orgs.). **Fenomeno Salvini**: chi è, come comunica e perché lo votano. Rome, Lit Edizione, p. 45-87, 2019.

CORRIERE DELLA SERA. Sondaggio politico | Conte, sale il gradimento. Cresce Meloni, Lega al 31%, Pd e M5S in ripresa. Publicado em 29/03/2020. Disponível em: https://www.corriere.it/politica/20_marzo_29/coronavirus-sondaggio-piu-fiducia-conte-governo-lega-31percento-pd-m5s-ripresa-bedecf12-712d-11ea-a7a6-80954b735fc3.shtml

GABANELLI, Milena. e RAVIZZA, Simona. Matteo Salvini e «La Bestia»: come catturare 4 milioni di fan sui social. **Corriere della Sera**, 20/10/2019. Disponível em: <https://www.corriere.it/dataroom-milena-gabanelli/matteo-salvini-la-bestia-come-catturare-4-milioni-fan-social-facebook-twitter-instagram/a00069d2-f33f-11e9-ad64-4488d500d2a2-va.shtml>

GABANELLI, Milena. e RAVIZZA, Simona. Coronavirus, perché tanti morti in Lombardia? Le 6 domande inevitabili. **Corriere della Sera**, 15/04/2020. Disponível em: https://www.corriere.it/politica/20_aprile_15/coronavirus-tutti-errori-lombardia-perche-cosi-tante-vittime-487d0cb8-7e88-11ea-9d1e-3b71f043fc58.shtml

LIBERO. Sondaggio di Reputation Science, Giuseppe Conte e Matteo Salvini un divario sempre più ampio a favore del premier. Publicado em 21/03/2020. Dispo-

nível em: https://www.liberoquotidiano.it/news/politica/21425783/sondaggio_reputation_science_giuseppe_conte_matteo_salvini_divario_ampio_favore_premier.html

MAZZOLENI, Gianpietro e BRACCIALE, Roberta. **La Política Pop online**. Bolonha, Il Mulino, 2019.

MAZZOLENI, Gianpietro e BRACCIALE, Roberta. In: Socially mediated populism: the communicative strategies of political leaders on Facebook. **Palgrave Communications**, 2018, p. 1-10. DOI: 10.1057/s41599-018-0104-xDOI: 10.1057

SOBRE A AUTORA

Liziane Soares Guazina é Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. Doutora em Comunicação com Pós-doutorado no Departamento de Ciência Política da Università degli Studi di Milano.

“ *O horizonte de disputas pela construção de uma narrativa que se faz verdadeira por muitos não precisa passar pelo conhecimento ou simplesmente respeito do discurso de alguma autoridade especializada em algo: em tempos de redes sociais digitais, ser especialista não demanda formação e conhecimento, mas a declaração e o constante reforço de que se tem alguma especialidade.*

- Aggio

A EFICÁCIA DA HIDROXICLOROQUINA

Camilo Aggio

Sento-me para escrever este texto numa manhã ensolarada de sábado, em devida quarentena, alguns minutos depois de ler uma nova pesquisa DataFolha sobre as desventuras brasileiras sob o comando do bolsonarismo. Dois dias após o previsível desfecho da novela envolvendo o longo processo de demissão de Luiz Henrique Mandetta do cargo de ministro da saúde de um governo doentio, o instituto mostrou – para o susto de muitos – que o grande apoio popular ao hoje ex-ministro da saúde diante de sua atuação frente à crise do coronavírus não corresponde, nem em termos proporcionais, a um esfacelamento da popularidade do atual presidente da República.

O DataFolha mostrou que a proporção que aprova o desempenho de Jair Bolsonaro é tecnicamente equivalente à proporção dos que o desaprovam, segundo a margem de erro: 38% consideram o comando de Bolsonaro ruim/péssimo e 36% consideram ótimo/bom, mas com um detalhe importante: 23% consideram o desempenho regular. Isso significa que se considerarmos as fatias de ótimo/bom e regular, Jair Bolsonaro vem amalhando uma situação confortabilíssima, uma vez considerando suas pregações anticientíficas, a adesão a tudo que é contrário aos melhores protocolos internacionais para o combate da pandemia do novo coronavírus, sem mencionar as afrontas ao bom senso, algo criminosas, ao desrespeitar o isolamento social abraçando pessoas nas ruas, coçando os olhos e o nariz em público, criando eventos mediáticos em torno disso.

A saída de Mandetta provocou outros pannels, que já haviam acontecido durante alguns dos pronunciamentos feitos pelo presidente da República. Em muitos

fóruns de discussão política online, sustentei que não deveriam confundir os painéis dessas ocasiões com uma reprovação a Jair Bolsonaro. Obviamente que elas – as reprovações – existem, mas em coexistência com aqueles que estão protestando, pontualmente, contra uma decisão do presidente e não contra o conjunto de suas ações ou qualidades. Essa pesquisa DataFolha reforça meu ponto, assim como uma outra sondagem de opinião do mesmo instituto reforçou o alerta que fiz a uma pesquisa anterior que tratava a desaprovação de Jair Bolsonaro diante da crise do novo coronavírus como um equivalente ao nível de sua popularidade. Falso.

O mesmo instituto, posteriormente, demonstrou que quase 60% dos brasileiros eram, e provavelmente continuam sendo, contra a renúncia do presidente. Uma hipótese enamorada da teoria da escolha racional poderia ser usada para especular que essa maioria de brasileiros está apenas pensando na estabilidade da democracia, da necessidade primordial de que mandatos sejam cumpridos como regem as normas de uma boa democracia. Ledo engano. A mesma pesquisa mostrou que para 52% dos brasileiros, Jair Bolsonaro reúne as qualidades necessárias para liderar esse País em que 57,7 milhões o elegeram para presidente da República em 2018.

A fila de espantados é longa. Tanto quanto a dos desencantados, desnortados e frustrados que, mais uma vez – provavelmente desde que Bolsonaro começou a aparecer como possibilidade eleitoral – apostaram que “dessa vez ele se estrepa aos olhos, corações e mentes dos brasileiros”. Mais uma vez erraram, assim como erraram tantos preparados e demonstrativamente inteligentes quando apostavam, dia sim, dia também, até outubro de 2018, que Jair Bolsonaro tinha batido no seu teto. O teto de eleitores. Começou com os 7% e, tirando um ou outro momento de estagnação, não parou mais de subir.

Enfim, como pode um presidente da República demonstrativamente ignorante, despreparado, belicoso e perigoso, que afronta o bom senso, a Ciência, desdenha das evidências, faz pouco caso das eminentes milhares de mortes de brasileiros, que incita a população a se atirar do precipício para aglomerações em espaços públicos ou privados, que insiste numa solução de cura mágica, visto não haver qualquer comprovação de eficácia, que esconde um teste que pode ser positivo para a COVID-19 – sem mencionar a sua ficha corrida de insultos, discriminações e agressões? Como pode ainda estar em posição tão confortável

depois de demitir um ministro tão bem quisto pela maioria dos brasileiros, como evidenciado acima? Como pode um absurdo, de cabo a rabo, continuar forte no jogo da disputa pela adesão popular?

Talvez seja justamente por tudo isso.

Se o Brasil não é para principiantes, como disse o maestro Antônio Carlos Jobim, o bolsonarismo não é para distraídos, afoitos e afeitos ao uso de categorias eficientes do passado que falharam em explicar o nosso presente. São muitas as hipóteses e argumentos para explicar esse fenômeno político. Não tenho as páginas necessárias para fazê-lo, portanto, atendo-me a uma dimensão fundamental, imprescindível para tanto: a comunicação política. E é nela que se posta, certamente, o nosso maior desafio.

Não precisa ser simpático a Jair Bolsonaro e a seu bolsonarismo – pode-se despreza-los moral e politicamente, como eu desprezo todo e qualquer bolsonarista – para reconhecer uma coisa tão óbvia: a organização desse movimento político se sustenta, fundamentalmente, pelo modo como interpreta o estado das coisas e das pessoas nesse País e como com tudo isso se entrelaça. A própria eleição de Jair Bolsonaro já denota que os tempos da comunicação e seus potenciais efeitos são outros: sem partido (apenas um puxadinho de sigla), sem grandes doações, tempo irrisório de rádio e televisão, sem destaques positivos na grande imprensa, sem alianças e coligações, sem qualquer capital e recall eleitoral em nível nacional, Bolsonaro já tinha 30% no Acre em março de 2018, como lembrou Nizan Guanaes, emendando: “De onde veio esse cara no Acre?”

Não chegou por meio da grande imprensa. Também não chegou de avião, nem de ônibus, nem andando ou através de correligionários, fundamentalmente. É mais do que plausível que sua aproximação e conquista de predileção se deu por meio da comunicação digital. E chegou com mensagens que os filtros da grande imprensa bloqueariam no nascedouro. A descentralização da comunicação – ou desintermediação, como chamam alguns – está no cerne da ascensão de radicalismos de extrema-direita ao redor do mundo. No Brasil não é diferente. E não se trata de sustentar uma teoria “hipodérmica” da comunicação elegendo o povo brasileiro como um amontoado de gente acrítica, cognitivamente vulnerável, manipulável. Mas sujeitos com convicções, valores, disposições e pré-disposições que fizeram e fazem de Jair Bolsonaro e seu movimento, por meio da publicidade de sua persona moral

e política, uma peça que pode se encaixar normativamente a esse contingente de brasileiros. Talvez eles, os Bolsonaro, entendam o espírito do tempo melhor do que seus opositores.

E aqui entra um elemento fundamental, como chamam muitos autores, a exemplo de Yochai Benkler, Robert Faris e Hal Roberts no livro *Network Propaganda: vivemos uma crise epistêmica*. Se não crise, ao menos um momento singular do modo como a verdade é construída em regimes democráticos. Os tradicionais “gatekeepers” do projeto moderno de democracia já não são mais os únicos – e talvez nem os mais fortes e importantes – a lidar com a opinião pública com enormes vantagens face a outros jogadores desse certame: os fluxos digitais abertos de circulação e propagação – tanto quanto potencialmente opacos, de difícil monitoramento e controle – de informação e conteúdos criaram novos grupos sociais e políticos e novos líderes de opinião. E “novos” não é sinônimo de novas criaturas, mas novos conjuntos de pessoas: a agregação de comuns, antes distantes, e agora descobertos, reconhecidos e unidos. E muitos desses criaram vínculos de pertença e identidade em que a produção da verdade, de suas crenças e princípios fundamentais, se dão por meio do regime de produção e consumo de informações e conteúdos afinados ao que entendem como uma ideia real de verdade.

A verdade na construção dos climas de opinião já não é mais construída prioritariamente pelas janelas da grande imprensa, nem mesmo dos cânones científicos por meio da mesma grande imprensa. O horizonte de disputas pela construção de uma narrativa que se faz verdadeira por muitos não precisa passar pelo conhecimento ou simplesmente respeito do discurso de alguma autoridade especializada em algo: em tempos de redes sociais digitais, ser especialista não demanda formação e conhecimento, mas a declaração e o constante reforço de que se tem alguma especialidade. Não é à toa que Kim Katagiri dá palestras sobre Liberalismo, política carcerária ou mesmo uso de agrotóxicos. Desse modo, igualmente, Olavo de Carvalho se torna filósofo e Bela Gil referência na área de odontologia ao recomendar o descarte de cremes dentais com flúor para dar lugar ao uso de cúrcuma para higienizar os dentes. Trata-se da materialização perversa do que vislumbrou Andrew Keen com o seu “*The Cult of the Amateur*”, publicado originalmente em 2007.

É exatamente nesse território em que surfa o bolsonarismo, principalmente neste momento tão delicado. Com investimento, articulações centrais e também

descentralizadas nas redes digitais. E aqui, ao menos para mim, nasce um outro sinal de alerta muito bem amparado por mais um prognóstico feito por muitos e já prontamente invalidado pelas pesquisas mencionadas no início desse texto: não faltam os que apostam no fim, na derrota de Jair Bolsonaro, no triunfo da Ciência, da verdade científica, de dados estatísticos ao longo e ao fim da crise do novo coronavírus. Os bolsonaristas da linha de frente sabem, mais do que muitos, que a instabilidade da construção de uma verdade nunca foi tão grande, assim como as oportunidades de criação de verdades paralelas àquilo que para muitos é evidente, mas que para outros tantos, muitos e variados, não é.

Muitos apostam que o pai de Carlos, seu gerente de comunicação, não resistirá à pilha de mortos que nos espera nos próximos meses. Igualmente, acham que ele será responsabilizado por pregar a volta da normalidade, da preservação dos empregos, do estímulo aos jovens enfrentarem feito “homens” esse vírus, encarando-o como quem encara gotas de chuva ao sair de casa para estudar ou trabalhar. Que será, enfim, tachado do que, sim, é: um projeto de genocida.

Mas as coisas não são tão simples. Infelizmente.

Num país de subnotificações de contaminação e atestados de óbito, bem como na confusão das atribuições de responsabilidades entre prefeitos, governadores e presidente, tudo que temos na nossa enorme esfera pública, nunca antes tão fragmentada, são brechas e lacunas epistêmicas prontas para serem preenchidas com as verdades do grupo que sairá triunfante das disputas simbólicas por meio das redes digitais. A estratégia de criação das falsas controvérsias, a confecção de dúvidas e imprecisões sobre a causa das mortes, as grandes teorias conspiratórias, a exploração dos medos, incertezas e inseguranças, a confusão e a cacofonia são projetos políticos de um movimento que governa o Brasil por meio do emprego do caos como método, como disse Marcos Nobre em uma edição da Revista Piauí. E os canais empregados para tanto são aqueles à disposição em plataformas e aplicativos digitais.

Essa é a eficácia da hidroxicloroquina do bolsonarismo. Não são mais testes, comprovações, consensos científicos e as conseqüentes reverberações dos líderes da opinião publicadas e transmitidas por radiodifusão que definem, com grande protagonismo, os parâmetros daquilo que é definido como falso, verdadeiro, do que é ficção. Em tempos de incrível expansão e fragmentação das comunicações

de massa e, conseqüentemente, dessa nova mudança estrutural da esfera pública, a disputa pela construção da verdade nunca foi tão central em termos políticos e sociais, bem como confusa, imprevisível e danosa para a saúde democrática.

Pode até ser evidente para muitos as responsabilidades presentes e potencialmente futuras de Jair Bolsonaro. Mas essa narrativa não é dada, nem está definida. Está sendo jogada, inclusive, por um sujeito que, como presidente da República, possui recursos e poderes para criar situações caóticas e partir para a batalha da comunicação nas redes digitais num esforço que pode ser promissor para a criação de interpretações falsas sobre fatos e atribuições de responsabilidades intencionalmente falaciosas. Tudo isso revestido, obviamente, por uma qualidade antiética exacerbada, mas como sempre foi. E assim se elegeu presidente, e assim continua com nacos graúdos de popularidade.

Terminei de escrever esse texto ouvindo um desses tantos áudios que circulam pelo Whatsapp. Neste em questão, a voz alarmada e alarmante de uma senhora alerta para o perigo do uso de máscaras de proteção, como tem sido recomendado pela OMS e muitos prefeitos e governadores do Brasil: “O material está vindo da China infectado pelo coronavírus”, diz ela.

Num país que a despeito da abundância de informações e repetição exaustiva de recomendações de segurança – como o isolamento social – pela grande imprensa, há uma correspondência direta entre as posturas e declarações do presidente da República e o abandono da quarentena por parte de cidadãos de vários estados e municípios, a pergunta que fica é: o quanto conteúdos desse tipo não encontrarão afinidade e adesão? A quantos chegaram e chegarão? Com que efeito? Qual o teto da popularidade de Jair Bolsonaro e quantos restarão reconhecendo a adequação de suas qualidades ao que se espera de um líder de Estado? Talvez a melhor resposta esteja na hidroxicloroquina.

Referências

BENKLER, Yochai, FARIS, Robert, ROBERTS, Hal. **Network Propaganda: Manipulation, Disinformation and Radicalization in American Politics**. New York: Oxford University Press. 2018.

KEEN, Andrew. **The Cult of the Amateur**: How today's internet is killing our culture. New York: Doubleday. 2007.

NOBRE, Marcos. O caos como método. **Revista Piauí**, Abril, 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-caos-como-metodo/>

SOBRE O AUTOR

Camilo Aggio é Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG. Pesquisador associado ao Instituto Nacional de Ciência & Tecnologia em Democracia Digital – INCT.DD. Doutor em Comunicação pela UFBA.

“ *O Brasil tem integrado a lista vergonhosa de países que relativizam as mortes e minimizam a pandemia, sendo que no centro está o governo, do qual se exige coerência em defesa do interesse público nas decisões sobre saúde pública e economia, mas suas respostas escamoteiam o debate e privilegiam interesses privados e o seu particular entendimento sobre as consequências da contaminação para o país, assim como promove remédios mágicos para a cura.*

- Weber

A PERVERSA NARRATIVA PRESIDENCIAL E A COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Maria Helena Weber

Ainda incontrolável, a pandemia global provocada pela Covid-19 tem provocado milhares de mortes cercadas por estranhamentos e narrativas sociais, políticas, científicas e comunicacionais num interminável e errático debate. Vou centralizar meu ensaio no campo da comunicação pública porquanto o tema é de interesse público e aciona, obrigatoriamente, o Estado, a imprensa, instituições científicas e a própria sociedade. Parto da premissa de que este debate expõe as tensões da democracia brasileira, sob o governo de Jair Bolsonaro e, nesta direção, abordarei aspectos das narrativas da presidência, da sociedade em rede, da imprensa e da ciência.

A descontrolada pandemia global causada pelo coronavírus é um acontecimento público de máxima magnitude e tão devastador quanto podem ser as guerras. Vive-se em meio a uma catástrofe sem que os governos da ordem mundial tenham realizado alguma prevenção que privilegiasse a proteção à natureza. Agora são exigidas decisões políticas, econômicas e científicas sem os limites das fronteiras geográficas e ideológicas, voltadas para salvar vidas (do vírus e da miséria), encontrar uma vacina (de acesso público) e minimizar danos econômicos. Pela primeira vez, a humanidade vive a experiência única de estar em cena simultaneamente, contra o mesmo inimigo, através de dispositivos comunicacionais e se entender conectada, mesmo com as diferenças idiomáticas e culturais.

O isolamento necessário indicado pelo receituário científico amplificou a necessidade de investimentos, unidade e orientações dos governos para seus governados, assim como a manutenção de um debate entre estado, mídia e socie-

dade sobre procedimentos e estágios da doença. É este processo que permite refletir sobre a comunicação pública, conceito que identifica constitucionalmente, a comunicação entre sociedades e instituições democráticas (WEBER; COELHO, LOCATELLI, 2017). Quando falam, os governos das democracias deveriam obedecer a princípios do interesse público, o que implicaria estabelecer relações, viabilizar a comunicação e promover o debate público sobre temas vitais. Ao falar em interesse público, a verdade se impõe como princípio da narrativa estatal. Em disputas de poder pode-se identificar discursos de políticos que tergiversam, relativizam e até subestimam a verdade e o interesse público. Entretanto, diante deste trágico acontecimento – a Pandemia –, isto não é admissível, porque o medo da morte é real e ao governo cabe responder sobre a preservação da vida em respostas justificadas pela ciência e acordadas com os procedimentos internacionais. Mas não é a situação do Brasil.

A performance do governo federal

A narrativa sobre a Pandemia construída pelo presidente Jair Bolsonaro tem sido decisiva para a insegurança da população e incidido negativamente sobre a imagem pública do Brasil junto à comunidade internacional. No noticiário somos um país de governabilidade errática e uma sociedade desamparada, na medida em que vive a contradição entre as recomendações de órgãos e especialistas da saúde pública e o comportamento e discursos opostos do seu presidente, que manifesta sua dúvida sobre a potência da Covid-19, desqualifica ações protetivas e desafia o contágio em cenas públicas.

A falta de unidade em ações colocou a sociedade brasileira entre a narrativa presidencial, as decisões político-sanitárias de governadores e prefeitos, o debate político-jurídico do Legislativo e do Judiciário e a cobertura ininterrupta da imprensa. Em meio a estas contradições, a importância do SUS é redescoberta e os profissionais da saúde arriscam suas vidas para salvar outras. Durante os cruciais primeiros meses da pandemia, a narrativa presidencial foi eivada de impropérios, dúvidas e trocas ministeriais, apoiada e replicada por seguidores nas redes digitais e em manifestações públicas que incluíam apelos à intervenção militar, ao fechamento do congresso e do Tribunal Superior Federal, incluindo momentos reservados à performance presidencial, especialmente aos domingos,

na Esplanada dos Ministérios. O discurso e o comportamento do presidente se-
meiam dúvidas e exigem fidelidade de seus seguidores ao questionar procedi-
mentos indicados pela OMS; quando se contrapõe a decisões de governadores e
prefeitos; quando relativiza a crise nacional ao provocar a demissão de dois mi-
nistros da saúde (Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich) em meio à pandemia e
manter como interino, um general (Eduardo Pazuello); quando defende o funcio-
namento regular da indústria e do comércio e, especialmente, quando desmonta
o centro de informações e estatísticas sobre a Pandemia do Ministério da Saúde,
espaço oficial de orientação a decisões.

O Brasil tem integrado a lista vergonhosa de países que relativizam as mor-
tes e minimizam a pandemia, sendo que no centro está o governo, do qual se
exige coerência em defesa do interesse público nas decisões sobre saúde pública
e economia, mas suas respostas escamoteiam o debate e privilegiam interesses
privados e o seu particular entendimento sobre as consequências da contamina-
ção para o país, assim como promove remédios mágicos para a cura. Por um lado,
colabora para ampliar o medo e o desespero dos miseráveis e por outro, fortalece
sua narrativa mítica, religiosa que permite a seus apoiadores segui-lo, sem dis-
cernimento. A postura errática dos órgãos governamentais mantém a discussão
qual um jogo, onde as regras são modificadas na conveniência do dono do tabu-
leiro, amplificando a tensão, as dúvidas e a insegurança.

Numa democracia, operar o conceito da comunicação pública como prin-
cípio normativo para a comunicação governamental, comunicação de órgãos
estatais e dos poderes legislativo e judiciário é determinante para identificar a
disputa entre interesse público e interesses privados. No Brasil de 2020, habita-
do pela mortal Covid-19, podemos afirmar que os princípios desta comunicação
vêm sendo desprezados com requintes próprios do autoritarismo e de uma per-
niciosa e inquietante estratégia para a qual o discurso científico e o movimento
dos governantes de todo o mundo, em nome da preservação da vida (interesse
público) são ignorados. Pode-se identificar uma estratégia perversa por parte do
governo federal, na sua retórica ambígua sendo que a sociedade é submetida à
exposição de brigas intestinas da burocracia governamental; a encenações dra-
máticas do presidente Bolsonaro nas ruas e em lives; a confrontos com governa-
dores, prefeitos e com os poderes legislativo e judiciário; à negação da ciência em

nome da magia, da religião, do mercado e, especialmente, na demonstração da sua incapacidade de conduzir o governo para soluções relacionadas à Pandemia. A decisão do Legislativo sobre a concessão da “ajuda emergencial” (R\$ 600,00) para a população desprovida de recursos foi estrategicamente incorporada ao discurso presidencial e tem rendido dividendos positivos à sua imagem pública, como registram as pesquisas.

Duas estratégias de comunicação do Planalto que escamoteiam o interesse público – podem ser identificadas: visibilidade a qualquer custo e a transposição dos inimigos do Brasil, das eleições para a governança. A primeira é obter visibilidade em quaisquer situações e falar sempre para mostrar quem é o dono do jogo. Assim, alimenta a paranoia, o conforto e o ódio de fiéis seguidores, eleitores e cidadãos que precisam acreditar no voto dado. Esta postura é eficaz porquanto particulariza o modo de governar e reforça o movimento das ruas em sua defesa e dos princípios autoritários, inconstitucionais. Para tanto, no Planalto concorrem o trabalho de várias assessorias e orientadores em nome de uma “paz” (entendida como silenciamento da oposição) e uma guerra simbólica entre o governo Bolsonaro e aqueles que o questionam e não o deixam governar (oposição, jornalistas, professores, artistas, e outros) e emperram o desenvolvimento nacional. Nesse cenário, a Covid-19 e suas mortes parecem ser meros detalhes diante da grandiosidade das intenções presidenciais sobre as mudanças nacionais e o fim da corrupção (sempre associada ao Partido dos Trabalhadores). Em nome da paz, o armamento da população vai sendo cumprido, os soldados agem contra cidadãos que reivindicam a democracia, enquanto a assessoria religiosa se responsabiliza por bênçãos e expulsões demoníacas, suficientes para negar a ciência e manter passividade e obediência daqueles ungidos pela proteção divina.

A segunda estratégia está na manutenção de uma guerra simbólica, da qual o dito “gabinete do ódio” se encarrega com a manutenção dos inimigos eleitorais, com nomes e sobrenomes derivados dos vocábulos e pessoas de esquerda, comunistas e equivalentes. Alimentar ódios, paranoias e identificar a perseguição do Legislativo, da imprensa, do Judiciário e de partidos são funções do gabinete que obtém resultados eficazes. Não há nenhuma responsabilidade pública sobre a postagem de acusações, impropérios e mentiras nas redes digitais, embora já

exista controle e punições jurídico-policiais, enquanto a Câmara tenta regulamentar as *fake news*. Diante da necessidade da verdade sobre a Covid-19, pela primeira vez, desde 2016 as *fake news*, vêm sofrendo derrotas embora o protagonismo do governo Bolsonaro delas necessite. As decisões do Twitter, Instagram e Facebook de excluir mensagens errôneas do presidente Bolsonaro sobre a Covid-19 desqualificam seu discurso e o punem, mais rapidamente que os poderes nacionais.

Os discursos do presidente são essenciais na consecução de estratégias mórbidas, ou seja, seus destemperos e desequilíbrios verbais ostensivos, propagam verdades particulares gerando críticas e indignação. A relativização sobre os perigos da Covid-19 serve para que se propague a máxima autoritária “sou eu quem mando” combinada à máxima religiosa de que “a verdade salvará”. A verdade não inclui os trabalhadores das chamadas linhas de frente, o SUS e a sequência de mortes, inclusive atacados por fanáticos manifestantes que aplaudem e acreditam, porque precisam negar que algo pode estar errado. O exemplo mais contundente destas estratégias foi a campanha *O Brasil não pode parar* (abril de 2020) veiculada como “teste” nas redes sociais, em meio à Pandemia, mas proibida por decisão judicial.

A comunicação pública

Compreender o que significa a pandemia e como proceder em tempos de contágio são necessidades urgentes da sociedade amedrontada e ao mesmo tempo ávida por sair do confinamento. As informações equivocadas podem matar e a legitimidade das respostas está no debate público, nacional e internacional, que relaciona questões de saúde pública, política e economia. Participam os poderes do Estado, organismos especializados, a imprensa, o mercado, a sociedade e entidades representativas. A falta de responsabilidade e o descaso sobre a comunicação pública indicam o distanciamento do governo em relação à opinião pública e privilegia o monólogo para interlocutores seguidores e eleitores como se fossem a totalidade do país, tendo em vista a formação de uma imagem pública eleitoralmente competitiva.

As ações preventivas e a definição de procedimentos sobre o movimento e a reclusão das pessoas exigem decisões dos ministérios da Saúde, Educação e da

presidência e a sua inexistência contribui para ações individuais e ampliação do contágio. A democracia é debate público, é comunicação, mas no Brasil, contraditoriamente, nem sempre prevalece o interesse público no debate sobre temas vitais, como é o caso desta Pandemia. Os interesses privados que elegem e mantêm governos, políticos e partidos, mantêm também as tensões entre seus objetivos e o interesse público raramente colocado em pauta e respeitado. No Brasil, desde 2016, a dimensão pública da comunicação vem sendo escamoteada: na falta de debates públicos - por exemplo -, durante a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência; no desmonte de aparatos e investimentos da Cultura; no fechamento de emissoras de radiodifusão pública e, no enfraquecimento estratégico da ciência e das universidades públicas. Cada vez mais o interesse público é figura de retórica nos discursos politico-governamentais.

A ausência de comunicação adequada da presidência e de seus ministros durante a pandemia obrigou, de alguma forma, a imprensa a ocupar um importante espaço, recuperando seu papel de mediação do interesse público. Neste sentido, de modo ininterrupto foram veiculadas informações e opiniões de especialistas nacionais e internacionais; manifestações dos profissionais da saúde pública capazes de oferecer algum parâmetro sobre a realidade da pandemia. Um dos exemplos mais importantes foi quando o Ministério da Saúde surpreendeu o mundo ao alterar a forma de divulgar os dados estatísticos sobre a Covid-19 e restringir o acesso, com implicações diretas na compreensão sobre o alastramento do contágio. Diante disto, vários veículos se reuniram e formaram um consórcio de imprensa (O Estado de S. Paulo, Extra, Folha de S. Paulo, O Globo e os portais G1 e UOL) que centraliza, atualiza e divulga os dados sobre contaminados, mortes e tendências. A imprensa assume a legitimidade da narrativa sobre a Covid-19 que seria do Estado e, assim, cumpre seu papel na tradução do discurso científico para a população.

O debate sobre a Covid-19 promovido pela imprensa e seus entrevistados tem apresentado as diferenças entre os discursos da ciência, da política, saúde e religião e tem oferecido à sociedade informações para esta se aproprie dos saberes sobre a pandemia e se proteja, ou desobedeça. Estamos vivenciando um momento raro de popularização da ciência, de reconhecimento das instituições universitárias e da necessidade de pesquisa, embora o Governo, sistematicamente

promova o desmonte financeiro e a desqualificação institucional de universidades e órgãos científicos. A divulgação científica como um instrumento de cidadania, amplia e qualifica o debate sobre a ciência, tecnologia e inovação no mundo contemporâneo (BAUMGARTEN, 2012).

A ausência de discurso e ações responsáveis e republicanas por parte do Governo Federal, bem como a falta de procedimentos necessários ao controle da Pandemia provocou a imprensa que realizou importantes mudanças editoriais voltadas à pauta científica. Também as universidades e as instituições de pesquisa alteraram suas rotinas e o tipo de relações com a sociedade ao promover centenas de debates em espaços digitais. Temas simples, complexos e estranhos, próprios dos diferentes campos de conhecimento abrigados na universidade foram debatidos por especialistas nacionais e internacionais. A comunicação pública também é de responsabilidade das instituições públicas, especialmente das universidades, sendo que a difusão do saber científico permite compreender a realidade e reconhecer complexidades próprias à cultura de cada sociedade. O debate abrangeu, também, as novas posturas e procedimentos pedagógicos dirigidos ao novo formato de aulas exigido pelo confinamento.

Sob outra perspectiva de comunicação, o mercado premido pela ausência de trabalhadores e consumidores, legalmente afastados (por decisões unilaterais de governadores ou prefeitos) investiu em estratégias de visibilidade para promover a responsabilidade e as doações de empresas a entidades hospitalares e órgãos de pesquisa. Esse processo gerou anúncios nos principais jornais e a veiculação de propaganda institucional em rádio, televisão e internet, além de ocupar o espaço privilegiado no rol de entrevistas do Jornal Nacional (Globo). A perspectiva econômica foi valorizada por depoimentos de pequenas empresas profissionais e grupos sociais trazidos ao espaço midiático, para abordar as novas formas de sobrevivência mercadológica, em tempos de pandemia. O mercado e as empresas midiáticas se beneficiaram tanto financeira, quanto institucionalmente, na medida em que apareciam comprometidos com a saúde, em ações voltadas para o bem. Isto gera resultados para a formação da imagem pública favorável formada na confluência entre a solidariedade e a marca da organização.

As narrativas da sociedade, grupos sociais e indivíduos ingressaram no de-

bate sobre a Pandemia a partir das possibilidades das redes sociais que contribuíram para relativizar distâncias, o confinamento e a solidão. Assim, conversas pessoais e comemorações permitiram também o ingresso de debates sobre temas políticos, culturais, econômicos e sobre a saúde, evidentemente.

A comunicação pública é indicador da qualidade da democracia dirigida ao interesse público, assim como a liberdade de comunicação da sociedade e da imprensa devem estar associadas à qualidade da comunicação produzida pelo Estado. Neste momento, no entanto, a comunicação entre a presidência e os cidadãos é mortal porquanto promove a insegurança e contraria o discurso científico. Importa ao campo da comunicação política entender o funcionamento do Governo de Jair Bolsonaro na sua relação com a democracia e o capitalismo porque mesmo com as características de um capitalismo predador, a sobrevivência e o futuro do Brasil sempre pareceram possíveis. No entanto, este período tem acionado o medo da ruptura democrática, quando o governo evidencia seu desprezo pelo aparato republicano, pela ciência e a sociedade; quando se diz dotado de uma verdade mística para tomar decisões sobre a vida do país e dos cidadãos.

Referências

BAUMGARTEN, Maira. O debate público de ciência e tecnologia, In: KERBAUY, M.T.; ANDRADE, T. HAYASHI, C. (orgs). **Ciência, tecnologia e sociedade no Brasil**. Campinas, Ed. Alínea, 2012, p. 87-98.

WEBER, Maria Helena; PFEIFER, Marja; LOCATELLI, Carlos. (org.). **Comunicação pública: Práticas e Pesquisas**. Florianópolis, Ed. Insular, 2017.

SOBRE A AUTORA

Maria Helena Weber é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS. Pesquisadora bolsista do CNPq. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Pública e Política e do Observatório de Comunicação Pública.

“ *Depois do fechamento de canais de coleta de Facebook e Instagram, das dificuldades impostas por Google, Twitter e Youtube ao reduzir limites de acesso e da absoluta caixa preta que é o Whatsapp, não é absurdo afirmar que corremos o risco de ficar vendados em meio ao caos.*

- Alves

PANDEMIA EM DADOS: DESAFIOS DE PESQUISA NA PLATAFORMIZAÇÃO MIDIÁTICA

Marcelo Alves

Estamos atravessando uma agressiva pandemia que ceifa centenas de milhares de vidas no mundo todo. Bilhões de pessoas estão confinadas em suas casas, preocupadas com seus familiares e ansiosas pelas perspectivas de futuro, que se tornam, a cada dia, mais incertas e preocupantes. Como se não bastasse uma emergência sanitária, temos que enfrentar, ainda, a deterioração avançada das instituições democráticas no país. Talvez o Brasil seja o único lugar do mundo onde a Covid-19 não tenha sido manchete principal durante os meses mais graves da doença, em função de infundáveis escândalos políticos e da paralisia governamental. Este texto é uma contribuição sobre dificuldades e possibilidades para a pesquisa acadêmica aplicada em ambientes digitais para o devir pós-pandemia.

Em reflexão anterior nessa coletânea, Camilo Aggio analisou elementos da crise epistêmica (BENKLER ET AL., 2018), abordando a quebra do modelo tradicional de ordenamento da agenda pública pelo gatekeeping institucional. Durante a pandemia, enfrentamos as consequências mais sérias desse processo, a saber, as inúmeras campanhas de desinformação que circulam nas plataformas digitais. O estoque de insanidades é amplo e variado: máscaras importadas da China vieram infectadas pelo vírus; o “vírus chinês” foi uma estratégia de guerra biológica para destruir a civilização ocidental; mobilizações para invadir e filmar hospitais, supostamente desertos; além de uma infinidade de correntes, num primeiro momento, absurdas, mas com graves consequências sanitárias, como a quebra do isolamento social, recusa em utilizar máscaras, pressões políticas para prescrição de remédios comprovadamente ineficazes e auto-medicação.

Uma dificuldade não trivial de análise em tal panorama é, efetivamente, encontrar os objetos. Os sistemas midiáticos contemporâneos são altamente fragmentados. Há uma quantidade infindável de meios e de produtores de conteúdo. A visão global sobre o sistema midiático, antes uniformizada pela concentração dos meios massivos, é quase impossível no panorama de digitalização e personalização das esferas públicas. Se o poder de influência dos meios de comunicação de massa na formação da opinião pública e dos consensos sociais está, de forma cada vez mais evidente, em declínio, quais são os circuitos, veículos e estratégias que permitem tangenciar os gatekeepers midiáticos?

O conceito de abundância midiática não é novo. É impressionante como 20 anos em comunicação política equivalem a séculos de transformação em outras disciplinas. Na virada do milênio, autores como Blumler e Kavanagh (1999) já prenunciavam que a mídia se tornava uma hidra indomável com diversas bocas a serem alimentadas; e, numa peça à frente de seu tempo, Chaffe e Metzger (2001) sugeriam a chave analítica do “fim da comunicação de massa” para compreender a comunicação do século que estava por vir. Naquele contexto, a literatura especializada estava preocupada com a proliferação de canais de televisão a cabo e tentando entender qual seria o impacto da internet. Ocorre que, 20 anos depois, quando me deparo com as hashtags #GolpedeEstado e #OrepeloBolsonaro e #STFGolpista nos trending topics com centenas de milhares de tweets, a hidra parece um bichinho adorável, frente à caixa de pandora que foi aberta no final da década de 2010.

Certamente, descartar a influência dos meios de comunicação não é um caminho analítico profícuo, tendo em vista a capilarização do rádio e da televisão aberta no Brasil. A ideia de sistema midiático híbrido de Chadwick (2017) nos ajuda a elucidar uma dinâmica de negociação e conflito entre lógicas massivas e emergentes, que se retroalimentam e entram em choque. No entanto, a dominação digital advinda da concentração sem precedentes da economia da atenção global em plataformas midiáticas controladas pelos gigantes tecnológicos Facebook e pelo Google adicionam novos elementos à compreensão dessa conjuntura fragmentária e insular.

A chave analítica da plataforma da comunicação foca nas infraestruturas tecnológicas e nos processos sociopolíticos colocados em movimento pela ascensão de sites como Facebook e Google que interferem e canalizam os tráfegos

digitais (Helmond, 2015; D'Andrea, 2020). Para a pesquisa e para esse texto em particular, cabe notar que essas gigantes tecnológicas são, por definição, contrárias ao escrutínio público e à investigação acadêmica independente. Obviamente, o Facebook e o Youtube não gostariam de ver evidências de que seus poucos esforços para conter a armamentização de suas ferramentas de propaganda digital não impedem que falsários espalhem perigosas mentiras sobre a pandemia. O Twitter descredita todas as pesquisas aplicadas que apontam, vejam só, a coordenação de estratégias artificiais para inflar métricas e subir hashtags antidemocráticas e que ameaçam a saúde pública.

Isso se desdobra, na prática, em instrumentos impeditivos para que pesquisadores consigam encontrar seu objeto nas mídias digitais e extrair dados para investigar suas questões. Depois do fechamento de canais de coleta de Facebook e Instagram, das dificuldades impostas por Google, Twitter e Youtube ao reduzir limites de acesso e da absoluta caixa preta que é o Whatsapp, não é absurdo afirmar que corremos o risco de ficar vendados em meio ao caos. De forma similar à ausência de testes massivos para compreender o avanço da pandemia, o “APIcalypse” (Bruns, 2019) fecha as fronteiras de acesso a dados públicos sobre a epidemia de desinformação que se espalha rapidamente nas plataformas digitais.

Tendo isso em mente, quais os principais caminhos e possibilidades para viabilizar a pesquisa aplicada em espaços digitais? Essa é uma das perguntas mais importantes a se fazer e que deve se desdobrar em ações concretas e coordenadas em diversas frentes. Sugeriria algumas possibilidades a serem pensadas: capacitação metodológica, ciência aberta, convênios tecnológicos e fomento público.

Em primeiro lugar, é imperativo pautar iniciativas de capacitação em metodologias diversas. Nesse sentido, é fundamental contemplar técnicas, procedimentos e ferramentas qualitativas, quantitativas e a combinação de métodos mistos para o desenvolvimento de projetos aplicados. Por exemplo, métodos etnográficos de imersão em grupos de WhatsApp triangulados com a mineração de dados em larga escala têm se mostrado promissores para jogar luz sobre essa caixa preta. A experiência pioneira da I Escola de Verão da Compolítica foi essencial ao ofertar minicursos sobre grupos focais, estatística, programação, análise de conteúdo e análise qualitativa. É preciso sistematizar as oficinas como momento de aprendizado e cooperação, visando compartilhar as técnicas para multiplicar a capacidade de

investigação da área.

Um segundo movimento seria investir na transparência científica. Isso pode ser feito a partir de discussões sobre replicabilidade e reprodutibilidade dos desenhos de pesquisa. Assim, num cenário desértico de acesso aos rastros digitais, um caminho seria publicizar materiais suplementares de artigos, como bases de dados com as variáveis utilizadas para que possam fomentar outras iniciativas de projetos acadêmicos. Isso pode ser feito por meio dos periódicos, websites de grupos de pesquisa ou pelos diversos repositórios gratuitos disponíveis, como o FigShare.

Uma terceira estratégia seria a elaboração de convênios amplos para a criação de infraestruturas tecnológicas para extração e armazenamento de dados em grande volume. Uma preocupação é com a inescrutabilidade de eventos que ocorreram no passo pela impossibilidade de reconstituir os dados, seja pelo problema de acesso ou porque as páginas podem deletar as publicações, potencialmente apagando a memória dos fenômenos. Por exemplo, analisar dados que circularam em junho de 2013 é quase impossível pelos limites de retroatividade das APIs. Isso poderia ser minorado por meio de articulações feitas pelas associações científicas para montar sistemas de extração em tempo real e consolidação histórica desses dados, como, por exemplo, o Media Cloud do MIT.

Por fim, obviamente tudo isso demanda planejamento e execução de políticas públicas de investimento e desenvolvimento da Ciência nacional. Nada pode ser feito num cenário de precarização e combate ao método científico. Isso se torna mais grave na área das Ciências Sociais e Humanidades, impedidas até de concorrer a bolsas de iniciação científica. O desprezo com a Ciência e a Tecnologia constitui grande parte do problema de crise epistêmica e de colapso dos consensos socialmente estabelecidos. A pandemia pode ser um ponto de virada para a sociedade brasileira pensar qual modelo de país queremos para o futuro e qual o papel da Ciência nesse devir.

Referências

BENKLER, Yochai; FARIS, Robert; ROBERTS, Hal. **Network propaganda: Manipulation, disinformation, and radicalization in American politics.** Oxford

University Press, 2018.

BLUMLER, Jay G.; KAVANAGH, Dennis. The third age of political communication: Influences and features. **Political communication**, v. 16, n. 3, p. 209-230, 1999.

BRUNS, Axel. After the 'APIcalypse': social media platforms and their fight against critical scholarly research. **Information, Communication & Society**, v. 22, n. 11, p. 1544-1566, 2019.

CHAFFEE, Steven H.; METZGER, Miriam J. The end of mass communication? **Mass communication & society**, v. 4, n. 4, p. 365-379, 2001.

CHADWICK, Andrew. **The hybrid media system: Politics and power**. Oxford University Press, 2017.

D'ANDRÉA, Carlos Frederico de Brito. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos**, Salvador, EDUFBA, 2020.

HELMOND, Anne. The platformization of the web: Making web data platform ready. **Social Media+ Society**, v. 1, n. 2, 2015.

SOBRE O AUTOR

Marcelo Alves é doutor em Comunicação pela UFF. Pesquisador do Laboratório de Mídia, Democracia e Instituições Políticas (Lamide). Professor da ESPM-RJ e do IBPAD.

“ *Cabe aos governos, portanto, implementar ações para que alguns grupos não difundam informações incorretas e para que todos tenham melhores recursos para evitar ou resistir a má-informações ou desinformações. Nesta pandemia, o Brasil foi um contra-exemplo a esta recomendação.*

- Gramacho

OS RISCOS DA INFODEMIA EM MEIO A UMA PANDEMIA

Wladimir Gramacho

Poucas declarações foram mais reveladoras do nosso atual estágio de vulnerabilidade diante de ameaças globais como as dadas pelo diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 15 de fevereiro de 2020, numa conferência em Genebra, ainda antes do reconhecimento de que viveríamos uma pandemia. “Nós não estamos enfrentando só uma epidemia, estamos enfrentando também uma infodemia”, disse Tedros Adhanom. Sete meses depois, no fim do mês de setembro de 2020, aquela “epidemia” havia se transformado na pandemia da Covid-19 e provocado quase um milhão de mortes no mundo e mais de 31 milhões de casos confirmadosⁱ. Menos precisa, contudo, ainda era nossa capacidade de mensurar a infodemia associada à Covid-19, com uma descrição mais precisa da profusão e da difusão de mensagens incorretas, enviesadas ou falsas que circulavam no complexo, fragmentado e multicêntrico sistema midiático contemporâneoⁱⁱ. Também limitados ainda eram os dados sobre o nível de informação individual a respeito da doença e a desigualdade informacional de diferentes segmentos populacionais quanto à natureza da Covid-19, as formas de contágio, os sintomas mais comuns e o tratamento recomendado.

Este texto pretende discutir alguns dos riscos da existência de uma infodemia em meio a uma pandemia como a do coronavírus. Mais especificamente, o texto tem três objetivos específicos, organizados nas seções seguintes. Em primeiro lugar, descreve os tipos de informação presentes em uma infodemia como a da Covid-19. Em segundo lugar, discute os possíveis efeitos desse contexto informacional sobre os níveis de conhecimento dos indivíduos no Brasil a respeito da doença. E, finalmente, cita riscos epidemiológicos que podem ser potencializados pela

desigualdade informacional sobre uma doença como a Covid-19. Algumas considerações finais sugerem cursos de ação possíveis diante de infodemias.

A infodemia da Covid-19

Uma infodemia pode ser definida como uma rápida difusão de todos os tipos de informação - corretas, mas também incorretas, enviesadas ou falsas - sobre um problema, o que acaba tornando mais difícil sua solução (WHO, 2018; VAEZI; JAVANMARD, 2020). Em síntese, todo o conteúdo das mensagens que circulam no sistema midiático brasileiro e mundial pode ser classificado sinteticamente em um dos quadrantes da Figura 1. O esquema está organizado em torno de dois eixos (ou variáveis): um deles trata da veracidade da mensagem (correta ou incorreta) e o outro da intencionalidade na difusão dessa mensagem (positiva ou negativa).

Figura 1 - Tipos de mensagens na infodemia

		Factualidade da mensagem	
		Correta	Incorreta
Intenção do(a) emissor(a)	Positiva	Informação correta <i>Padrão ouro do processo comunicacional</i>	Informação incorreta <i>Produto indesejado mas em geral passível de correção</i>
	Negativa	Má-informação <i>Mensagem total ou parcialmente verdadeira, mas usada (às vezes com viés) para prejudicar terceiros partes</i>	Desinformação <i>Conteúdo falso ou manipulado utilizado para prejudicar terceiros partes</i>

Fonte: Elaboração do autor

As informações factualmente verazes difundidas com boas intenções são o “padrão ouro” do processo comunicacional. Com frequência, elas são o produto da indústria profissional de comunicação, formada por empresas de produção de conteúdo jornalístico, publicitário ou audiovisual. As informações falsas (*misinformation*), se difundidas com o mesmo ímpeto, são simplesmente um produto indesejado, mas natural, de um processo marcado pelas características humanas, subjetivas, e às vezes falhas, de interpretação e expressão. Entretanto, o processo comunicacional originado com intenções negativas e prejudiciais pode resultar em má-informação (*mal information*) quando a informação é verdadeira mas é distribuída com propósito negativo ou em desinformação (*desinformation*), quando é falsa e sua difusão é também nociva.

Um exemplo de má-informação nesta pandemia é a difusão interessada ou irresponsável do fato de que alguns pacientes de Covid-19 se recuperaram da doença após serem submetidos a um tratamento com hidroxicloroquina. Ainda que factualmente correta, essa mensagem não deve ser confundida com uma recomendação para que se use essa droga no enfrentamento ao coronavírus, como fizeram autoridades governamentais, inclusive o próprio Ministério da Saúdeⁱⁱⁱ. Como diz o ditado estatístico, “associação não implica causalidade”. Ou seja, um estudo observacional não é capaz de esclarecer se foi a administração da droga a causa específica da cura ou outro fator qualquer, uma vez que muitas pessoas infectadas não têm sequer sintomas e outras se recuperam facilmente. Além disso, ainda são desconhecidos os possíveis efeitos colaterais dessa droga, indicada para o tratamento de pacientes com malária.

Já um exemplo de desinformação na pandemia da Covid-19 é a afirmação de que a vacina contra a gripe aumenta o risco de adoecer por coronavírus. Em janeiro de 2020, a revista *Vaccine* publicou artigo de Greg G. Wolff que sugere que a vacina contra a gripe pode aumentar em 36% o risco de contrair o coronavírus (WOLFF, 2020). Entretanto, o autor analisa dados de 2017 e 2018 e - portanto - não estudou o novo coronavírus (SARS-CoV-2), que causa a Covid-19, mas o coronavírus sazonal, que causa a gripe comum. Além disso, outros estudos não confirmaram essa associação com o novo coronavírus (SKOWRONSKI ET AL., 2020). Portanto, ainda que seja um fato a existência de uma pesquisa sobre a associação entre a vacina contra a gripe e o coronavírus, esse estudo não diz respeito ao vírus desta pandemia. E a circulação dessa notícia tende a reduzir os efeitos de recomendações de autoridades sanitárias para que a população idosa seja vacinada contra a gripe, aumentando os riscos da pandemia.

Desigualdade informacional sobre a Covid-19 no Brasil

A profusão de mensagens sobre a doença, algumas com conteúdo às vezes falso ou contraditório, pode formar audiências desinformadas ou mal informadas, além de distribuir desigualmente a informação, quando alguns grupos sociais têm mais acesso que outros a conteúdo produzido profissionalmente. Desde o início da pandemia, foram divulgados alguns poucos estudos que se ocuparam de descrever o nível de informação dos brasileiros a respeito da Covid-19^{iv}. Ainda em março de 2020, o *Instituto FSB Pesquisa* anunciou os resultados de um survey telefônico, realizado nos dias 18 e 19 daquele mês, com 2000 entrevistados

(FSB, 2020). Em síntese, apenas 8% da amostra se considerava pouco ou nada informada sobre a pandemia. Entretanto, ao responderem questões objetivas que demonstravam seu nível de conhecimento sobre a doença, uma porcentagem bastante maior acreditava que o coronavírus só era perigoso para idosos e portadores de outras doenças (26%), dizia que já havia vacina contra a Covid-19 (37%), afirmava que o uso de máscara garantia a não transmissão da doença entre pessoas (58%) e imaginava que todas as pessoas infectadas com o coronavírus apresentavam sintomas (80%).

A tabela 1 mostra, ademais, que esse alguns segmentos populacionais estavam menos informados, como os formados por pessoas com menor nível de estudos e renda e, infelizmente, indivíduos com 60 anos de idade ou mais, justamente os que têm maior risco de adoecimento com sintomas graves da doença e óbito decorrente da contração do coronavírus. Na mesma pesquisa, esses grupos populacionais foram justamente os que relataram menor grau de adesão a comportamentos de prevenção à Covid-19, como lavar as mãos com maior frequência, evitar cumprimentos com apertos de mão, abraços e beijos, ou evitar ir a bares e restaurantes^v.

Tabela 1 - Desinformação em segmentos populacionais selecionados (% concordância)

Idade		Educação		Renda Familiar	
16-24 anos	+60 anos	Até a 4a série	E. Superior	Até 1 SM	+5 SM
Todo mundo que pega o coronavírus apresenta sintomas					
80%	86%	87%	55%	87%	60%
O uso de máscara garante que uma pessoa não transmita o coronavírus					
57%	60%	62%	47%	64%	44%
Já foi desenvolvida uma vacina contra o coronavírus					
31%	43%	56%	19%	49%	20%
O coronavírus só é perigoso para idosos e portadores de outras doenças					
15%	47%	52%	8%	37%	9%

Fonte: FSB (2020a), survey telefônico com 2.000 pessoas, nos dias 18 e 19 de março de 2020

Desde março, pouco se sabe sobre a evolução do nível de informação dos brasileiros a respeito da pandemia e os resultados da cacofonia governamental sobre a Covid-19. Infelizmente, nenhum projeto de conhecimento público ocupou-se em monitorar regularmente o processo informacional sobre a Covid-19 e as atitudes dos brasileiros a respeito da doença^{vi}.

Os riscos epidemiológicos da desigualdade informacional

Tão urgente, portanto, quanto tratar os doentes e prevenir novos casos da Covid-19 no país é identificar e cuidar dos desinformados. Isso porque uma minoria pouco ou mal informada pode arruinar os benefícios coletivos da adesão precisa e correta da maioria da população a medidas de prevenção ou contenção. Segundo estudo de Lin *et al.* (2014) sobre a H1N1, campanhas de comunicação contra pandemias não devem se ocupar apenas de difundir recomendações à população, mas também de reduzir desigualdades informacionais durante a fase emergencial. Isso pode implicar, por exemplo, no desenho de ações específicas para grupos com menos informação sobre o vírus.

Afinal, o êxito de campanhas contra pandemias depende das características de cada segmento populacional, especialmente dos mais vulneráveis (VAUGHAN; TINKER, 2009; PAAKKARI; OKAN, 2020). Cabe aos governos, portanto, implementar ações para que alguns grupos não difundam informações incorretas e para que todos tenham melhores recursos para evitar ou resistir a má-informações ou desinformações. Nesta pandemia, o Brasil foi um contra-exemplo a esta recomendação. Além da precariedade no monitoramento do estado informacional da população sobre a Covid-19, as autoridades sanitárias e políticas protagonizaram um inédito discurso dissonante e contraditório, dando, inclusive, espaço e elementos para a difusão mais ampla da desinformação politicamente motivada.

Um dos aspectos mais distintivos do desafio informacional em meio a uma pandemia como a da Covid-19, em comparação com outras enfermidades ou eventos de causas externas, é a necessidade de aquisição mais rápida de informação e ajustamento do comportamento de modo a evitar a doença e sua difusão (PAAKKARI; OKAN, 2020). Por isso, entidades como a Organização Pan-Americana de Saúde recomendaram que os governos da região centrassem esforços na promoção de campanhas informativas com mensagens “claras, concisas e consistentes”^{vii}.

Um aspecto muito positivo do atual contexto midiático é a existência de mídias sociais e veículos digitais que facilitam a segmentação de públicos, de modo a levar a mensagem melhor desenhada a cada audiência. Entretanto, esse mesmo entorno aumenta exponencialmente a difusão de más-informações e desinformações, impondo desafios para organismos internacionais quanto ao monitoramento e intervenção (ZAROCOSTAS, 2020).

Provavelmente o mundo está mais perto de conhecer uma vacina contra a Covid-19 do que contra infodemias como a atual. Portanto, medidas preventivas - de educação para a comunicação, alfabetização digital e alfabetização em saúde - podem ser

tão efetivas quanto o distanciamento social, o uso de máscaras e a higiene frequente das mãos têm sido no enfrentamento do coronavírus.

Notas

ⁱ <https://covid19.who.int/>, consultada em 23 de setembro de 2020.

ⁱⁱ Entre janeiro e março de 2020, o Reuters Institute identificou 225 informações ou notícias falsas ou enviesadas sobre a Covid-19, mas dadas as condições de sigilo e privacidade de muitos canais de comunicação (como WhatsApp) e redes sociais (como Facebook), são reduzidas as condições de observação e descrição da difusão de informações incorretas, enviesadas ou falsas. (<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/types-sources-and-claims-covid-19-misinformation>).

ⁱⁱⁱ <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1194-nota-publica-cns-alerta-sobre-os-riscos-do-uso-da-cloroquina-e-hidroxicloroquina-no-tratamento-da-covid-21>.

^{iv} Entre eles, podem ser citados levantamentos do Instituto FSB Pesquisa em março (https://www.fsb.com.br/wp-content/uploads/2020/03/Instituto_FSB_Pesquisa_Os_brasileiros_e_a_pandemia_de_coronavirus_marco_2020.pdf) e https://www.fsb.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Pesquisa_BTG_Pactual-OS_BRASILEIROS_E_O_CORONAVIRUS.pdf), do Instituto Datafolha em março (<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/03/23/22cedeee019d1bf3e5e82c889e058b9bhb.pdf>) e abril (<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/09/conhecimento-e-meios-de-informacao.pdf>) e do Ibope Inteligência em abril (<https://drive.google.com/file/d/1HzfSzCyI6cFyIXd7zcQ1zxbn5Z5XDuk2/view>).

^v Nem sempre, contudo, maiores níveis de informação estão associados a comportamentos mais adequados no enfrentamento a uma pandemia (BARRET; CHEUNG, 2020)

^{vi} Um exemplo de boas práticas, nesse aspecto, é o projeto do Center for Economic and Social Research da University of Southern California (USC), que iniciou, ainda em março, uma série quinzenal de surveys que descrevem a evolução de atitudes e comportamentos dos americanos em relação à Covid-19. Até meados de setembro já haviam sido divulgadas 12 ondas do estudo.

^{vii} Pan American Health Organization. 2020. Covid-19: Guidelines for communicating about coronavirus disease 2019 - A guide for leaders. Fevereiro de 2020. PAHO: Washington, DC.

Referências

BARRETT, Christine; CHEUNG, Kei Long. Knowledge, Socio-cognitive Perceptions and the Practice of Hand Hygiene and Social Distancing During the COVID-19 Pandemic: A Cross-sectional Study of UK University Students. In: **BMC Public Health** (in review). 2020.

FSB. Os brasileiros e a pandemia de coronavírus. Brasília: Instituto FSB Pesquisa.

LIN, L.; SAVOIA, E.; AGBOOLA, F.; VISWANATH, K. What have we learned about communication inequalities during the H1N1 pandemic: a systematic review of the literature. In: **BMC Public Health**, Vol. 14: 484, 2014. DOI: 10.1186/1471-2458-14-484

PAAKKARI, Leena; OKAN, Orkan. COVID-19: health literacy is an underestimated problem. In: **The Lancet - Public Health**, 14 de abril de 2020. [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(20\)30086-4](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(20)30086-4).

SKOWRONSKI, Danuta M.; et al. Influenza Vaccine Does Not Increase the Risk of Coronavirus or Other Noninfluenza Respiratory Viruses: Retrospective Analysis From Canada, 2010–2011 to 2016–2017. In: **Clinical Infectious Diseases**, ciaa626. <https://doi.org/10.1093/cid/ciaa626>

VAEZI, Atefeh; JAVANMARD, Shaghayegh Haghjooy. Infodemic and Risk Communication in the Era of CoV-19. In: **Advanced Biomedical Resesarch**, v. 9, n. 1, mar. 2020, p. 10.

VAUGHAN, E.; TINKER, T. Effective health risk communication about pandemic influenza for vulnerable populations. In: *American Journal of Public Health*, 99: Suppl 2:S324-32, 2009. DOI: 10.2105/AJPH.2009.162537.

ZAROCOSTAS, John. How to fight an infodemic. In: **The Lancet**, v. 395, n, 10225, p. 676. 2020.

WHO. **Managing Epidemics: Key Facts about Major Deadly Diseases.** Genebra (Suíça): World Health Organization, 2018.

WOLFF, Greg G. Influenza vaccination and respiratory virus interference among Department of Defense personnel during the 2017-2018 influenza season. In: **Vaccine**, v. 10, n. 38(2), Janeiro de 2020, Pp. 350-354.

SOBRE O AUTOR

Wladimir Ganzelevitch Gramacho é professor adjunto da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília e coordenador do Centro de Pesquisa em Comunicação Política e Saúde Pública (CPS) da UnB.

“ *A combinação de crise política gerada pelo próprio presidente, a insistência dele em ignorar as diretrizes das autoridades de saúde no combate à pandemia e a recorrente participação em manifestações de caráter autoritário fez o que parecia impossível: a tensão política ofuscou a discussão sobre COVID-19 nos editoriais dos principais jornais de circulação nacional do Brasil.*

- Mont'Alverne

CRISE POLÍTICA OFUSCA A COVID-19: EDITORIAIS DOS GRANDES JORNAIS BRASILEIROS DURANTE A PANDEMIA

Camila Mont'Alverne

O aumento do número de casos de COVID-19 seria o principal assunto do Jornalismo brasileiro em um contexto normal. Os editoriais de grandes jornais, que costumam tratar de questões políticas e econômicas controversas, provavelmente iriam se debruçar sobre a resposta do governo à pandemia, olhando para medidas destinadas a fortalecer o sistema de saúde. Dificilmente a necessidade de isolamento social seria uma das questões abordadas em editoriais, pois não haveria motivo para polêmica em torno de seguir recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). As ações do presidente Jair Bolsonaro, porém, alteraram esses padrões.

A combinação de crise política gerada pelo próprio presidente, a insistência dele em ignorar as diretrizes das autoridades de saúde no combate à pandemia e a recorrente participação em manifestações de caráter autoritário fez o que parecia impossível: a tensão política ofuscou a discussão sobre COVID-19 nos editoriais dos principais jornais de circulação nacional do Brasil (Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo). A forma pela qual o presidente lida com a pandemia e as suas movimentações desde o início da quarentena têm motivado uma escalada no conflito entre os periódicos e Bolsonaro, expressada abertamente nos textos em que eles apresentam a opinião institucional.

Os editoriais de OESPⁱ e OGⁱⁱ seguem a diretriz adotada na cobertura noticiosa, reforçando as orientações das autoridades de saúde sobre a necessidade do isolamento social e de uma rede de proteção social para a populaçãoⁱⁱⁱ. Este é o primeiro ponto de discordância entre jornalismo e presidência, demonstrando que, em situa-

ções nas quais agentes políticos relevantes criam controvérsia quando ela originalmente não existiria, o assunto pode passar a ser alvo de editoriais.

Uma consequência da adesão do presidente a posições anticientíficas tem sido a diminuição da importância atribuída ao ocupante do cargo portador da autoridade máxima do país. Em diferentes momentos, FSP^{iv} e OESP^v fazem apelos para que Bolsonaro não seja ouvido, pois atrapalharia as ações dos integrantes do governo, de governadores e de outros Poderes que estariam dispostos a lidar com a situação de forma responsável. Bolsonaro passa, então, a ser apresentado como alguém que precisaria ser contido pelas instituições.

Outra inflexão que se intensifica com a pandemia é que deixa de haver reservas em afirmar que o presidente dissemina informações falsas, inclusive com OESP^{vi} aproximando abertamente a rede de desinformação do Palácio do Planalto antes mesmo de as investigações do inquérito sobre o assunto chegarem a assessores do presidente e de seus filhos. As ações de Bolsonaro também deixam de ser encaradas como sinal de despreparo, com os periódicos reconhecendo que existe uma intenção (frequentemente classificada como eleitoral) por trás delas. As crises de saúde e política parecem ter convencido os comitês editoriais dos principais jornais do país que a única posição que os restava era o conflito com o governo e a exposição de suas estratégias, diante da gravidade da situação.

Os pontos críticos no período, do ponto de vista dos editoriais, foram a demissão do então Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, a participação de Bolsonaro em manifestações golpistas e a saída de Sergio Moro do governo. Na primeira, os três jornais demonstram total apoio ao ex-Ministro da Saúde, mas o caso não repercutiu por muito mais tempo. A segunda e a terceira, por sua vez, são especialmente importantes porque marcam a construção da argumentação de crime de responsabilidade.

As inclinações autoritárias do presidente parecem finalmente ser levadas a sério. Se elas foram relativizadas durante as eleições de 2018, especialmente por OESP e sua escolha muito difícil^{vii}, o periódico agora argumenta que Bolsonaro aposta no caos como caminho para soluções autoritárias^{viii}. A FSP tem, desde a campanha eleitoral, chamado atenção para os abusos do presidente^{ix}, principalmente por ser um de seus alvos preferidos de ataque. Já OG^x chega a afirmar que o presidente tem o desejo de virar a mesa das regras constitucionais.

O ataque a repórteres na manifestação do dia 3 de maio elevou ainda mais a tensão. OESP^{XI}, empresa na qual os jornalistas atacados trabalham, responsabiliza diretamente o presidente pelos ataques, cobrando que ele apresente desculpas públicas. O jornal também cobra as instituições, particularmente as Forças Armadas, a se posicionarem contra o Bolsonaro. A FSP publicou um editorial extraordinário^{XII}, no próprio domingo, classificando Bolsonaro de anti estadista e de ser o representante do baixo claro “de sempre”, enquanto OG^{XIII} afirma que os freios e contrapesos da democracia, dos quais o presidente não gosta, continuarão a funcionar.

Ainda em relação ao autoritarismo do presidente e dos apoiadores, no dia 9 de maio, OESP^{XIV} comparou o movimento intitulado de “300 do Brasil”, que ameaçava uma chamada marcha sobre Brasília, com a tropa de segurança do partido nazista alemão e o associou a Bolsonaro. O editorial é ilustrativo da gravidade com a qual os quality papers brasileiros vêm acompanhando o desenrolar da crise envolvendo o governo. Apesar de ser caracterizado por opiniões contundentes, OESP faz este tipo de comparação apenas em situações excepcionais.

A saída de Sergio Moro do governo, junto à participação nos movimentos autoritários, foi utilizada como forma de agendar a necessidade de retirar Bolsonaro do cargo, ainda que haja modulações no discurso dos três jornais. OESP^{XV} chega a endossar o pedido de renúncia feito pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e apresentou uma lista dos possíveis crimes de responsabilidade cometidos pelo presidente. FSP^{XVI} optou por afirmar a necessidade de que as instituições apliquem as punições indicadas pelas investigações sobre a tentativa de interferência na Polícia Federal, mas sem expressar o que entende como adequado. OG^{XVII} afirma algo semelhante, mas argumenta que Bolsonaro deseja transformar a PF em uma polícia pessoal.

Ainda que não mencionem diretamente o impeachment, os três jornais começam a cumprir um papel semelhante ao que fizeram em relação ao processo que retirou Dilma Rousseff do cargo: agendam a necessidade de que alguma sanção seja aplicada ao presidente antes mesmo que o impedimento se torne politicamente viável. Há, ainda a repetição de um padrão. OESP é o primeiro dos três jornais a tratar diretamente do assunto, enquanto os outros dois tendem a ser mais reticentes, mas acabam apoiando a deposição quando percebem sua viabilidade.

No caso de Bolsonaro, porém, há um presidente com expressa disposição em

desrespeitar as regras da democracia, o que pode alterar as estratégias comumente utilizadas pelos periódicos em processos do tipo. Ademais, FSP, OESP e OG ainda conferem certa credibilidade à equipe econômica do governo, mesmo que os dois^{xviii} últimos^{xix} já tenham expressado críticas neste sentido. De todo modo, a presença dos “liberais” no governo pode retardar a adesão inequívoca dos jornais a um eventual impeachment – embora dificilmente seja o suficiente para evitá-la se a economia não mostrar sinais de recuperação.

Assim, a tendência para os próximos meses na relação entre FSP, OESP e OG com Bolsonaro parece ser de que os jornais se invistam ainda mais da responsabilidade de colaborar para a contenção do presidente, o que tende a intensificar os conflitos. O movimento tem, inclusive, um caráter mercadológico, no qual as publicações afirmam a sua necessidade para a democracia brasileira. A questão é que, nos últimos anos, os quality papers apostaram, principalmente OESP e OG, em aproximar-se de um leitorado de direita. Atualmente, pelo menos parte de tal audiência é apoiadora de primeira ordem do presidente, o que pode gerar pressões comerciais a depender das opiniões expressadas.

Os periódicos parecem ter iniciado a construção de um clima de opinião para o afastamento do presidente, mas com cautela, especialmente considerando a situação de pandemia. Ademais, existem dúvidas sobre a real viabilidade do processo – e derrotá-lo faria Bolsonaro se sentir ainda mais fortalecido, o que certamente pesa no cálculo político. Neste sentido, é provável que acompanhem novos testes das instituições por parte de Bolsonaro, oferecendo mais chances de que os periódicos se posicionem pelo respeito à democracia, algo que nem sempre fizeram quando a oportunidade lhes foi dada.

Notas

ⁱ <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-importancia-de-ficar-em-casa,70003273921>

ⁱⁱ <https://oglobo.globo.com/opinioao/mandetta-sai-o-coronavirus-permanece-1-24376730>

ⁱⁱⁱ <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-vida-o-emprego-e-o-estomago,70003243718>

^{iv} <https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2020/03/falando-sozinho.shtml>

^v https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,sabotagem,70003259891?utm_

source=twitter:newsfeed&utm_medium=social-organic&utm_campaign=redes-sociais:042020:e&utm_content=:::&utm_term=

^{vi} <https://opinio.estado.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-mentira-e-o-palacio,70003259893>

^{vii} <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,uma-escolha-muito-dificil,70002538118>

^{viii} <https://opinio.estado.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-brutalizacao-da-verdade,70003248195>

^{ix} <https://www1.folha.uol.com.br/opinio/2020/02/sob-ataque-aos-99.shtml>

^x <https://oglobo.globo.com/opinio/editorial-bolsonaro-insiste-na-desobediencia-institucional-24408585>

^{xi} <https://opinio.estado.com.br/noticias/notas-e-informacoes,selvagens,70003292261>

^{xii} https://www1.folha.uol.com.br/opinio/2020/05/marcha-dos-covardes.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=comptw

^{xiii} <https://oglobo.globo.com/opinio/editorial-bolsonaro-insiste-na-desobediencia-institucional-24408585>

^{xiv} <https://opinio.estado.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-marcha-dos-camisas-pardas,70003297236>

^{xv} <https://opinio.estado.com.br/noticias/notas-e-informacoes,sob-o-signo-de-tanatos,70003282391>

^{xvi} <https://www1.folha.uol.com.br/opinio/2020/04/apostas-de-bolsonaro.shtml>

^{xvii} <https://oglobo.globo.com/opinio/explicacao-confusa-de-bolsonaro-reforca-investigacoes-1-24392822>

^{xviii} <https://opinio.estado.com.br/noticias/notas-e-informacoes,o-panico-e-a-ladainha-cor-de-rosa,70003231160>

^{xix} <https://oglobo.globo.com/opinio/a-estabilidade-da-economia-esta-em-jogo-na-crise-do-presidente-24394498>

SOBRE A AUTORA

Camila Mont'Alverne é pesquisadora de pós-doutorado no Reuters Institute for the Study of Journalism, Universidade de Oxford, e doutora em Ciência Política pela UFPR.



A comunicação política do presidente durante a pandemia representa, portanto, um típico caso de comunicação dessincronizada entre as políticas adotadas pelo Governo, as ações de fato, e as agendas e enquadramentos perseguidos pelo presidente, no momento em que imprensa e sociedade demonstravam um maior alinhamento sobre a percepção da crise.

- Vasconcellos

OS LIMITES DOS PODERES DE AGENDAMENTO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Fábio Vasconcellos

A crise provocada pela pandemia do novo coronavírus tem chamado atenção para uma série de questões no âmbito dos estudos da comunicação política. O papel dos meios tradicionais de comunicação na conformação e manutenção da agenda pública, o comportamento da sociedade confinada e mais disponível para consumir um volume considerável de informações, ou mesmo as estratégias de comunicação dos governos são algumas das questões mais evidentes no momento. O caso brasileiro, no entanto, tem outro ingrediente igualmente importante de ser observado, qual seja, o papel do presidente da República na gerência da comunicação do Governo.

A magnitude dessa crise exigiu do Poder Executivo ações coordenadas com um duplo objetivo. A primeira ação, de natureza pedagógica, teria como finalidade explicar para a população qual era a situação e o que deveria ser feito para se proteger; a segunda, de natureza política, teria o objetivo de sinalizar que o Governo estava atento e tomava decisões para enfrentar a situação. Essas ações, muitas vezes indissociáveis, comporiam uma espécie de estratégia sincronizada de comunicação, na qual a agenda da sociedade é incorporada pelo Governo, e este passa a produzir mensagens alinhadas com as expectativas da população.

Acontece que nos sistemas presidencialistas, o chefe do Executivo desempenha papel central na orientação da comunicação e nos seus efeitos sobre a percepção que a sociedade tem sobre “o que o Governo tem feito”, ou mesmo, como é o caso, sobre como ela deve agir para se proteger. A explicação para isso está no arranjo institucional que transfere para a figura de uma pessoa, no caso o presidente

eleito pelo voto direto, o papel de representante único do Poder Executivo. O que o presidente fala importa e é simbolicamente relevante. Esse poder de fala e de mobilização da atenção, que poderíamos classificar como poder de agendamento do presidente da República, é indissociável do seu cargo e das suas ações.

Essas são algumas premissas gerais, resta observarmos agora alguns dados empíricos do caso brasileiro. O Governo Federal, como sabemos, é muito mais amplo do ponto de vista prático do que a figura do presidente. Há inúmeras instâncias e órgãos que tomam decisões diariamente, e isso não tem sido diferente durante a pandemia. Muitas dessas decisões foram noticiadas, inclusive, pela imprensa. Essas ações, no entanto, foram mencionadas apenas lateralmente pelo presidente nas suas falas públicas.

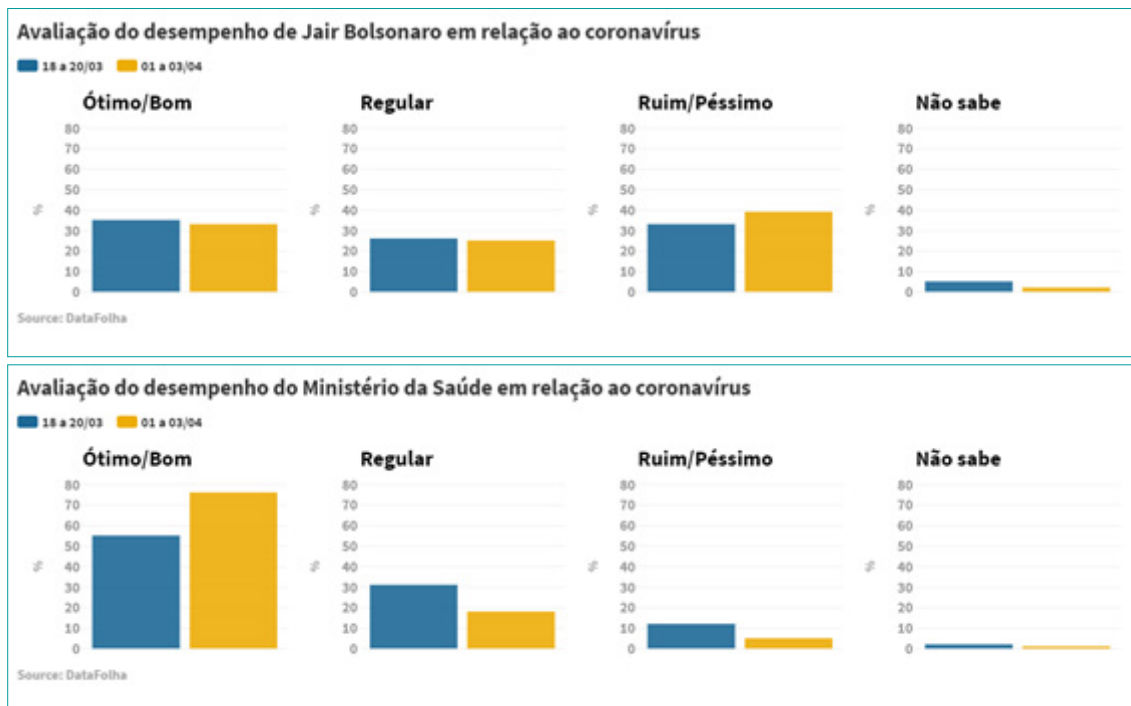
Bolsonaro tem uma compreensão diferente sobre os riscos da Covid-19 e a ordem de prioridades diante da crise, e assim procurou pautar os seus discursos diários. Suas falas acabaram ganhando forte repercussão na imprensa e nas mídias sociais. Parte disso se deve a uma mudança na estratégia de comunicação, ocorrida ainda em 2019. Além do uso da comunicação via mídias sociais, Bolsonaro passou a adotar encontros diários com a imprensa. Todos os dias, o presidente responde a perguntas de jornalistas, logo no começo da manhã, na porta do Palácio da Alvorada.

Como todo presidente, Bolsonaro sabe que suas posições públicas têm poder de gerar repercussão. Em situações normais de temperatura e pressão, a tentativa de influenciar a agenda e a percepção sobre os temas atende a um propósito bem simples: governos que conseguem controlar minimamente a agenda e os enquadramentos sobre os temas públicos criam melhores condições para governar.

Os encontros com jornalistas, no entanto, ampliaram a visibilidade negativa das falas do presidente porque ali tinha um fato com alto valor-notícia: Bolsonaro adotou uma pauta bastante dissociada das ações que as demais áreas do Governo vinham aplicando no enfrentamento da pandemia, e diferente também da percepção majoritária na imprensa e na sociedade sobre os riscos da Covid-19ⁱ. Mesmo quando decidiu usar as mídias sociais ou o pronunciamento em cadeia de TV, Bolsonaro manteve o discurso de que havia “histeria” e de que se tratava e uma “gripezinha”.

Nesse contexto, podemos dizer que a percepção dos brasileiros sobre o desempenho do Governo esteve muito orientada pela insistência do presidente de

tentar controlar a agenda com assuntos paralelos ou mesmo pela sua noção sobre o baixo risco da Covid-19ⁱⁱ. É sintomático, por exemplo, que o Ministério da Saúde, até então chefiado pelo ex-ministro, Luiz Henrique Mandetta, tenha obtido altos índices de aprovação, enquanto, no mesmo período entre março e abril, os percentuais de desempenho de Bolsonaro tenham sido bem inferiores, e com tendência de piora.



Fonte: Datafolha (2020)

O ex-ministro Mandetta, como se sabe, optou por uma comunicação diária, transmitida ao vivo, em que procurava calibrar o discurso com a percepção de que a situação de fato era grave e exigia cuidados. Pelo DataFolha, o desempenho positivo do ministério foi 2,3 vezes maior que a avaliação positiva de Bolsonaro. Na mesma pesquisa, 51% consideraram que o presidente mais atrapalhava do que ajudava no combate à Covid-19.

A discussão explorada neste texto de maneira muito geral sugere alguns apontamentos. Embora presidentes da República tenham poder de mobilizar a sociedade e a imprensa, chamando atenção para os temas e enquadramentos do seu interesse, parece haver limites contextuais para esse poder, como demonstraram Peake e Eshbaugh-Soha (2008) e Page e Dempsey (1995). No caso brasileiro, a extensão da crise, o grau com que a imprensa e a sociedade compartilham a

mesma percepção do cenário, ou mesmo os índices de popularidade mais restritos do presidente, tendem a explicar esse limiteⁱⁱⁱ.

É verdade que a insistência de Bolsonaro em enfraquecer o discurso do isolamento gerou efeitos práticos, com alguns estados e cidades enfrentando graves problemas, mas, no cômputo geral, os dados demonstram que o presidente foi menos ouvido do que desejava. Isso de certa forma aparece nas pesquisas de opinião. Ao mesmo tempo em que rejeitava a atuação do presidente, a população aprovava a atuação do Ministério da Saúde, órgão que faz parte do Governo Bolsonaro.

A comunicação política do presidente durante a pandemia representa, portanto, um típico caso de comunicação dessincronizada entre as políticas adotadas pelo Governo, as ações de fato, e as agendas e enquadramentos perseguidos pelo presidente, no momento em que imprensa e sociedade demonstravam um maior alinhamento sobre a percepção da crise. Em outros termos, o poder de agenda de um presidente da República não é algo dado pelas características do cargo que ocupa. Depende fortemente também da sua habilidade para gerenciar a comunicação do Governo com a sociedade de modo que, no momento adequado, consiga reorganizar a agenda conforme as políticas que deseja aplicar. Nisso, Bolsonaro falhou.

Notas

ⁱ Cerca de 60% dos brasileiros, segundo pesquisa DataFolha de 01 a 03 de abril/2020, consideram importante o isolamento social como forma de combater a Covid19. <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/04/06/6c9855d692b869f13c5d83c421568342hb.pdf>

ⁱⁱ É preciso lembrar que, durante a pandemia, o presidente Bolsonaro demitiu o ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, além do ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro. Os dois casos competiram com a atenção dos brasileiros confinados em suas casas a espera do fim da pandemia e ou de informações sobre as ações do Governo federal para enfrentar a crise.

ⁱⁱⁱ Em dezembro de 2019, portanto, quase três meses antes do início da pandemia no Brasil, Bolsonaro registrada cerca de 36% de avaliação ruim/péssimo. Cerca de 30% dos entrevistados pelo DataFolha consideravam o presidente como Ótimo/Bom, percentual praticamente estável considerando os três levantamentos anteriores feitos pelo instituto. <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/12/23/57102c2d2b4f095a-dbec95cb335c7066abc.pdf>

Referências

COHEN, Jeffrey E. Presidential Rhetoric and the Public Agenda. In **American Journal of Political Science**, Ano 1, v. 39, n. 1, Fevereiro de 1995, p- 87-107

EDWARDS, George C; WOOD, Dan B. Who Influences Whom? The President, Congress, and the Media. In **The American Political Science Review**, Ano 1, v. 93, n. 2, Junho de 1999, p-327-344.

PAGE, Benjamin; SHAPIRO, Robert; DEMPSEY, Glenn R. What Moves Public Opinion. In **The American Political Science Review**. Ano 1, v. 81, n. 1, Março de 1987, p-23-44.

PEAKE, Jeffrey S.; SOHA-ESHBAUGH, Mattheus. The Agenda-Setting Impact of Major Presidential TV Addresses. In *Political Communication*. Ano 1, v. 25, n. 2, Abril de 2008, p-113-137.

SOBRE O AUTOR

Fábio Vasconcellos é professor-adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Escola Superior de Propaganda e Marketing -RJ.

“ *Nessa conjuntura, não é justo ou honesto dizer que esse vírus é democrático.*

Favelas permanecem como cenário de uma guerra urbana sem fim; jovens negros continuam sendo mortos indiscriminadamente; mulheres negras sentem-se ainda mais vulneráveis.

- Freitas

EM MEIO A NÚMEROS EXPONENCIAIS DA COVID-19, CORPOS NEGROS IMPORTAM

Viviane Gonçalves Freitas

Este artigo foi escrito logo após assistir ao vídeo da reunião ministerial realizada em 22 de abril, que foi liberado para acesso público, um mês depois (22/05), pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello (CNN BRASIL, 2020). Aquelas duas horas que mostravam o poço ganhando um alçapão cada vez mais profundo não deixam dúvidas de que é urgente nos atentar para o poder dos discursos, com reflexo nas políticas públicas, principalmente, em meio à pandemia do novo coronavírus. Afinal, “um parecer e uma canetada”, no momento em que a imprensa e a opinião pública se voltam para a Covid-19, podem ser a oportunidade perfeita para implementar desregulamentações, sem a necessidade de contar com o apoio do Congresso, como dito na referida reunião no Palácio do Planalto.

Nessa conjuntura, não é justo ou honesto dizer que esse vírus é democrático. Favelas permanecem como cenário de uma guerra urbana sem fim; jovens negros continuam sendo mortos indiscriminadamente; mulheres negras sentem-se ainda mais vulneráveis. No dia 18 de maio, o adolescente João Pedro Mattos, de 14 anos, foi morto com um tiro enquanto brincava com seus primos, dentro de casa, cumprindo a recomendação de isolamento social, em São Gonçalo (RJ), durante uma ação da Polícia Militar contra traficantes (NÓS, MULHERES DA PERIFERIA, 2020). Em outra vertente dessa situação, mulheres que tinham nas faxinas a renda principal de suas famílias, deparam-se agora com a falta de comida para filhas/os e netas/os, enquanto aguardam a resposta se estão aptas a receber o auxílio emergencial do governo. Educação à distância via internet, atividades recreativas

para as crianças e garantia de três refeições ao dia não fazem parte do cotidiano de pessoas como Maria Aparecida Brito, de 50 anos, moradora do Alto Vera Cruz, uma das maiores comunidades da periferia de Belo Horizonte (MG) (PIMENTEL, 2020). Duas histórias que, infelizmente, são convergentes e que têm se repetido com outras tantas personagens, ganhando status de notícia, seja na imprensa tradicional ou nas mídias independentes.

Segundo dados do Atlas da Violência 2019, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2017, 75% dos homicídios registrados foram de negros (pretos e pardos) – sendo a maioria jovens, na faixa etária de 15 a 29 anos. Em relação à renda familiar: (a) as mulheres representam 92% dos mais de 6 milhões de indivíduos no trabalho doméstico, sendo que 71% são negras (OIT BRASÍLIA, s.d.); (b) 63% dos lares chefiados por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza (Síntese dos Indicadores Sociais/IBGE); (c) as mulheres representam 53,8% da população desempregada (PNAD Contínua); (d) entre as mulheres, as negras são a maioria no trabalho informal (47,8%), enquanto as brancas somam 34,7% (Síntese dos Indicadores Sociais/IBGE); (e) 71,5% das pessoas registradas no Cadastro Único para Programas Sociais são negras, sendo 62,6% mulheres e com renda mensal de R\$ 285,00 (IDados) (OLIVEIRA, 2020).

Vale ressaltar que, até o dia 22 de maio, foram contabilizados oficialmente 21.048 óbitos e 330.890 pessoas infectadas pelo novo coronavírus, no Brasil, segundo o Ministério da Saúde (G1, 2020). De acordo com informações do Boletim Epidemiológico Especial COE-Covid19, de 18 de maio, negras/os representavam 46,7% das internações por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) por Covid-19, e brancas/os, 51,4%. Quanto aos óbitos, os números eram: pretas/os e pardas/os, 54,8%; brancas/os, 43,1% (BRASIL, 2020). Em ambos os casos, é importante salientar a possibilidade real de subnotificações, como destacam diversos especialistas, não apenas no Brasil, mas em vários países, cujo percentual de testes está abaixo do recomendado.

Dias atrás, Angela Davis, autora de “Mulheres, raça e classe” (Boitempo, 2016), em entrevista a Frank Barat, ressaltou que o racismo, em suas vertentes estrutural e institucional, agrava a situação de afro-americanos no enfrentamento à Covid-19 (DAVIS, 2020). Não apenas nos Estados Unidos, mas também no Brasil,

as desigualdades socioeconômicas anteriores à pandemia – ou a “desigual redistribuição da vulnerabilidade”, nas palavras de Achille Mbembe (2020) – tornam-se ainda mais profundas em meio a um contexto de falta de condições básicas de moradia, saneamento, infraestrutura, dignidade como ser humano.

A Constituição Federal de 1988 garante a universalização do direito à saúde. Segundo dados da pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (IPEA et al, 2011), 67% dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) são negras/os. Com o sucateamento dos serviços públicos, esse direito fica extremamente comprometido. Assim, a necropolítica (MBEMBE, 2018) – conceito do filósofo camaronês – atua novamente, explicitando a soberania da morte: a quem cabe decidir quem deve viver e quem pode morrer. A condição de invisibilidade, de negação, de não-existência se expressa nessas mortes-estatísticas, nessas despedidas sem fôlego.

Referências

BRASIL. Boletim Epidemiológico Especial COE-Covid19. **Site do Ministério da Saúde**, 18 maio 2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/May/21/2020-05-19---BEE16---Boletim-do-COE-13h.pdf>. Acesso em 23 maio 2020.

CNN BRASIL. Reunião ministerial de Bolsonaro: assista ao vídeo na íntegra e leia transcrição. **CNN Brasil**, 22 maio 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/05/22/assista-ao-video-da-reuniao-ministerial-com-bolsonaro>. Acesso em 23 maio 2020.

DAVIS, Angela. **Angela Davis on Ahmaud Arbery's killing, racism, prison abolition, animal rights and capitalism**. Entrevista concedida a Frank Barat, em 11 maio 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_XuKSbjI-8JY&feature=youtu.be&fbclid=IwAR16c5c0qhl_tJAsYkoegnVViHccn6uZP__MCIXZ-6V59E1sW6qCStfZ7YQc. Acesso em 14 maio 2020.

G1. Brasil tem 21.048 mortes e 330.890 mil confirmações de infecção pelo novo

coronavírus, diz ministério. **G1**, 22 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/22/brasil-tem-21048-mortes-causadas-pelo-novo-coronavirus-diz-ministerio.ghtml>. Acesso em 23 maio 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA) et. al. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 4.ed. Brasília, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP) (Orgs.). **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em 23 maio 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. O direito universal à respiração. **Instituto Humanitas Unisinos**, 17 abr. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598111-o-direito-universal-a-respiracao-artigo-de-achille-mbembe>. Acesso em 23 maio 2020.

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. João Pedro, presente: 'a sua polícia matou uma família completa'. **Nós, Mulheres da Periferia**, 19 maio 2020. Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/joao-pedro-presente-a-sua-policia-matou-uma-familia-completa/>. Acesso em 23 maio 2020.

OLIVEIRA, Semayat S. Um exército de mulheres: elas são arrimo de família mesmo sem renda fixa. **Nós, Mulheres da Periferia**, 30 abr. 2020. Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/um-exercito-de-mulheres-elas-sao-arri-mo-de-familia-mesmo-sem-renda-fixa/>. Acesso em 23 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – BRASÍLIA. Trabalho doméstico. **OIT Brasília**, s.d. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/traba->

lho-domestico/lang--pt/index.htm. Acesso em 23 de maio 2020.

PIMENTEL, Thais. 'Como que faz pra distrair três crianças, sendo que tem que ganhar o nosso pão?', diz avó que vive em comunidade pobre de BH. **G1 Minas**, 18 de maio. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/05/18/como-que-faz-para-distrair-tres-criancas-sendo-que-tem-que-ganhar-o-nosso-pao-diz-avo-que-vive-em-comunidade-pobre-de-bh.ghtml>. Acesso em 23 maio 2020.

SOBRE A AUTORA

Viviane Gonçalves Freitas é doutora em Ciência Política (UnB), com pós-doutorado em Ciência Política (UFMG). Pesquisadora associada à Rede de Pesquisas em Feminismos e Política e ao Margem – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça (DCP/UFMG).

“ *Em meio a subnotificação geral de casos e mortes pelo novo coronavírus, reivindicações antigas de movimentos sociais de PTCs, como é o caso do direito à regulamentação de seus territórios ou mesmo o reconhecimento de sua contribuição à manutenção das florestas, passam longe do interesse do Estado e, por vezes é por ele atacado.*

- Bargas

VULNERABILIDADE DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS É AINDA MAIS EXPOSTA NA PANDEMIA

Janine Bargas

Nos últimos meses, marcados pela avalanche de casos do novo coronavírus no mundo e pelo acumulado de crises que vivemos no Brasil, nos acostumamos a acompanhar diversas representações gráficas que tentam dar conta dos dados sobre a Covid-19. Entre os mais distintos modelos de boletins epidemiológicos, um deles me chama atenção. É o do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente (SACACA) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)ⁱ (Figura 1), produzido em parceria com a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu)ⁱⁱ, que estampa uma categoria amarga às questões de cidadania, a de “casos sem assistência médica” no estado.

Figura 1 - Boletim sobre a Covid-19 entre as comunidades quilombolas do Pará



Fonte: Instituto Sacaca/Malungu (2020)

Entre casos monitorados, recuperados, novos casos e óbitos, há aqueles que, simplesmente, estão à margem de qualquer política de assistência do Estado em meio a um crise sanitária sem precedentes no mundo. Neste texto busco dar destaque a duas dimensões específicas relacionadas aos grupos sociais que o Decreto 6.040/2007ⁱⁱⁱ denomina de “povos e comunidades tradicionais” (BRASIL, 2007) (PCT)^{iv}, a partir do boletim mencionado anteriormente: a dimensão da in/visibilidade da condição desses grupos no debate da esfera pública e a dimensão do alijamento de direitos e iniquidades históricas intensificadas nos anos recentes.

Em primeiro lugar, interessa refletirmos sobre como questões formalmente colocadas como de interesse público nacional, como a dos PCTs, seja pelo grande acervo científico que demonstra sua relevância para a nação, seja pelo acumulado de normas constitucionais e infra-constitucionais^v que visam à sua salvaguarda, estão silenciadas no debate público hegemônico. Informações sobre número de indígenas e quilombolas infectados ou mesmo sobre a situação sanitária de comunidades e aldeias parece não chamar tanto a atenção de veículos de imprensa desorientados em meio aos dados mais amplos, tampouco de especialistas entrevistados nas grandes redes de TV e portais de notícias, muito menos de perfis dos chamados influenciadores digitais. De partida, o novo coronavírus não parecia sequer que chegaria a comunidades distantes dos grandes centros. Somente mais de um mês após as primeiras notificações de casos no país, algumas poucas reportagens faziam alusão a situação de indígenas frente ao caos na saúde. Novos dados passaram a surgir com o levantar das vozes de lideranças políticas e ativistas e com o baixar da poeira entre a população geral, não-tradicional, que agora já sabe como lavar as mãos e que máscaras diminuem as chances de contágio.

Historicamente – e agora não é diferente – os problemas enfrentados pelos chamados grupos originários e até mesmo mecanismos de ajuda só estão disponíveis de forma aprofundada na mídia alternativa. Organizações não-governamentais (ONGs), associações, coletivos independentes, de pouca audiência, e os próprios grupos tradicionais, ao fim e ao cabo, são os responsáveis pela publicação desses casos^{vi}, com pouco ou nenhum apoio fora desse círculo. Esse ciclo vicioso, que mantém a informação entre uma audiência restrita, às vezes, a esses

mesmos grupos, acaba por provocar um enclausuramento da pauta.

Mas, o que a publicidade – entendida como publicização – tem a ver com a situação dos PCTs? Se o conhecimento sobre a importância desses grupos está restrita a discussões acadêmicas e jurídicas, como a sociedade em geral pode trazê-los para um lugar de merecido destaque no debate? Algumas menções sobre teorias do jornalismo ajudam a pincelar uma resposta. Se tomarmos a teoria da espiral do silêncio (NOELLE-NEMANN, 1993), segundo a qual, quanto mais silenciado um assunto é, mais profundo nessa espiral ele estará, dificilmente emergindo para a cena pública, porque confrontar percepções dominantes torna-se desgastante, temos aqui um caso exemplar. Ocorre que desse silenciamento, advém prejuízos de outras naturezas, como o questionamento da legitimidade desses grupos perante suas reivindicações políticas e mesmo a perseguição pública sobre normas, lideranças e grupos que buscam seus direitos. Disso decorre, ainda, a importância de pautar seriamente e recorrentemente as questões dos PCTs considerando-as de fato como de interesse público.

Em segundo lugar, o alijamento de direitos se agrava, boa parte em decorrência desses questionamentos. Quem é contra o reconhecimento (FRASER; HONNETH, 2003; HONNETH, 2003, 2013) desses grupos e sobre a ideia de justiça (FRASER, 2002, 2006) almejada por eles entende que tais sujeitos deveriam estar diluídos em uma nação maior e que, portanto, não haveria direitos específicos alguns a serem reivindicados.

Acontece que, além dos direitos universais garantidos a todos os brasileiros, PCTs possuem particularidades étnicas, linguísticas, sociais, econômicas e políticas já assinaladas em normas nacionais e internacionais, como dito anteriormente. Na maioria delas, é determinado que ao Estado cabe a sua preservação, bem como de seus territórios, enquanto um movimento de salvaguarda conjunta das memórias, das identidades, dos conhecimentos e das culturas que compõem a nação.

Ora, sequer direitos universais estão sendo garantidos! Em meio a subnotificação geral de casos e mortes pelo novo coronavírus, reivindicações antigas de movimentos sociais de PTCs, como é o caso do direito à regulamentação de seus territórios ou mesmo o reconhecimento de sua contribuição à manutenção das florestas, passam longe do interesse do Estado e, por vezes é por ele atacado.

Caso recente foi a reunião ministerial do dia 22 de abril, em que o ministro da educação, Abrahan Weintraub, repudia a denominação “povos indígenas” para se referir aos grupos indígenas brasileiros, a despeito da legislação vigente e do conhecimento de mais de 305 povos e 274 línguas identificadas no país.

Para a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e para a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) que, em conjunto com a Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), produziram um relatório específico sobre os desafios e medidas de controle da Covid-19 entre os povos indígenas^{vii}, alguns aspectos merecem destaque: a vulnerabilidade de povos indígenas e outras populações tradicionais não se agrava por questões biológicas, mas pelas condições de vida precárias historicamente instaladas entre esses grupos; experiências prévias com doenças infecciosas mostram que elas tendem a se espalhar mais rapidamente nos grupos tradicionais devido à sua forma majoritária de organização social coletivizada e de agrupamentos familiares com grande quantidade de moradores; comorbidades já controladas entre grupos não-tradicionais, como gripes e hepatite B, e ainda não amplamente combatidas em comunidades tradicionais, agravam o prognóstico em caso de infecção pelo novo coronavírus; o acesso às comunidades, já prejudicado pelas fronteiras conflituosas com latifúndios, empresas mineradoras e grandes monoculturas e pelas grandes distâncias em relação aos centros de referência em saúde, torna-se ainda mais difícil agora.

Nesse cenário, somente no início de abril houve uma movimentação institucional abrangente para contemplar PCTs no contexto da pandemia. O Projeto de Lei 1142/2020, que prevê auxílio financeiro e atendimento de saúde específico, entre outras medidas, de iniciativa da deputada federal Professora Rosa Neide (PT/MT) e relatado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pela deputada Joenia Wapichana (REDE-RR) – que acende um outro debate oportuno sobre representatividade na política institucional – foi aprovado na Câmara dos Deputados e seguiu, no dia 22 de maio, para a apreciação do Senado. Enfim, hoje, iniciado o terceiro mês de convivência de brasileiros com a Covid-19, PCTs ainda esperam por medidas públicas efetivas.

O fato é que até o fechamento deste texto, 20.809 casos de covid-19 foram diagnosticados entre indígenas no Brasil e 3.467 entre quilombolas. As mortes já

chegam a 599 nas aldeias e 138 nas comunidades . Isso sem mencionar outras denominações. No meio dessa tragédia, a MP da Grilagem (Medida Provisória 910) avança em Brasília, permitindo que uma boiada inteira passe sobre territórios tradicionais, autorizando a apropriação ilegal de espaços historicamente reivindicados por grupos legítimos para sua reprodução social e física.

Se a Covid-19 veio para nos colocar frente a uma situação de extrema vulnerabilidade política e sanitária, nós, que estamos a algumas centenas de metros de uma unidade básica de saúde, imagine como se encontram os povos das florestas. A desigualdade frente ao novo vírus, já evidente nas realidades das periferias urbanas, é ainda mais assustadora nos territórios tradicionais deste país.

Notas

ⁱ <https://www.facebook.com/sacacaufopa/>

ⁱⁱ <https://www.facebook.com/malungu.pa/>

ⁱⁱⁱ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

^{iv} Define o Decreto: “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

^v Apenas para citar algumas: Artigo 231 e Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988; Decreto 4887/2003; Decreto 1775/1993; Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

^{vi} O Instituto Socioambiental, em parcerias com associações representativas dos movimentos sociais, lançou dois canais digitais para o acompanhamento de casos de indígenas: (<https://covid19.socioambiental.org/>) e de quilombolas (<https://quilombosemcovid19.org/>).

^{vii} https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/coronavirus_sasi_sus_abrasco_aba.pdf

^{viii} Dados levantados de forma independente até 30 de julho, às 12h10, pela Articulação dos Povos Indí-

genas do Brasil (Apib) e pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), junto com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da saúde e o Instituto Socioambiental.

Referências

BRASIL. Decreto no 6040, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>.

FRASER, N. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 07–20, 1 out. 2002. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/1250>>.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo** (São Paulo, 1991), v. 15, n. 14–15, p. 231–239, 30 mar. 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cadernosde-campo/article/view/50109>>.

FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or recognition?** A political-philosophical exchange. London: New York: Verso, 2003.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed34, 2003.

HONNETH, A. O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. **Sociologias**, v. 15, n. 33, p. 56–80, ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1517-45222013000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **The Spiral of Silence:** Public Opinion - Our Social Skin. University of Chicago Press, 1993.

SOBRE A AUTORA

Janine Bargas é doutora em Comunicação pela UFMG. Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa/Rondon do Pará). Coordena o Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Política (Nucomp).

“ *Estados das regiões norte e nordeste precisam de mais atenção e recursos da União para minimizar os efeitos da pandemia do que as demais regiões do país, ainda que isso não apareça de maneira geral na forma de cobertura que a imprensa faz da doença.*

- Cervi

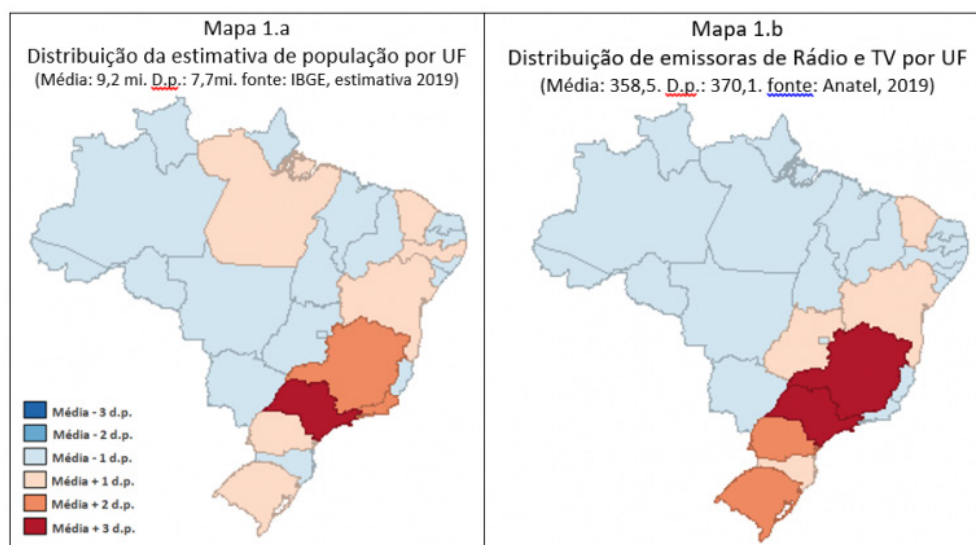
A FORMA COMO SE COMUNICA COVID-19 TAMBÉM CONTAGIA

Emerson Cervi

A pandemia causada pela Covid-19, que fez com que o Brasil decretasse estado de calamidade pública já em março de 2020, é, também, uma oportunidade para aprendermos a como enfrentar uma crise social em todas as suas dimensões – inclusive a comunicacional. A estratégia adotada no Brasil foi de centralização das ações a partir do Ministério da Saúde, o que segue uma tradição da nossa federação: políticas que nascem centralizadas na União e vão se irradiando para os entes federados subnacionais. O argumento naquele momento, ainda sob a responsabilidade do ex-ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta, é que a União concentraria informações e distribuiria recursos conforme fossem as necessidades reais dos Estados e municípios. A justificativa era que com isso Estados e municípios mais ricos não concentrariam recursos escassos, gerando um duplo dano aos Estados mais periféricos. Em momentos de escassez de recursos, políticas de centralização são as mais eficientes. Além disso, uma política de comunicação que contribua para a adequada representação do problema é fundamental para o sucesso das medidas de combate. Este comentário tem o objetivo de discutir como as opções de comunicação podem contribuir para um tipo de reconhecimento da crise sanitária e do seu enfrentamento.

No caso da cobertura dos grandes meios de comunicação sobre a covid-19, seguimos uma tendência de concentração de produção em alguns Estados – aqueles que concentram o maior número de emissoras por habitante e onde estão localizadas as “cabeças de rede”. Como o mapa 1.b a seguir indica, há grande concentração de emissora nas regiões Sul e Sudeste, com uma média de 358,5 emissoras por UF,

com grande variação. Roraima apresenta apenas 22 emissoras, por um lado, e há 1.428 emissoras em SP, por outro. Isso tem como impacto a maior produção de conteúdos e concentração nessas regiões do País. De maneira geral esse “desequilíbrio” e concentração de centros de produção de conteúdos não é um problema, pois coincide com a “concentração” populacional do Brasil. O mapa 1.a mostra a distribuição da população brasileira por Unidade da Federação a partir de uma estimativa feita pelo IBGE para o ano de 2019. Temos, no Brasil, cerca de 211 milhões de habitantes, com uma média de 9,2 milhões por UF e grande heterogeneidade, com Estados concentrando muita população, como é o caso de SP, com 46 milhões, por um lado e RR, com 605 mil, por outro. Os mapas 1 mostram a distribuição em torno da média da população e dos meios de comunicação. As cores mais quentes, tons de vermelho, indicam unidades de desvio padrão acima da média, e as cores mais frias, tons de azul, mostram as unidades de desvio padrão abaixo da média. Perceba que em condições normais a concentração das sedes dos meios de comunicação coincide com a concentração populacional.



Fonte: elaborado pelo autor.

Os mapas 2.a e 2.b mostram como a distribuição de casos e óbitos registrados pelo Ministério da Saúde, em números absolutos, seguem – como é de se esperar – a distribuição populacional. As cores quentes mostram que UFs da região Sudeste, depois do Sul, concentram a maior parte dos casos e das mortes, ficando acima da média nacional para as duas informações. É comum vermos enquadramentos da cobertura sobre covid-19 que consideram as características da concentração de números

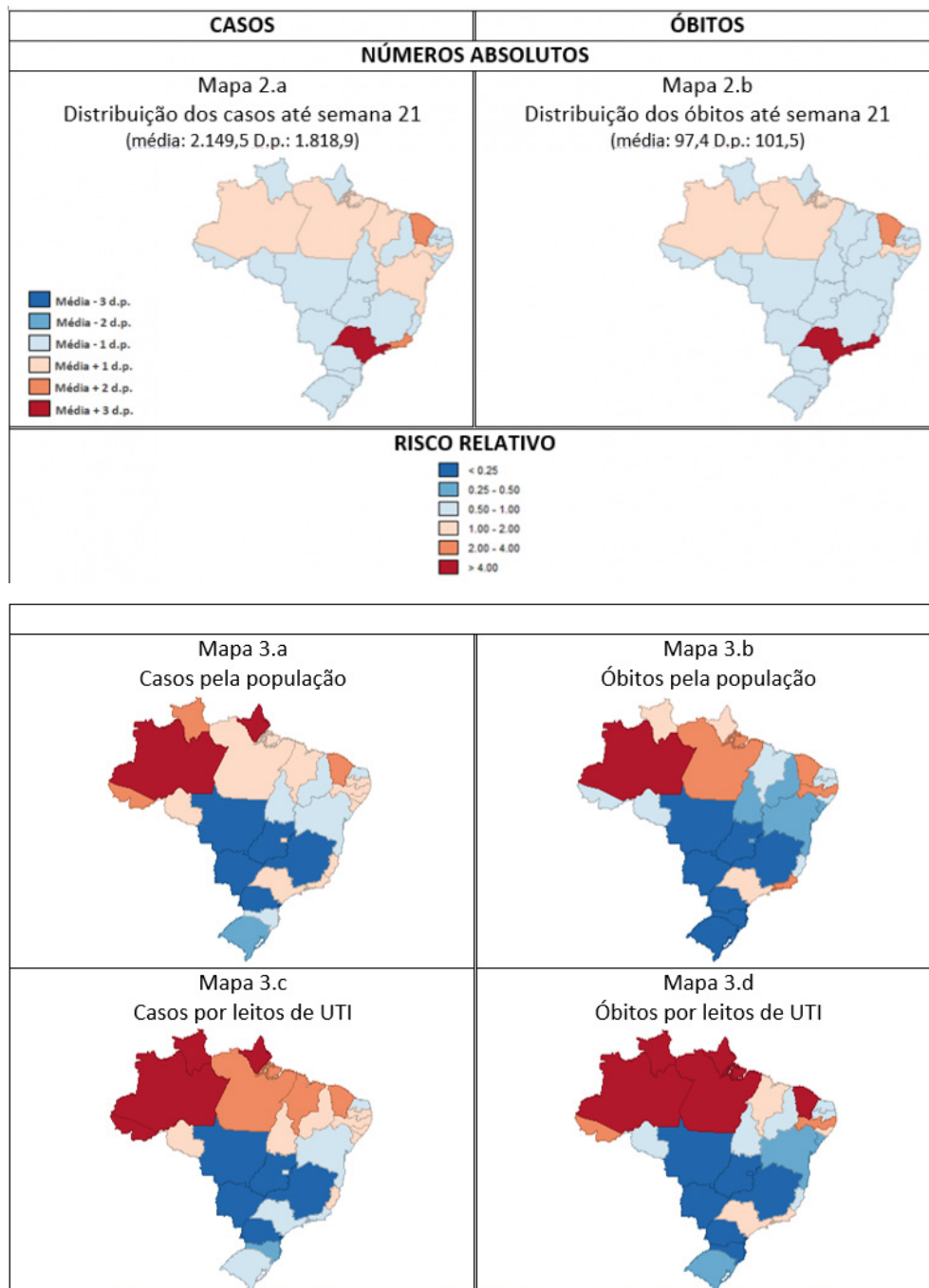
absolutos em algumas UFs. É o caso de o número de mortos de SP ser maior que o da China, ou a atenção dada à capacidade de contágio em ambientes como as favelas do Rio de Janeiro. No entanto, o uso de dados absolutos para tratar de uma pandemia escamoteia os efeitos reais da crise sanitária sobre as populações das UFs, em especial às que têm população pequena, mas com alta incidência de casos e óbitos.

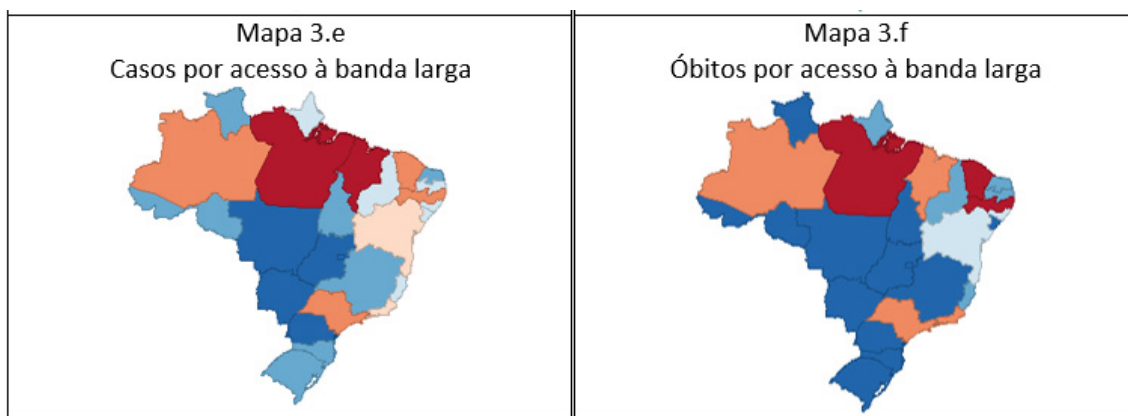
Para evitar a distorção causada pela concentração populacional na análise dos efeitos da pandemia por UF, existe uma técnica de análise geográfica que estabelece o “Risco Relativo”, evitando distorções causadas pelos números absolutos. De acordo com essa técnica, os dados de um evento (aqui são casos confirmados e mortes computadas por covid-19) são relacionados com os dados da base, que pode ser a população do Estado, por exemplo, e então calcula o risco de sofrer tal evento, considerando as variações da variável base. Em outras palavras, o risco relativo é calculado para mostrar o excesso de risco a partir de uma razão entre o número de eventos acima do número esperado desses eventos para cada unidade territorial. O número esperado é calculado aplicando o risco médio (número total de eventos em todos os locais acima do total da população do País) à população em risco em cada UF. Risco menor que o geral indica que há menos eventos naquela unidade geográfica do que o esperado e é registrado com tons de azul, a cor fria. Valores maiores à média indicam que o número de eventos excede a expectativa geral e são registrados com tons de vermelho, cor quente.

Para o caso específico, se a unidade da federação apresenta o mesmo risco de contágio e óbito por covid-19 que a média nacional, então, seu risco é 1 (um). Se ela é apresentada por tons de azul, o risco de contágio ou óbito naquela UF é menor que a média nacional, portanto, abaixo de 1 (um). Se o risco fica acima da média nacional, então a UF será indicada por um tom de vermelho e quanto mais distante da média nacional, mais intenso será o tom. Chega até a um risco quatro vezes superior à média nacional, quanto o tom é vermelho escuro.

A seguir, nos mapas 3.a a 3.f, são aplicados os riscos relativos para casos registrados e óbitos computados por covid-19 para três variáveis que servem como base: a) a população da UF; b) disponibilidade de leitos de UTI; c) percentual de população com acesso à banda larga. Perceba como as distribuições dos riscos relativos são parecidos nas três bases e como em todos os casos elas se opõem às distribuições de valores absolutos de casos e mortes. Em todos os mapas 3 os Estados do Amazonas e Pará apresentam riscos de contágio e morte acima da média nacional.

O Estado de São Paulo, que em termos absolutos aparece sempre como caso mais distante acima da média, quando consideramos o risco relativo ele se aproxima da média. Às vezes pouco acima do risco médio, às vezes pouco abaixo dele. Outra informação importante é que as três bases apresentam comportamentos muito similares, mostrando que população, disponibilidade de UTI e acesso à informação – via percentual de população com acesso à banda larga – são controles com efeitos similares para o risco relativo de contágio e óbitos por covid-19.





Fonte: elaborado pelo autor.

O que a distribuição dos casos por “risco relativo” nos mostra? Ela nos indica que no caso da covid-19 a maior concentração populacional não ajuda a entender os efeitos da doença. A concentração das sedes dos meios de comunicação em regiões onde o impacto relativo da doença é menor e o enquadramento predominante como consequência dela, atrapalha a compreensão da dinâmica da doença. Em outras palavras, o maior número de contaminados e mortos em algumas regiões não significa que as pessoas dessas regiões sejam as que estão correndo maiores riscos.

No caso da covid-19 a diferença entre os termos absolutos e relativos tem impacto direto sobre as decisões de política pública. Estados das regiões norte e nordeste precisam de mais atenção e recursos da União para minimizar os efeitos da pandemia do que as demais regiões do País, ainda que isso não apareça de maneira geral na forma de cobertura que a imprensa faz da doença. A forma como comunicamos a covid-19 tem impacto sobre como o País trata o contágio e as mortes por conta da doença. Ainda que dramas pessoais e imagens impactantes de covas coletivas façam parte da cobertura tradicional, restringir-se a isso é contribuir para a manutenção de uma visão distorcida dos efeitos da epidemia e pode gerar constrangimentos para a aplicação de critérios técnicos na distribuição de recursos escassos.

SOBRE O AUTOR

Emerson Urizzi Cervi é professor da Universidade Federal do Paraná e coordenador do CPOP.



A compreensão do ecossistema comunicacional que nutre diferentes polos políticos no Brasil hoje parece essencial para entender para onde caminha nossa democracia (ou o pouco que ainda resta dela). Especialmente em um contexto da pandemia, em que dependemos de medidas comportamentais para conter o avanço do vírus, as dinâmicas da comunicação tornam-se ainda mais centrais.

- Santos

FONTES DE INFORMAÇÃO NOS DISCURSOS PRÓ E CONTRA BOLSONARO SOBRE A PANDEMIA E A DINÂMICA DE COMUNICAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Nina Santos

O pronunciamento à nação feito pelo presidente Jair Bolsonaro em rede nacional de rádio e televisão na noite do dia 24 de março, em que ele defendia o fim do isolamento social incitando as pessoas a voltarem “à normalidade” e chamando o Coronavírus de “gripezinha ou resfriadinho”, gerou reações diversas. Nos dias que se seguiram uma disputa de hashtags (mais uma das tantas que vêm acontecendo) tomou conta do Twitter. Algumas horas depois do pronunciamento chegou ao trending topics #Bolsonarotemraza e como reação posterior emergiu #OBrasiltemquepararBolsonaro. Ao assistir esse desenrolar dos fatos, uma pergunta me parecia latente: quais fontes de informação poderiam dar suporte a um discurso de defesa do presidente se tudo que ele dizia ia contra as recomendações das organizações de saúde nacionais e internacionais e ao que os meios de comunicação tradicionais estavam divulgando? Seriam essas fontes diferentes daquelas usadas para disseminar os argumentos contra o presidente?

Neste sentido, este texto tem dois objetivos centrais. O primeiro é apresentar os resultados preliminares de uma pesquisa sobre fontes de informação usadas no Twitter por grupos de apoio e crítica às propostas do presidente Jair Bolsonaro de combate à pandemia do coronavírus. A segunda é defender uma abordagem sobre as fontes de informação a partir da ideia de mediação, como forma de incorporar uma visão mais sistêmica do processo comunicativo e de seus impactos políticos.

Os dados apresentados aqui são fruto de uma análise preliminar de 135

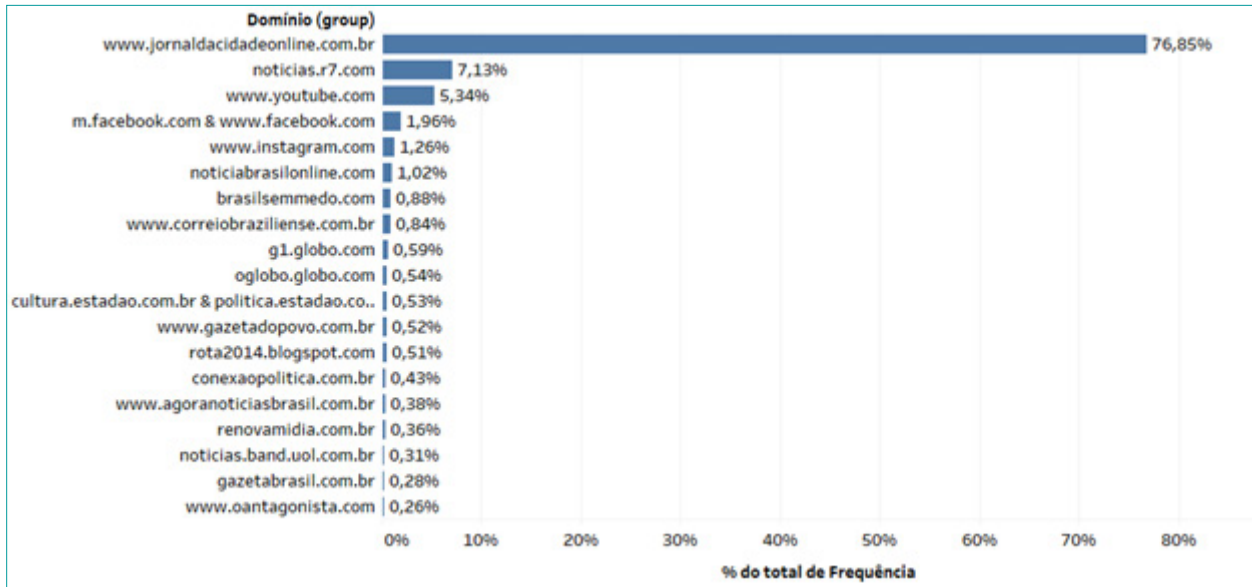
mil tweets divididos em dois grupos. O primeiro é composto de 98.141 mensagens postadas entre as 22h do dia 25 de março de 2020 e as 11h do dia 27 de março do mesmo ano (total de 37h de coleta) com a hashtag #Bolsonarotemraza. Já o segundo reúne 37.573 tweets postados com a hashtag #OBrasiltemquepararBolsonaro, publicados em período posterior, já que essa hashtag surgiu em reação à primeira. Essas mensagens foram coletadas entre as 20h do dia 27 de março e as 9h do dia 29 de março do mesmo ano (totalizando as mesmas 37h de coleta).

Para analisar as fontes de informação, consideramos apenas as mensagens que apresentavam links. Uma visão geral dos dados revelou que, enquanto em torno de metade dos tweets defendendo as propostas de Bolsonaro apresentam links, esse número subia significativamente atingindo 2/3 nas mensagens que criticavam o presidente.

A grande maioria destes links, no entanto, se refere ao próprio Twitter (81% na hashtag #Bolsonarotemraza e 92% em #OBrasilprecisapaparBolsonaro). Se, por um lado, isso revela uma intensa dinâmica endógena da plataforma, por outro, não se refere exatamente às fontes de informação que buscamos explorar. Portanto, nossa análise centrou-se nos links que levavam a páginas externas à plataforma.

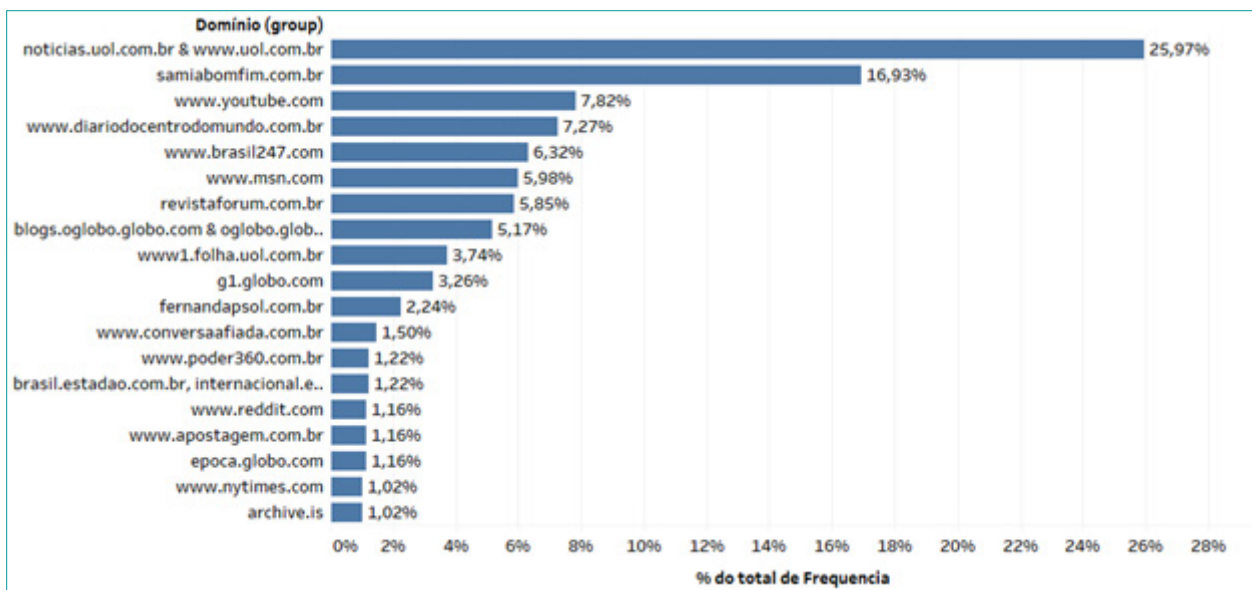
Os gráficos 1 e 2 mostram os sites que aparecem com mais frequência nos dois corpora. Os dados apontam para uma concentração maior de fontes na hashtag #Bolsonarotemraza, em que apenas o site Jornal da Cidade Online (amplamente conhecido como produtor e disseminador de *Fake news*) é responsável por 73,5% dos links. Já no corpus #OBrasilprecisapaparBolsonaro, os domínios mais frequentes são aqueles ligados ao site UOL (noticias.uol.com.br e uol.com.br) e representam 20,7% dos links compartilhados. É importante ressaltar que apenas 1/3 dos sites aparece tanto entre aqueles que apoiam Bolsonaro quanto entre os que criticam o presidente.

Gráfico 1 – Sites mais compartilhados #Bolsonarotemraza



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 2 – Sites mais compartilhados #OBrasiltemquepararBolsonaro



Fonte: Elaboração própria.

Essa diferença no uso de fontes de informação indica dinâmicas distintas nos dois campos analisados que precisam ser mais profundamente analisadas e debatidas. A compreensão do ecossistema comunicacional que nutre diferentes polos políticos no Brasil hoje parece essencial para entender para onde caminha nossa democracia (ou o pouco que ainda resta dela). Especialmente em um contexto da pandemia, em que dependemos de medidas comportamentais

para conter o avanço do vírus, as dinâmicas da comunicação tornam-se ainda mais centrais. Consideramos, no entanto, que é preciso ir além na compreensão destes dados. Não se tratam apenas de indicações sobre fontes de informação mais utilizadas, mas sim sobre mediadores sociais a quem se atribui legitimidade para produzir informações sobre determinada questão.

Em um contexto de crise epistêmica – dimensão já abordada nesta coletânea pelo professor Camilo Aggio -, mais do que compreender o papel de cada mídia, torna-se essencial compreender quais mídias são reconhecidas e legitimadas como mediadoras de informação por diferentes grupos sociais para, em seguida, poder explorar como essa mediação é feita, já que os parâmetros jornalísticos já não são mais os únicos no horizonte. Como defende Sonia Livingstone (2009), se interessar pelos processos de mediação permite essencialmente revelar as mudanças relativas às interações entre estruturas sociais e seus agentes, mais do que aquelas sobre as mídias em si mesmas. Esse foco na mediação, não no tradicional sentido dado à palavra na academia brasileira, como ligado aos processos de negociação de sentidos e recepção (LIVINGSTONE, 2009), mas sim como o papel dos atores midiáticos que se colocam entre os fatos e os cidadãos, permite-nos analisar de forma não-fragmentada fenômenos importantes do cenário comunicacional e político atual.

Identificar fontes de informação, portanto, vai além do fato de conhecer relações entre mídias ou para onde urls apontam. Fontes de informação funcionam como mediadores a quem se recorre como autoridades na difusão de informações. É justamente nessas relações de legitimidade, visibilidade e autoridade – pilares que também assentam a representação democrática – que acreditamos estar uma chave importante para entender os fluxos comunicativos e seus impactos políticos atuais. Certamente o contexto de pandemia e a politização deste tema no Brasil deixam tais questões ainda mais em evidência, mas elas não estão restritas a este momento e podem fornecer pistas essenciais para compreender os processos políticos contemporâneos.

Referências

LIVINGSTONE, S. On the Mediation of Everything: ICA Presidential Address 2008. **Journal of Communication**, v. 59, n. 1, p. 1–18, 2009.

SOBRE A AUTORA

Nina Santos é pós-doutoranda no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital e pesquisadora associada do Centro de Análise e Pesquisa Interdisciplinar em Mídia da Université Paris II. A pesquisadora é financiada por bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

“ *Notoriamente, tais indivíduos reivindicam grande superioridade moral e religiosidade em relação aos demais indivíduos da sociedade, ao mesmo tempo que também são aqueles que são mais preconceituosos e dispostos a lançarem duras penas e até violência contra outros indivíduos, desde, claro, que tais outros sejam vistos como moralmente inferiores, seja na forma de “bandidos”, “radicais” etc.*

- Lycarião

COM QUEM OS FASCISTAS FALAM?

Diógenes Lycarião

Não podemos conceber a existência de um líder fascista, muito menos que o mesmo venha a tomar o poder, sem que multidões apoiem seus atos, inclusive aqueles mais arbitrários e violentos. E tais multidões também não são concebíveis sem que elas sejam expostas à propaganda desse líder e que sejam sensíveis a ela. Mas o que leva à existência dessas multidões? O que faz com que a propaganda fascista seja tão irresistível e fascinante para alguns? O que faz com que alguém, através dessa propaganda, admire e dê suporte a um líder de claro viés autoritário? Em suma, quem são aqueles com quem os fascistas não apenas falam, mas conquistam o apoio e a admiração?

Esse tipo de questão surgiu fortemente na agenda das pesquisas sociais após a Segunda Guerra Mundial, quando o mundo buscava compreender o que tornou possível o surgimento do fascismo italiano e alemão, principais vértices do conflito.

Dentre os esforços de pesquisa ligados a esta agenda, destaca-se o trabalho liderado por Theodor Adorno que resultou na obra “Estudos sobre a Personalidade Autoritária”, publicada na década de 1950 e que se lançou a identificar, através da aplicação de questionários e entrevistas, os traços de personalidade e mecanismos psicanalíticos que constituem os indivíduos inclinados a apoiar um regime autoritário. No caso dos questionários, eles foram desenvolvidos para se gerar, a partir das respostas dos entrevistados, escalas das diversas dimensões políticas e de personalidade investigadas. A mais notória dessas escalas é a Escala F (Escala de Fascismo). Quanto mais escores o respondente obtinha no questionário, maior seria a sua propensão a apoiar um líder fascista.

A obra organizada por Adorno inspirou uma série de revisões, críticas e aperfei-

çoamentos metodológicos com o objetivo de se identificar de maneira testável e replicável os traços de personalidade daqueles que são mais inclinados a endossar lideranças autoritárias e conservadoras.

Nessa esteira, destaca-se o livro de Bob Altemeyer, *The Authoritarians* (Os Autoritários), publicado em 2006 e que, através de uma linguagem direta e bastante didática, compila os resultados de mais de 50 anos pesquisas sobre o tema, sendo boa parte delas realizadas pelo próprio autor. Altemeyer inclusive desenvolveu, ao longo de diversos testes, a escala RWA (Right-Wing Authoritarianism), ou seja, a Escala de Autoritarismo de Direita. Os resultados e análises dessa obra são impressionantes pela sua atualidade e correspondência com diversos fenômenos que observamos diariamente.

Um dos mais reveladores se refere ao descortinamento das contradições explícitas que configuram as atitudes e discursos daqueles que atingem os mais altos escores da RWA, no caso, os pequenos autoritários do cotidiano. Notoriamente, tais indivíduos reivindicam grande superioridade moral e religiosidade em relação aos demais indivíduos da sociedade, ao mesmo tempo que também são aqueles que são mais preconceituosos e dispostos a lançarem duras penas e até violência contra outros indivíduos, desde, claro, que tais outros sejam vistos como moralmente inferiores, seja na forma de “bandidos”, “radicais” etc. Pelo alto nível de preconceito que adotam, muitos grupos podem entrar nessa categoria.

Mas como pode alguém achar que é moralmente virtuoso e até digno de um bom cristão aplicar duras penas e até perseguir (sem mandato legal) aqueles que se desviam das normas legais? Altemeyer nos esclarece que, devido a algumas características mentais e comportamentais, não há, para os indivíduos em questão, aí qualquer contradição.

Dentre essas características, está a descoberta que esses indivíduos não são muito afeitos ao raciocínio lógico, adotando, assim, formas inconsistentes de argumentação, as quais, contudo, não se mostram inconsistentes aos mesmos pelo fato deles adotarem maneiras fortemente compartimentalizadas de raciocínio.

Assim, percebe-se que os autoritários identificados pela escala RWA correspondem, em sua maioria, a um perfil intelectualmente rude, inconsequente (por ser incapaz de prever efeitos indesejados para si próprio) e moralmente hipócrita.

As consequências desastrosas de termos líderes com esse perfil foram testadas através de um fascinante experimento desenvolvido por Altemeyer e sua equipe. O experimento foi desenhado pela criação de um jogo denominado Global Change Game (Jogo da Mudança Global), que simula cenários de conflitos mundiais que precisam ser geridos pelos jogadores, os quais são levados a adotar o papel de líderes de nações

ou bloco de nações em cada simulação. Diversas rodadas desse jogo foram realizadas por Altemeyer e sua equipe, sendo que quase todas as simulações que resultaram em guerra nuclear ampla (com a morte de bilhões de pessoas) foram lideradas por equipes com pessoas que obtiveram resultados elevados na escala RWA, ou seja, aqueles pequenos autoritários do cotidiano que falamos há pouco.

São eles que se fascinam e se energizam com a ideia de que um líder bom é aquele que demonstra força e impetuosidade diante dos adversários, alguém que, diante de ameaças (reais ou imaginárias), não hesita em reagir com afinco e devota convicção de sua própria correção e moralidade. São esses os pressupostos que permitem eles se sentirem bem mesmo cometendo (ou autorizando) os atos mais cruéis e desumanos que se possa imaginar.

Daí que, apesar de todo o aperfeiçoamento metodológico e teórico posterior feito por pesquisadores como Altemeyer, elementos do pensamento de Adorno parecem continuar válidos até hoje. Destaco, no caso, a ideia de que esses pequenos autoritários, em nome da defesa dos valores e das instituições tradicionais (contra ameaças mais ou menos fantasiosas), almejam, consciente ou inconscientemente, a abolição desses mesmos valores e instituições.

As pesquisas de Altemeyer mostram, para certo alívio, que, apesar de serem bem eloquentes e potencialmente agressivos, esses pequenos autoritários continuam sendo minoria, pelo menos isso no contexto norte-americano dos EUA e do Canadá. E o que podemos pensar sobre o Brasil diante disso? Bem, para esses pequenos autoritários chegarem ao poder total, eles talvez nem precisem ser maioria, mas apenas de instituições fracas e de uma maioria silenciosa e condescendente.

Referências

ADORNO, Theodor W. Estudos sobre a personalidade autoritária. Editora Unesp, 2019.

ALTEMEYER, Bob. **The authoritarians**. Winnipeg: B. Altemeyer, 2007.

SOBRE O AUTOR

Diógenes Lycarião é professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC. Doutor em Comunicação pela UFMG.



“

No Brasil, por outro lado, se nega veementemente o papel estruturante da escravidão e do racismo em formatar a identidade nacional. Isso se reflete no apoio e na opinião pública sobre as manifestações antirracistas no país. O apoio político e das classes médias para esse tipo de protesto é baixo, uma vez que questionam o princípio de negação do racismo que sustenta a identidade nacional brasileira.

- Rodrigues

#BLACKLIVESMATTER: INTERNACIONALIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES ANTIRRACISTAS E SEU SIGNIFICADO PARA O BRASIL

Cristiano Rodrigues

“Se realmente deseja saber como a justiça é administrada em um país, não pergunte aos policiais, advogados, juízes ou membros protegidos da classe média. Vá até os desprotegidos – aqueles que, precisamente, mais necessitam da proteção da lei! – e ouça seu testemunho.”

James Baldwin

Ican't breath” – frase/cântico entoada por milhares de pessoas ao redor do mundo nas últimas semanas remete, na superfície, ao vídeo que circulou amplamente pelas redes sociais mostrando um policial branco de Minneapolis asfixiando George Floyd por 8 minutos e 46 segundos. Seu significado, porém, vai muito além. O cântico que agora veio à superfície revela, sobretudo, que a cor da pele pode ser determinante para a biopolítica do deixar viver ou fazer morrer.

O assassinato de Floyd, que causou comoção mundial e gerou uma onda histórica de manifestações internacionais, ocorreu em 25 de maio de 2020, mas a sensação de não conseguir respirar acompanha os descendentes da diáspora africana há muito tempo. O #blacklivesmatter, hashtag e movimento criados por Alicia Garza, Patrisse Cullors e Opal Tometi em 2013 são uma tentativa de expressar politicamente o luto pelas vidas negras expostas à violência policial nos EUA e afirmar o que deveria ser óbvio mas que ainda não foi historicamente reconhecido.

A hashtag #blacklivesmatter apareceu pela primeira vez no Twitter em 13 de julho de 2013, como reação à absolvição de George Zimmerman, indiciado pela morte do adolescente negro Trayvon Martin em 2012. Um texto publicado em 2016 pela Pew Research Centerⁱ revela que, inicialmente, a hashtag obteve pouca repercussão, sendo mencionada 5.106 vezes até o final daquele ano.

A hashtag e o movimento #blacklivesmatter ganharam notoriedade em 2014, quando o adolescente negro Michael Brown foi assassinado a tiros por um policial branco em Ferguson, Missouri. #BlackLivesMatter foi utilizada no Twitter aproximadamente 58.747 vezes por dia nas semanas que se sucederam à morte de Brown. Seu uso aumentou consideravelmente em novembro de 2014, após o grande júri de Ferguson decidir não indiciar o policial envolvido na morte de Brown. A hashtag foi usada 1,7 milhão de vezes nas três semanas seguintes à decisão do júri. A onda de protestos e convulsão social causadas pela decisão do júri levaram o então presidente Barack Obama a fazer um pronunciamento à nação, no qual afirmou:

“precisamos reconhecer que a situação em Ferguson representa desafios mais amplos que nós ainda enfrentamos como nação. O fato é que, em muitas partes deste país, existe uma profunda desconfiança entre as autoridades policiais e as comunidades de cor. Parte disso é resultado do legado da discriminação racial neste país. E isso é trágico, porque ninguém precisa mais de um bom policiamento do que comunidades pobres com taxas mais altas de criminalidade”.ⁱⁱ

A partir de então o movimento #blacklivesmatter se fortaleceu, contando atualmente com 16 diretórios locais nos EUA e no Canadáⁱⁱⁱ desenvolvendo ações políticas que empregam estratégias voltadas para as redes sociais e também protestos de rua. As manifestações de 2020 são, entretanto, significativamente diferentes das anteriores, por diversas razões. 1) os protestos deste ano já duram quatro semanas e congregam mais manifestantes que os do movimento por direitos civis dos anos 1960; 2) rápida alteração da opinião pública dos eleitores norte-americanos sobre o #blacklivesmatter. Até 2018 a maioria dos eleitores era desfavorável ao movimento. Porém, em junho de 2020 84% dos eleitores democratas e 30% dos republicanos mostraram-se favoráveis ao #blacklivesmatter^{iv};

3) os protestos se tornaram manifestações multirraciais e transnacionais por direitos humanos, reunindo milhares de pessoas nas ruas de vários países ao redor do mundo; 4) as manifestações contam com o apoio de importantes políticos dos EUA. Prefeituras de algumas cidades, como Los Angeles, estão propondo o remanejamento de investimentos das polícias locais para a assistência social e geração de emprego e renda em regiões habitadas por maioria negra. Ressalta-se ainda que congressistas do Partido Democrata apresentaram um projeto de lei de reforma do sistema de justiça criminal^v; 5) criou-se uma rede de solidariedade internacional para o financiamento dos protestos e de organizações do Black Lives Matter, além de fundos para pagamento de fianças de manifestantes presos pela polícia, entre outras atividades. Parcela da elite econômica e empresarial dos EUA também tem apoiado o movimento, contribuindo financeiramente para os protestos e propondo a alteração das estruturas organizacionais com o objetivo de garantir a ampliação da diversidade nas empresas; 6) o enquadramento da mídia tem sido relativamente favorável aos protestos, acentuando seu caráter relevante, urgente e transformador.

Os manifestantes norte-americanos reivindicam o fim da violência policial e a transferência do orçamento destinado às polícias para políticas sociais voltadas às comunidades negras e pobres. Há ainda uma parcela dos ativistas que defende a extinção da polícia^{vi}. O caráter internacional das manifestações e o teor de suas principais reivindicações ecoaram fortemente no Brasil, país profundamente marcado pelo legado da escravidão e do impacto do racismo, o que suscitou a saída às ruas de manifestantes antirracistas e antifascistas nos últimos finais de semana.

O racismo no Brasil e nos EUA tem alguns aspectos semelhantes, o que também ajuda a explicar, em parte, o impacto que as manifestações após a morte de George Floyd têm gerado por aqui. Em ambos os países a ação policial e o sistema de justiça criminal são marcados pela seletividade racial. Nos anos 1990. Sérgio Adorno apontava em suas pesquisas para o seguinte perfil da população carcerária brasileira: majoritariamente jovem, masculina, negra e respondendo por crimes relacionados ao tráfico de drogas. A justiça ainda condena com maior severidade criminosos negros, revelando a desigualdade de direitos e prejudicando o funcionamento da democracia. Além disso, no Brasil, 40% da pessoas presas não

foram julgadas e 61% dos detidos são negros. Algo semelhante ocorre nos EUA, onde a taxa de encarceramento de negros é seis vezes maior que a de brancos e, embora negros perfaçam entre 12 e 15% da população, são 37% da população carcerária do país.

A ação do Estado em ambos os países em áreas majoritariamente negras e pobres se caracteriza por três aspectos: 1) excesso de policiamento, 2) falta de proteção social e, 3) encarceramento em massa. A letalidade da ação policial contra negros também é alta em ambos países. Em 2019, a polícia dos EUA matou 1.099 pessoas, das quais 259 (24%) eram negros. No Brasil, no mesmo período, a polícia matou 5.804 pessoas, das quais 4.533 (75%) eram negras^{vii}.

Há, contudo, importantes diferenças entre o contexto das relações raciais no Brasil e nos EUA. Para os americanos a escravidão e seu legado seriam o “pecado original” da nação. No Brasil, por outro lado, se nega veementemente o papel estruturante da escravidão e do racismo em formatar a identidade nacional. Isso se reflete no apoio e na opinião pública sobre as manifestações antirracistas no país. O apoio político e das classes médias para esse tipo de protesto é baixo, uma vez que questionam o princípio de negação do racismo que sustenta a identidade nacional brasileira. Há um temor de que um dos efeitos desse questionamento seja a tentativa de ruptura de privilégios de classe e raça dos quais os brasileiros brancos das elites políticas e econômicas não querem abdicar.

Ademais, o Estado brasileiro responde com maior violência e criminalização protestos e ações contestatórias, como pode ser observado nas jornadas de junho de 2013 e nas respostas policiais às manifestações de professores por melhores condições de trabalho que ocorreram em São Paulo e no Paraná em anos recentes. Acresce-se a isso que a falta de solidariedade de pessoas brancas das classes médias e altas aumenta os custos de participação em protestos para as pessoas negras, normalmente mais vulneráveis econômica e socialmente, que ficam expostas à violência policial, à diferentes formas de retaliação profissional e social decorrentes de sua participação em manifestações. Ainda assim, sempre que ocorrem situações como a do assassinato de João Pedro, centenas e as vezes milhares de pessoas saem às ruas para reivindicar, mas nem sempre recebem apoio popular e cobertura favorável da mídia na divulgação desses protestos.

Importante notar ainda que as estratégias do movimento negro no Brasil

têm sido bastante eficazes em produzir avanços sociopolíticos, a despeito da pouca visibilidade que recebem, o que contribuí para uma falsa ideia de imobilismo social da população negra no país. Desde os anos 1980, as organizações do movimento negro priorizaram três campos de intervenção: o primeiro voltado à aproximação institucional, inicialmente participando ativamente da criação e desenvolvimento das legendas de centro-esquerda durante a redemocratização, depois por via do *advocacy* institucional em agências internacionais, em assessorias de mandatos legislativos, na criação de secretárias e comissões voltadas para comunidade negra em governos locais e estaduais, e durante as administrações petistas, participando das burocracias estatais e na formulação e implementação de políticas públicas para a população negra.

O segundo campo de intervenção é o da luta contra o mito da democracia racial e politização da população negra, que tem como um de seus resultados mais visíveis o aumento do percentual de brasileiros que se autodeclararam pretos e pardos nos censos. O terceiro campo é representado pela ascensão do ativismo de jovens feministas negras na última década, que emprega estratégias de protesto nas ruas, nas redes sociais e de empoderamento das mulheres. Elas têm reivindicado maior representação política de mulheres negras e investindo em táticas de “ocupação” da política institucional. Os mandatos ativistas^{viii}, inovação institucional na política brasileira, são fortemente inspirados em princípios do paradigma interseccional, criado por feministas negras. Por fim, jovens feministas negras estão revolucionando o mercado editorial do país. A tradução de importantes obras de feministas negras de outras latitudes, a reabilitação de intelectuais marginalizadas/os na academia e o incentivo para a publicação de trabalhos inovadores de intelectuais negras/os sobre temas pouco difundidos no país são alguns dos exemplos dessa revolução. Enquanto escrevo este texto, *Pequeno Manual Antirracista*, de Djamila Ribeiro, é o livro mais vendido do Brasil e a coleção *Feminismos Plurais*, coordenada por ela, tem vários de seus títulos nas listas de best-sellers. O impacto da coleção pode ser observado pela popularização de temas como “lugar de fala”, “interseccionalidade” e “racismo estrutural”, até recentemente circunscritos ao debate acadêmico.

Por essa razão, analisar os impactos das manifestações internacionais antirracistas no Brasil não deve ser uma via de mão única, o que pode promover, ainda

que implicitamente, uma assimetria interpretativa, em que a experiência norte-americana é elevada à condição de exemplo a ser seguido. A luta antirracista, em suas diferentes frentes, é um processo não linear de avanços e retrocessos que é mais bem compreendida em um constante diálogo transnacional, como propôs Paul Gilroy, em “O Atlântico Negro”, em uma rede em que viajam pessoas e ideias.

Notas

ⁱ Disponível em: <https://www.pewresearch.org/internet/2016/08/15/the-hashtag-blacklivesmatter-emerges-social-activism-on-twitter/>

ⁱⁱ Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2014/11/24/president-obama-delivers-statement-ferguson-grand-jurys-decision>. Acesso em: 15 set 2020.

ⁱⁱⁱ Disponível em: <https://blacklivesmatter.com/chapters/>. Acesso em: 15 set 2020.

^{iv} Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2020/06/10/upshot/black-lives-matter-attitudes.html>. Acesso em: 15 set 2020.

^v Disponível em: <https://www.cnbc.com/2020/06/08/democrats-release-police-reform-bill-after-george-floyd-protests.html>. Acesso em: 15 set 2020.

^{vi} <https://www.nytimes.com/2020/06/12/opinion/sunday/floyd-abolish-defund-police.html>

^{vii} <https://www.poder360.com.br/internacional/policia-brasileira-matou-17-vezes-o-n-de-negros-do-que-a-dos-eua-em-2019/>

^{viii} <http://www.ocupapolitica.org/>

SOBRE O AUTOR

Cristiano Rodrigues é professor do Departamento de Ciência Política da UFMG.



“

Com um presidente da República que tende a menosprezar e contrariar as orientações de entidades científicas e especializadas, inclusive de órgãos internacionais, coube a governos estaduais e municipais colocarem em prática ações para conter o contágio em suas localidades, como as estratégias de isolamento social.

- Cavassana

PANDEMIA EM ANO ELEITORAL, ELEIÇÕES NO ANO DA PANDEMIA

Fernanda Cavassana

Devido à interiorização da Covid-19 no Brasil, chegamos à metade de 2020, quando este ensaio foi escrito, com poucos municípios sem registros oficiais da doençaⁱ. De tema internacional, a pandemia se tornou problema a nível local e deve perpassar as campanhas desse ano. Embora não se pretenda, aqui, tecer predições sobre a forma como poderiam se estruturar campanhas que oficialmente nem começaram, é possível refletir sobre o cenário que se molda para as disputas municipais. Se, por um lado, o pleito de 2020 já se torna particular por alterações que visam à segurança da população, como adiamentos no calendário eleitoral, por outro, a pandemia tem gerado efeitos políticos, sociais e, principalmente, econômicos que impactam a vida dos cidadãos, em primeiro grau, na esfera municipal.

Por mais que se presuma a relevância e necessidade de ações nacionalmente coordenadas para o combate a uma epidemia de doença grave e altamente contagiosa, não há unidade de discurso político das lideranças para enfrentar a Covid no Brasil. Com um presidente da República que tende a menosprezar e contrariar as orientações de entidades científicas e especializadas, inclusive de órgãos internacionais, coube a governos estaduais e municipais colocarem em prática ações para conter o contágio em suas localidades, como as estratégias de isolamento social. Destacam-se ainda crises políticas e de gestão internas ao próprio Governo Federal, como a troca recorrente de ministros, que contribuem para o ruído da comunicação governamental sobre o tema. E, ainda que se tenha planejado ações coordenadasⁱⁱ, o que se têm, de fato, são regras e delineamentos específicos para combater a doença em cada cidade.

Em meio a embates discursivos e políticos, foi necessário o Poder Judiciário reforçar a autonomia dos estados e municípios, entes federados, na sua esfera governamental para que pudessem implementar as medidas de isolamento socialⁱⁱⁱ. Assim, além de visar à promoção da saúde pública, as medidas – como a restrição de circulação de pessoas, suspensão de aulas e, em alguns casos, fechamento parcial ou total de estabelecimentos – têm efeitos diretos em diversas áreas, como bem-estar social, educação, cultura, mobilidade e economia locais. Muitos municípios decretaram estado de calamidade pública para que prefeitas e prefeitos ficassem asseguradas(os), dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, a executarem ajustes orçamentários para implementação de medidas emergenciais. Do mesmo modo, coube a cada governador e prefeito determinar a retomada de atividades, como a reabertura do comércio em grandes cidades – decisões que dividem a opinião pública. Esta, de modo geral, também avalia que o país não fez o suficiente para evitar mortes e que a situação do coronavírus está piorando no Brasil^{iv}. Além disso, tais ações descentralizadas tornam os discursos confusos e dispersos, podendo levar à desorientação dos cidadãos diante da situação.

Nesse quadro, mudanças na organização das eleições municipais foram especificamente necessárias. Para além dos 42 dias somados aos prazos iniciais no calendário, há a necessidade de elaboração de planos de segurança sanitária para realização do evento e discussões procedimentais como a não utilização da biometria. A emenda constitucional que rege o tema^v permite, ainda, possibilidade de nova prorrogação aos municípios que estiverem com elevado risco de contágio no período de realização, desde que se tenha o resultado da votação até o dia 27 de dezembro.

Cabe lembrar que, no âmbito local, as disputas se dão em dinâmicas e lógicas distintas das habitualmente observadas campanhas estaduais e nacionais. É um evento de maior participação e proximidade dos cidadãos com a esfera política, com maior força da campanha face a face, embora esta também possa ficar mais comprometida nessa conjuntura. Além disso, diferentemente das eleições gerais, sabe-se que, nos municípios, o debate público se pauta por temas próximos aos eleitores. Apesar de aspectos genéricos e ideológicos da política também perpassarem esse debate – muitas vezes derivados de discussões mais amplas, pautas nacionais e maior acesso a informações on-line – o eleitor discute, principalmente,

questões econômicas e temas que afetam o seu dia a dia, como a falta de asfalto ou de atendimento médico no posto de saúde do bairro^{vi}.

Destaca-se que essas eleições serão as primeiras municipais a permitirem a propaganda regulamentada na internet, especialmente no que diz respeito ao impulsionamento de publicações em sites de redes sociais e em mecanismos de busca on-line. Como já avaliado em 2016, o uso de mídias digitais tem se consolidado nas eleições brasileiras, inclusive nas municipais^{vii}. Além do contexto de isolamento social, lembra-se que haverá tetos e novas regras de financiamento dessas campanhas, o que também pode incentivar a utilização de mídias digitais, mais baratas que as estratégias face a face. Destaca-se ainda que outras formas tradicionais de campanha de rua, como placas, pinturas e faixas estão proibidas, inclusive em prédios privados.

Nas redes sociais digitais, a proximidade e a facilidade de interação entre os cidadãos e os atores políticos também podem ampliar a demanda por monitoramento das estratégias implementadas por prefeitas e prefeitos para as políticas públicas municipais, especialmente em ano eleitoral. Nesse sentido, além dos assuntos recorrentes ao debate, deve se tornar eminente a temática do coronavírus nos municípios. Seja nas avaliações da opinião pública, seja para pautar e justificar ataques e defesas nas lógicas da campanha entre mandatários e oponentes.

Embora se perceba que a incumbência do cargo seja uma vantagem a quem se candidate à reeleição nas cidades, pelo acesso à máquina pública e estratégias de campanhas permanentes, pode-se questionar a limitação desse argumento diante da dimensão continental do Brasil e da grande heterogeneidade que marca as dinâmicas da política subnacional, além de se evidenciar mudanças nos resultados dos últimos pleitos. Se até 2008, houve elevado percentual de reeleição para capitais e grandes cidades brasileiras^{viii}, considerando-se todos os municípios em 2016, pouco mais da metade dos governantes locais que tentaram se reeleger obtiveram sucesso^{ix}. Especificamente para 2020, as medidas de restrição e os problemas econômicos intensificados pela pandemia podem desfavorecer os candidatos incumbentes.

Já é possível, por exemplo, perceber como o contexto da pandemia tem sido explorado como temática no âmbito municipal em posts recentes de líderes locais em suas fanpages no Facebook. Como ainda não temos candidaturas registradas, a observação restringe-se a perceber como o tema tem sido mobilizado na comu-

nicação política municipal na perspectiva personalista de seus gestores, e não em páginas institucionais como prefeituras e partidos. É possível identificar características comuns em perfis oficiais de prefeitos e prefeitas das capitais brasileiras^x, considerando que 54% deles(as) podem concorrer à reeleição em 2020. Por exemplo, nota-se uma padronização da comunicação pública de prestação de contas sobre as ações municipais para combate ao coronavírus.

Em algumas dessas fanpages, posta-se o boletim diário da Covid-19 no município, detalhando o número de casos confirmados, de recuperados, internações e quantidade de cidadãos que faleceram com a doença. Também é recorrente o uso do formato audiovisual, seja para discursos diretos aos seguidores na rede, seja registros de coletivas de imprensa sobre o tema. Alguns, nas publicações recentes, destacaram a posição obtida pelo município em ranking que avaliou o nível de transparência das ações de combate à doença^{xi}. Outros também publicam vídeos comunicando novas decisões derivadas, sobre diversos temas, como o retorno às atividades escolares. É perceptível a produção de materiais que visam a comunicação direta com os cidadãos, mas que também podem servir de fontes à imprensa enquanto comunicados oficiais. Prefeitos e prefeitas também têm destacado, em suas páginas, a destinação de recursos específicos para alguns centros de saúde como postos e hospitais, além de diversas publicações sobre a entrega de suprimentos. Na página de Marcelo Crivella, por exemplo, os posts expõem a entrega de materiais a hospitais de diferentes regiões do Rio de Janeiro.

Esteticamente, algumas fanpages evidenciam os(as) prefeitos(as) utilizando máscaras em suas fotos de perfis, além de mensagens incentivando as pessoas a ficarem em casa. No caso específico de Nelson Marchezan Júnior, de Porto Alegre, a atual imagem de perfil traz filtro em campanha pela ampliação do percentual de isolamento social na capital. Em alguns casos, recorre-se a uma linguagem mais humanizada, explorando imagens internas dos hospitais, de pessoas recebendo alta ou ainda, especificamente no caso do prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, conteúdo imagético do próprio mandatário recuperando-se da doença no hospital, onde esteve internado.

Para além da pandemia, outra questão evidente nas postagens é a infraestrutura urbana, tema clássico das eleições locais. Nota-se, apesar das políticas de isolamento social, um volume significativo de imagens, vídeos e fotografias, de

inaugurações de obras, revitalizações de prédios e espaços públicos pelas mãos dos(as) prefeitos(as), que acompanham as atividades. Destaca-se ainda que, majoritariamente, estão sendo gravados(as) utilizando máscaras. Isso pode ser simples ou esperado, mas também compreendido como um exemplo dado à população pela liderança política local, que se afasta ainda mais do discurso do presidente do país.

Há também aqueles prefeitos que trazem a pré-campanha para suas páginas, promovendo, por exemplo, debates virtuais de correligionários que estão em disputa interna pela candidatura, e outros que registram visualmente sua participação virtual em plenárias partidárias. Por outro lado, também há perfis que preferem dar um tom mais privado e pessoal às publicações, às vezes ressaltando a imagem do(a) prefeito(a), questões familiares e religiosas, ou aspectos mais subjetivos de seu município. É o caso de Rafael Greca, que em fanpage aborda romanticamente Curitiba, tom característico de sua persona. Em seu caso, o conteúdo observado não parece retratar uma cidade que enfrenta uma grave epidemia, inclusive com a mensagem de capa ressaltando que “Curitiba é maior que as dificuldades”, embora a foto de perfil o traga com máscara, ilustrada com a bandeira da cidade.

Ressalta-se que, embora as plataformas digitais se consolidem como espaços das campanhas, especialmente nos grandes centros urbanos, não se pode desconsiderar que a heterogeneidade das disputas municipais também atinja municípios e grupos populacionais distantes de estarem completamente conectados. Nesse sentido, outro aspecto particular dessa eleição diz respeito às formas mais tradicionais e comunitárias de realizar campanha nos municípios, que terão que se adaptar à anormalidade das interações sociais presenciais, ou até excluir parte dos cidadãos do debate. Especialmente em cidades menores, algumas sem recursos como o HGPE na TV, o trabalho de conquista do eleitorado ainda se dá nos moldes tradicionais, corpo a corpo, em pequenas reuniões, mas também em visitas e eventos populares em bairros e espaços mais íntimos da comunidade, por exemplo. Como a necessidade de se evitar aglomerações, isso também se tornará um desafio para essas campanhas, que poderão explorar mais os mecanismos digitais este ano.

Diante de tudo isso, a epidemia da Covid-19 reforçou a relevância de atuação e atenção dos Estados em diferentes frentes de políticas públicas e o protagonismo de lideranças municipais perante demais esferas do Executivo. Esperar a centralidade e o peso conjuntural da pandemia de Covid-19 para as eleições desse ano

não se trata de pressupor que as campanhas serão pautadas, integralmente e nos diversos municípios, apenas pela temática da saúde – ainda que essa crise tenha evidenciado desigualdades regionais alarmantes, problemas locais de infraestrutura e pautado o fortalecimento do SUS. Trata-se de considerar que temos uma crise mundial que atingiu fortemente os municípios brasileiros e resultou em alterações significativas da gestão pública local, de ordem orçamentária, bem-estar social, prestação de contas e desempenho diante da opinião pública. Ademais, é compreender que as campanhas locais^{xii} serão as primeiras a sentirem o impacto econômico da pandemia e que observá-las também importa por serem fundamentais para organização e estruturação político-partidária das eleições gerais futuras.

Notas

ⁱ Segundo dados do painel Covid Brasil, 24 de julho de 2020, 98,7% dos municípios do Brasil já registraram oficialmente casos da doença. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

ⁱⁱ Como o Plano Nacional de Contingência para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) lançado em fevereiro de 2020. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/13/plano-contingencia-coronavirus-COVID19.pdf>

ⁱⁱⁱ Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441075&ori=1>

^{iv} Pesquisa Datafolha de Junho de 2020, disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/06/29/55385da65d374ca9d564ba83e7233b8dcpn.pdf>

^v Disponível em <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/emenda-constitucional-n-107-264914249>

^{vi} Em artigo publicado, discute-se como temas salientes na opinião pública refletem também o debate on-line na conjuntura das eleições de Curitiba em 2016, disponível em <http://dx.doi.org/10.31068/tp.26307>

^{vii} Braga e Carlomagno (2018) indicam a relevância das mídias digitais e a consolidação do Facebook nas campanhas municipais, Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220182601>

^{viii} A pesquisa de Barreto (2009) investiga isso a partir dos primeiros pleitos em que se permitia reeleição <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/10982/6849>

^{ix} <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/11/1828257-maioria-dos-prefeitos-candidatos-a-reeleicao-perdeu-disputa.shtml>

^x Foram observados de forma qualitativa e exploratória os conteúdos das fanpages de todo(a)s prefeito(a)s de capitais em julho de 2020, com exceção de Bruno Covas, de São Paulo, cuja fanpage está desatualizada desde abril, e Socorro Neri, de Rio Branco, que não teve fanpage identificada no Facebook.

^{xi} Índice de Transparência da Covid-19 com ranking da Open Knowledge Brasil (OKBR) das UFs e capitais, disponível em: <https://transparenciacovid19.ok.org.br/>

^{xii} Ressalta-se que o texto foi redigido antes do pleito de 2020.

SOBRE A AUTORA

Fernanda Cavassana de Carvalho é pesquisadora pós-doutoranda do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (Lemep) no IESP-UERJ, com bolsa CAPES Brasil, e doutora em Ciência Política pela UFPR.



Se há algo que a experiência da quarentena tem nos mostrado, ao menos no Brasil, é justamente a exacerbação de várias formas de recusa de se lidar com ela como um problema coletivo, que envolve a necessidade de produção de um bem público essencial, e que só pode ser razoavelmente enfrentado por uma intervenção pública minimamente coordenada e responsável.

- Lattman-Weltman

DE ABISMOS E DISSONÂNCIAS: COMUNICAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA(S) (OU, ADEUS ESFERA PÚBLICA)

Fernando Lattman-Weltman

Até aqui não parecem muito claras as consequências da divulgação do vídeo da famigerada reunião ministerial do “governo” em 22 de abril de 2020ⁱ. Não vou entrar na análise dos crimes e absurdos ali expostos e a essa altura talvez até já esquecidos. Pretendo apenas explorar alguns detalhes de tal evento jornalístico, e que me levam agora a compartilhar algumas impressões, ou quem sabe, hipóteses de trabalho futuro.

Acima de tudo, gostaria de chamar atenção para o abismo que separa, de um lado, a expectativa política, juridicamente informada, que parece ter presidido não só a intenção de tornar público aquele espetáculo insólito de “intimidade” do poder – como também a ansiedade midiática em torno de sua exibição e repercussão – e, de outro lado, a inegável autenticidade e convicção com que “sua Excia.” expôs as suas prioridades e quase inacreditáveis percepções acerca da função que exerce, dos valores que lhe são caros, do que entende por lealdade, hierarquia e disciplina (para não mergulhar de vez em outro abismo: o de suas concepções sobre “liberdade”, “democracia”, “ditadura”, etc.).

O mais impactante para mim não foi, portanto, o linguajar ou os modos do chefe, nem a exposição da sinceridade de certos seus ministros. Isso já conhecemos bem e há muito tempo.

Mas sim a constatação, mais uma vez, porém nunca talvez de modo tão direto, de que vai se consolidando uma enorme fratura entre, pelo menos, duas grandes visões de mundo nesse país. Não me arrisco a nomeá-las agora, nem acho que importa tanto, ou caiba, numa hora dessas, fazer grandes esforços conceituais para

tentar caracterizá-las exaustiva ou definitivamente.

Creio apenas que se falam no Brasil de hoje (e provavelmente algures) pelo menos dois dialetos que a despeito de aparentemente usarem o mesmo léxico, traduzem semânticas políticas totalmente diferentes. E o fazem certamente por refletirem abismos políticos, sociais e culturais – senão também comunicacionais – tão grandes ou maiores.

De qualquer modo, para além de seus objetivos imediatos e de suas idiossincrasias pessoais, creio que é um erro fatal subestimar – desculpem a expressão – a “representatividade” da fala de Bolsonaro naquela ocasião.

O ponto central da hipótese – ou provocação – que gostaria de sugerir, contudo, diz menos respeito a tal representatividade e mais ao contexto político e comunicacional geral que me parece estar em jogo aqui: o da eminente – ou talvez já devidamente consumada – extinção da chamada “esfera pública”.

Com efeito, há algumas décadas tive a oportunidade de questionar as premissas e propor uma determinada apropriação pragmatista do conceito habermasiano de “esfera pública” (Lattman-Weltman, 1996). Não vêm ao caso agora lembrar os elementos daquela crítica, mas sim assinalar que apesar de discordar do autor em questão, não obstante julgava útil e importante o conceito, ou melhor, propunha justamente o seu entendimento como palavra-de-ordem, o que significava dar a ele outro aporte e, a rigor, torná-lo ao mesmo tempo menos ambicioso em termos normativos, conferindo-lhe, porém, certa plasticidade e utilidade política imediata.

Como se sabe, a esfera pública (burguesa) de que nos falou Habermas em seu clássico sobre a mudança estrutural da mesma, poderia ser caracterizada como aquele espaço ideal em que um público de pessoas letradas poderia argumentar, debater e deliberar livre e autonomamente, sem hierarquias, interferências ou interditos heteronômicos, independentemente da diversidade e diferenças concretas entre os seus participantes, e no qual os argumentos poderiam se contrapor e se superar “naturalmente” em direção a um patamar ou síntese racionalmente superior ao das parcialidades que conformariam as perspectivas e interesses originais e prévios ao debate. Mais importante, talvez, do que a caracterização ideal precisa do conceito era o fato de que na obra em questão Habermas recapitulava todo o contexto da moderna revolução burguesa a partir do processo histórico de autoconstrução da esfera pública como instituição – ou meta-instituição – essencial da ordem liberal em constante transformação. Ou seja, apontava o potencial re-

volucionário, ou se preferir, emancipatório da esfera pública, ao mesmo tempo em que diagnosticava suas contradições e eventuais desvirtuamentos, mais ou menos intrínsecos (ou dialéticos). A esse respeito, inclusive, era importante distingui-la de outras formas similares, como as inúmeras esferas públicas que a precederam, sem alcançar tais dimensões e propriedades praxiológicas tão especiais, as que seguiam sendo suas contemporâneas – mas igualmente incapazes de portar as mesmas propriedades; como o caso das “esferas públicas plebéias” –, e, finalmente, as que traduziam justamente a sua decadência e sua crise estrutural; em particular, a chamada esfera pública plebiscitário-aclamativa das sociedades burguesas (pós) industriais de meados do século XX, seus monopólios e recursos mercadológicos e persuasivos. Esferas públicas que então somente poderiam nos oferecer simulacros de uma deliberação autônoma autêntica e capaz de produção de sínteses racionais efetivamente transformadoras.

Ora, sem entrar no mérito das altas expectativas filosóficas e políticas depositadas inicialmente no conceito, ou da pertinência maior ou menor da reconstituição histórica da mudança estrutural de Habermas e sua caracterização conceitualⁱⁱⁱ, o que me parece digno de nota, no contexto imediatamente contemporâneo, não é propriamente a inviabilização da esfera pública ideal por seu desvirtuamento plebiscitário-aclamativo. Mas sim a própria impossibilidade sequer do simulacro.

Ou seja, talvez muito mais grave do que a inviabilização do suposto caráter emancipatório da esfera pública por uma simulação de consenso hegemônico produzido por técnicas de propaganda, marketing, e manipulação da informação massificada – a velha *bête noire* da Escola de Frankfurt e sua prolífica prole –, como se fosse tal consenso o resultado de autêntica deliberação de instituições da democracia liberal moderna, é o fato de que não parece mais haver sequer uma interpelação a algo que possa ainda ser chamado de Público, ou equivalente ao que politicamente já conhecêramos como *res publica*.

Dito de outro modo, é como se agora não houvesse nada além de uma miríade de esferas públicas plebéias – ou nem tão “plebéias” assim –, em grande medida incomunicáveis entre si, incapazes de (ou simplesmente indiferentes a) qualquer espécie de síntese (ou simulacro de síntese).

E mesmo que isso não se manifeste necessariamente no plano dos léxicos públicos – já que aparentemente continuamos falando basicamente os mesmos idiomas políticos do passado – não devemos nos iludir com relação à possibilidade real

de comunicação. Pois podemos continuar a falar e a ouvir sobre “democracia”, “liberdade”, “justiça”, “direitos”, “moralidade”, “humanidade”, etc., mas as semânticas são diferentes, quando não diametralmente opostas.

E é provavelmente por isso que a experiência limítrofe da pandemia que estamos vivenciando dificilmente poderá resultar em alguma forma de renovação de valores republicanos. Pelo contrário. Se há algo que a experiência da quarentena tem nos mostrado, ao menos no Brasil, é justamente a exacerbação de várias formas de recusa de se lidar com ela como um problema coletivo, que envolve a necessidade de produção de um bem público essencial, e que só pode ser razoavelmente enfrentado por uma intervenção pública minimamente coordenada e responsável^{iv}. E é claro que não me refiro exclusivamente aos governos (nem nutro qualquer expectativa específica a respeito).

Recapitular como chegamos a esse ponto é algo que obviamente não podemos tentar desenvolver aqui. Basta apontar, contudo, para algumas suspeitas. E para mim é óbvio que a atual revolução tecnológica e comunicacional atual tem muito a nos dizer sobre isso^v.

Seja como for, quando nos defrontamos com as manifestações da outra pandemia – a da nova auto-afirmação orgulhosa e altissonante da ignorância facistóide – torna-se claro que a atual mudança estrutural da esfera pública é bem mais profunda e desafiadora.

Notas

ⁱ Como se sabe, em 22 de maio de 2020, foi divulgado, por determinação do Supremo Tribunal Federal, o vídeo da reunião ministerial do Governo Jair Bolsonaro, realizada no dia 22 de abril, e na qual, segundo o então demissionário Ministro da Justiça, Sergio Moro, o presidente teria manifestado intenção de interferir na Polícia Federal.

ⁱⁱ Não surpreende, portanto, que representantes das hostes bolsonaristas – e seus aliados no Congresso – tenham se manifestado então de modo otimista com relação à repercussão da transmissão e à produção de efeitos contrários à intenção de Sergio Moro e outros de expor e comprometer o presidente com a exibição do vídeo.

ⁱⁱⁱ Já largamente contestadas. Inclusive em outras bases normativas, eventualmente bem distintas da minha própria: ver, por exemplo, Calhoun (1992), e Young (2001).

^{iv} No preciso sentido de aquiescência a uma ética da responsabilidade pública, tal como o uso weberiano clássico do termo.

^v Já explorei o tema antes em Lattman-Weltman, 2015, e 2017.

Referências

CALHOUN, C. (org.). **Habermas and the public sphere**. Cambridge: MIT Press, 1992.

LATTMAN-WELTMAN, F. A “esfera pública”: do conceito à palavra-de-ordem – Notas para uma alternativa pragmatista de intervenção na comunicação política brasileira. **Comunicação & Política**, v. 3, n. 1, p. 60-175, 1996.

LATTMAN-WELTMAN, F. Democracia e revolução tecnológica em tempos de cólera: Influência política midiática e radicalização militante. In: VI Encontro da Compolítica, **Anais...** PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2015.

LATTMAN-WELTMAN, F. Comunicação, opacidade e crise política (ou, Mitologias: eu quero uma pra viver!)” In: C.J.Napolitano, M.M.Vicente & M.C.Soares (Eds.), **Comunicação e cidadania política**, São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2017.

YOUNG, I. M. (2001). Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa”. In: SOUZA, Jessé (org.), **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora UnB, 2001.

SOBRE O AUTOR

Fernando Lattman-Weltman é professor e pesquisador do Instituto de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

“ *Novos públicos se constituem todo dia hoje nas mídias digitais e isso certamente afeta o desenvolvimento democrático das sociedades, inclusive a própria configuração do Estado nação.*

- Ituassu

FIM, TRANSFORMAÇÕES E O ECLIPSE DO PÚBLICO

Arthur Ituassu

No texto anterior deste Especial, promovido pela COMPOLÍTICA, Lattman-Weltman sugeriu uma hipótese centrada na ideia de “extinção da esfera pública”, como interpretação da Comunicação Política no Brasil contemporâneo. Na verdade, como o próprio autor afirma, “não é propriamente a inviabilização da esfera pública ideal por seu desvirtuamento plebiscitário-aclamativo. Mas sim a própria impossibilidade sequer do simulacro”. Para Lattman-Weltman, “é como se agora não houvesse nada além de uma miríade de esferas públicas plebeias – ou nem tão “plebeias” assim –, em grande medida incomunicáveis entre si, incapazes de (ou simplesmente indiferentes a) qualquer espécie de síntese (ou simulacro de síntese)”.

O texto desenvolve sua hipótese em relação à noção de esfera pública de Habermas e termina fazendo referência a uma mudança estrutural “profunda e desafiadora”, sobre a qual “a atual revolução tecnológica e comunicacional” nos tem muito a dizer. Sem tratar especificamente do argumento de Lattman-Weltman, esta edição pretende lidar com a mesma questão, mas a partir da perspectiva de John Dewey (1927) e sua noção de “eclipse do público”.

Como afirmou Dewey, em *The Public and its Problems: An Essay in Political Inquiry* (ainda sem tradução para o português): “Consequências indiretas, extensas e duradouras de práticas coletivas e interativas chamam a existência de um público, que se reúne com o interesse comum de controlar essas mesmas consequências indiretas”¹. Segundo o autor, é importante notar, os regimes institucionais teriam sua origem dependente da formação do público, que se constitui na comunicação,

estabelecendo assim uma relação específica sobre comunicação e política ou comunicação e democracia.

No entanto, para Dewey, “a era das máquinas enormemente se expandiu, multiplicou, intensificou e complicou o alcance dessas consequências indiretas, de modo que o público não mais se distingue ou se identifica”. A essa condição denominou, em 1927, nos Estados Unidos, de “o eclipse do público”, quando o autor chega a concordar com o diagnóstico (mas não a receita) de Walter Lippmann (1922) e seu *Opinião Pública*, uma interpretação “realista” da falência que poderia advir de uma comunidade política dirigida pela sociedade de massa moderna e seus “estereótipos”. Como se sabe, os dois autores estabeleceram um dos debates mais importantes da literatura especializada de opinião pública e comunicação política.

Obviamente, dos anos 1920, nos Estados Unidos, para cá, as tecnologias de comunicação sofreram brutal transformação, em especial mais recentemente com a disseminação das mídias digitais. Nesse sentido, uma forma de interpretar o cenário contemporâneo, a partir da ótica de Dewey, se constitui da reflexão se haveria ou não uma intensificação do “eclipse”, com o desenvolvimento tecnológico.

Philip Howard (2006), por exemplo, em *New Media Campaigns and the Managed Citizen*, sugere que a preocupação da Ciência Política com a “tirania da maioria” teria perdido sentido agora que as plataformas políticas têm crescentemente se mostrado mais eficientes em criar minorias. No mesmo contexto, Jan-Werner Müller, em texto ainda inédito, argumenta que a lógica algorítmica da esfera digital parece levar a um tipo de “*narrow mindness*” (reduccionismo epistêmico), com a redução do contato do cidadão com visões diversificadas – diferentes das suas – sobre temas públicos, essencial, segundo o autor, para o próprio desenvolvimento democrático.

Sem discordar de nenhum dos autores mencionados, faz-se aqui a sugestão de pensarmos o presente menos na forma de um fim e mais como transformação. Afinal, público e opinião pública se transformam na medida em que esses processos político-comunicacionais são afetados pelas novas tecnologias. Novos públicos se constituem todo dia hoje nas mídias digitais e isso certamente afeta o desenvolvimento democrático das sociedades, inclusive a própria configuração do Estado nação. Nesse contexto, abdicar de entender a transformação é abrir mão de refletir sobre suas consequências.

Notas

ⁱ Traduções minhas.

Referências

DEWEY, J. **The Public and Its Problems: An Essay in Political Inquiry**. University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania University Press, 1927.

HOWARD, P. N. **New Media Campaigns and the Managed Citizen**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017[1922].

MULLER, J. W. **Democracy and a Changing Public Sphere**. No prelo.

SOBRE O AUTOR

Arthur Ituassu é professor de Comunicação Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

A teal-colored double quote icon consisting of two curved lines facing each other.

O impulso para buscar entendimentos e acordos a fim de encontrar modos de vida em comum é também um motor poderoso da nossa história, e tende a funcionar como contratendência para frear as pulsões de morte por fragmentação e incapacidade de comunicação.

- Gomes

DEU TILT NA ESFERA PÚBLICA?

Wilson Gomes

Deu tilt na esfera pública! Como esta metáfora dos idos do fliperama pode não ser reconhecida pelos mais jovens, traduzo: deu erro na esfera pública, travou o sistema. Pelo menos essa me parece a tese central, publicada há pouco neste mesmo espaço, do querido amigo professor Lattman-Weltman, há anos um relutante habermasiano desejoso de se juntar às legiões deliberativas mineiro-frankfurtianas. Como Lattman-Weltman chegou a esta intrigante conclusão? Partindo da famigerada “reunião ministerial” de 22 de abril do governo Bolsonaro, constata assombrado uma enorme “fratura” de visões de mundo entre os Comensais da Morte daquele macabro simpósio e os outros. Os “trouxas”, eu diria, se duas alusões a Harry Potter na mesma sentença não fosse provocação demais para o meu prussiano amigo.

Tergiverso. Voltemos ao ponto.

Lattman-Weltman fala de “fratura”, mas também de “abismos” e “dissonâncias”, de dois idiomas em circulação simultânea, de “inviabilização” e “impossibilidade” de comunicação, e, enfim, da “extinção da esfera pública”. Acalmem-se, todavia, os precipitados neo-habermasianos. Não há aqui propriamente investimento contra a ideia de esfera pública, mas um lamento pelo fato de que, não importa como essa noção seja definida afinal, alguma coisa nas circunstâncias políticas atuais no Brasil está destruindo, se não já o fez, as condições mesmas da existência do fenômeno da esfera pública. Não é que o conceito seja ruim, ao que entendi, é que a existência mesma da possibilidade de comunicação alargada entre os cidadãos, de deliberação pública ou de produção discursiva coletiva sobre “o comum” parece-lhe impossibilitada. Lattman-Weltman não o diz, mas é como se passássemos da metáfora do mercado livre

de ideias, em que a diversidade e o atrito são essenciais, mas não se pode impedir o entendimento recíproco, para uma outra metáfora, de um universo de mônadas, de leibnitziana memória. Uma mônada, como se sabe, não tem janelas.

O Brasil, de fato, se tornou nos últimos anos um país em que qualquer pessimismo tem se provado não ser radical o bastante. De forma que compreendo o sentimento geral que domina o texto de Lattman-Weltman, um racionalista-realista da melhor cepa que agora se vê desarmado diante de um muro por meio do qual uma parte da sociedade brasileira se isolou da outra. É um muro cognitivo, tijolo por tijolo de um ceticismo com foco e propósito. Trata-se, portanto, do muro da impossibilidade de comunicação. Atrás do fosso e dentro das muralhas se distribuem e compartilham, por contrastes, credulidades desconcertantes, dogmas improváveis, mas também posições existenciais, visões de mundo, amor e reconhecimento, em suma, identidades. É um muro identitário. Extramuros não há comunicação autêntica porque é vedado levar em consideração o que o outro diz, é proibido mudar de ideia, é ilícito pôr-se no lugar do interlocutor, é inaceitável admitir que ele fala de boa-fé e que algum dos seus argumentos seja, se não verdadeiro, ao menos razoável.

Zurück zu Leibniz?

Não, não seria, portanto, apenas o fim da “esfera pública”, mas da razão comunicativa, da deliberação pública, do uso público da razão, do mercado liberal de ideias, ou de qualquer coisa que Habermas, Rawls, Kant ou Mill, dentre outros, tenha inventado como categoria para sustentar que em uma vida pública saudável as pessoas precisam minimamente se entender sobre os negócios públicos. Ou, dito à moda kantiana, a negação de que modos de vida politicamente legítimos e eticamente relevantes são aqueles em que as pessoas se envolvem em disputas argumentativas públicas, por meios das quais lidam com as divergências e com as preocupações da sua vida íntima e particular, submetendo-os à consideração dos demais cidadãos. De forma que na Arena Lattman-Weltman, ao fim da partida, assinala-se, o melancólico placar de Gottfried Leibniz 7 x 1 Immanuel Kant. Jürgen Habermas, contundido, nem jogou.

Mas será mesmo para tanto? A ideia de uma troca pública de razões (que depois vai virar algumas coisas diferentes nas mãos de John Rawls, nas quatro ou cinco versões do conceito por Jürgen Habermas, e na turma da Democracia Deliberativa) descreve, finalmente, apenas uma quimera, como parece ao autor que

comentamos? Será mesmo que a razão pública travou e o jogo precisará ser reiniciado, se é que já não o foi? Vejamos.

Concordo com o mestre Lattman-Weltman que vivemos um momento com baixíssimas chances de compreensão entre facções políticas. Ou de que há poucos empreendedores políticos interessados em construir pontes pelo menos para um entendimento mínimo do que poderia esboçar um espaço comum de intercomunicação. Eu diria, além disso, que há pouco interesse manifesto nas bases de uma comunicação voltada para algum entendimento simplesmente porque se chegou a um momento em que relutamos até mesmo em aceitar o direito de o outro existir, quanto mais de admitir o seu direito de falar e de apresentar reivindicações.

Mas isso inviabilizaria uma “comunidade de comunicação” (para usar uma interessante expressão do “amigo de Habermas”, Karl-Otto Apel) apenas se de fato se tratasse de uma cisão fundamental entre duas porções semelhantes, em tamanho e hegemonia, da nossa sociedade. Dito de forma simples, a sugestão de dualismo de Lattman-Weltman é provavelmente a minha primeira diferença do velho amigo. Mas será verdade?

Dando nome aos bois

Embora tenhamos como nunca muitos grupos radicalizados, e cada vez mais sectários, na nossa sociedade, acho que apenas o bolsonarismo é um movimento social relevante do ponto de vista político e demográfico. Na verdade, por mais que os novos identitarismos de esquerda tenham fragmentado a comunidade política em seitas em desesperada e acelerada busca por compactação e isolamento, ainda permanece uma linguagem comum e alguns princípios compartilhados que permitem níveis produtivos de argumentação pública. Há ressentimento e há uma indisfarçável busca por conflito (“a treta ou a vida”), mas mesmo as estratégias de produção de constrangimento, de cancelamentos e assédios passam por argumentos e princípios que os outros precisam entender e compartilhar para que tais estratégias possam funcionar. Não se pode constranger sem uma língua comum e sem valores compartilhados.

E mesmo a evidente radicalização do lulismo, a que assistimos, não torna impossível a comunicação por cima dos muros entre os de dentro e os de fora. Por mais que adote uma retórica do ressentimento e algum nível de satanização do outro, o dialeto lulista que esta gente fala é genuinamente da cepa linguística do Iluminismo, do marxismo popular e do Humanismo cristão. Que sempre foi a lín-

gua franca da esquerda e do centro do espectro político.

Da inegável sectarização à esquerda, com a sôfrega formação de comunidades autônomas, ciosas da diferença que representam e dedicadas a construir e reforçar muralhas, por mais paradoxal que seja, não resulta a impossibilidade do entendimento com os que estão fora do mundo. Não estou evidentemente falando em compreensão/entendimento no sentido de indulgência, de um acolhimento benevolente das razões do outro, de complacência e tolerância, posto que no estágio atual das lutas identitárias estão todos estocando gasolina e amolando facas. Mas me refiro ao sentido intelectual de entendimento, de decifrar o que o outro diz, de discernir as suas razões. Portanto, trata-se de cognição, inteligência, conhecimento e reconhecimento do outro, do que ele diz, das suas reivindicações, da sua perspectiva.

Onde a busca por entendimento fatalmente fracassa é nesta forma identitária da extrema-direita que é o bolsonarismo. Sim, o bolsonarismo compartilha com os identitários de esquerda muitas das suas atitudes intelectuais e morais: vitimização (“somos uma minoria hétero, cercada de gays por todos os lados”), simplificação de toda a vivacidade extramuros (é tudo esquerdismo sistêmico ou opressão estrutural da direita), demonização moral do outro, gosto por teorias da conspiração, adoção dogmática de uma epistemologia tribal (“só é verdade o que dizem os nossos”) casada com um consistente *heteroceticismo* (“tudo o que eles dizem há de ser mentira”), a desconfiança com quem hesita ou quer deixar uma porta entreaberta, fartas recompensas para quem se radicaliza e para quem queima os navios. Só que tudo exacerbado, extremado, considerando que a tolerância, isto é, o reconhecimento de que o outro não pode nem deve ser eliminado, não é um dos seus valores.

Além disso, como há um sentido de vitória, de que estão avançando (o vitimismo revanchista da direita x o vitimismo derrotista da esquerda), há a sensação de que se está naquela fase da guerra em que o inimigo ainda pode ser convertido à força ou passado no fio da espada. É só uma questão de tempo ou persistência. Neste caso, a comunicação voltada para o entendimento, na segunda acepção apresentada acima, não faz sentido. O outro, fora dos muros, não nos chega como um discurso, mas como um barulho caótico e desagradável, como algazarra e gritaria, como uma balbúrdia, chata e indesejável, mas, felizmente, provisória.

Assim é claro que, desse ponto de vista, uma ação comunicativa voltada para o entendimento não emerge como um *desideratum* social. Para a seita, para a tribo,

para a identidade é bastante reforçar o idioleto que adotamos, não há ganhos em uma língua comum. Construir pontes, no nível dos códigos ou da construção de consensos, não é uma prioridade superior a reforçar as muralhas. Neste preciso sentido é que Lattman-Weltman teria razão, uma esfera do comum, a esfera pública, torna-se irrelevante quando as pessoas não precisam mais se entender porque um lado espera poder reduzir o outro ao silêncio ou aniquilação. Neste sentido, por outro lado, a impossibilidade da esfera pública só poderia significar que regredimos a uma fase civilizatória antes que a tolerância fosse adotada como o melhor princípio para se edificar comunidades políticas baseadas na paz e na pluralidade. Retrocedemos à fase da luta de todos contra todos.

Isto, porém, é a visão de mundo do bolsonarismo e não necessariamente a nova condição social da vida pública nacional. Não é um projeto sustentável em longo prazo, a não ser que uma ditadura instaure uma nova paz social à base de morte e tortura. Não é este o caso. Ainda mais que o identitarismo de direita é demograficamente minoritário e politicamente montado por meio de partes costuradas apressadamente devido à urgência de surfar o antipetismo de 2018. Mas a criatura de Frankenstein resultante agora se despedaça a olhos vistos.

Sim, é fato que os sectarismos, de direita e de esquerda, não parecem estar apenas de visita na nossa cambaleante democracia, mas isso não quer dizer que estamos condenados a nos despedaçar em comunidades de ódio recíproco e ressentimento. O impulso para buscar entendimentos e acordos a fim de encontrar modos de vida em comum é também um motor poderoso da nossa história, e tende a funcionar como contratendência para frear as pulsões de morte por fragmentação e incapacidade de comunicação.

Neste sentido, considero que a situação-limite esboçada por Lattman-Weltman se pretenda um experimento mental elegante criado pelo *maître à penser* carioca para nos descrever o abismo à beira do qual dançamos perigosamente um tango. Só nos resta esconjurar o cenário apresentado: *Dahls é mais!*

SOBRE O AUTOR

Wilson Gomes é Professor Titular da UFBA e Coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD).

“ *Muito mais importante para mim do que discutir o destino do conceito de “esfera pública”, ou diagnosticar peremptória e exaustivamente o impacto das novas mídias no contexto crítico atual (debate obviamente fundamental, mas que não cabia mesmo abordar então), era destacar a importância de se compreender as linhas gerais (e creio que abissais) do contexto político – e (também) comunicacional – contemporâneo.*

- *Lattman-Weltman*

DO DIÁLOGO IMPOSSÍVEL ÀS PONTES COMUNICATIVAS ("E O PULSO AINDA PULSA")*

Fernando Lattman-Weltman

Em diálogo com meu pequeno ensaio publicado nesta coletânea, meus queridos colegas Arthur Ituassu e Wilson Gomes nos brindam com belas aulas e ensaios sobre as transformações do Público e da (in)comunicação na contemporaneidade, sugerindo, inclusive, novas leituras e re-leituras a partir da minha provocação original, e que certamente contribuem para manter o debate mais interessante e em alto nível.

Cabe-me apenas fazer alguns esclarecimentos (e quem sabe, contribuir para manter o debate em aberto para outros desdobramentos).

Começando pelo segundo, o comentário de Wilson "Dumbledore" Gomes, acho que ele me oferece algumas carapuças interessantes – "racionalista/realista da melhor cepa" – com as quais não consigo me identificar totalmente, apesar de minhas eventuais contradições performativas, mas que obviamente de modo algum me ofendem (afinal, do jeito que as coisas andam, ainda é melhor ser confundido com um "relutante habermasiano desejoso de se juntar às legiões deliberativas mineiro-frankfurtianas" do que com certas alternativas filosóficas hoje mais populares e *up-to-date*...).

Mas o importante é reconhecer que se por um lado sigo me perfilando eticamente neste mesmo lado de cá do muro – ou abismo – frequentado há muito, e coerentemente, por Meister Gomes (embora talvez não necessariamente com as mesmas perspectivas políticas ou partidárias mais circunstanciais), por outro, continuo achando que há algumas diferenças mais ou menos sutis, mas importantes, entre minhas hipóteses – confesso, algo apocalípticas – sobre o cenário comunica-

cional contemporâneo, e a visão “integrada”, porém crítica, com que ele ainda enxerga luz no fim do túnel do corrente diálogo de surdos. Acima de tudo, talvez não tenha deixado suficientemente claro em meu esboço, que ao contrário de Gomes, o fulcro do problema para mim é menos filosófico, ético ou cognitivo – tal como ele brilhantemente desenvolve em sua réplica – do que pura e propriamente civilizacional e, portanto, político em sentido mais radical. Em suma: a maré está muito mais para Carl Schmitt do que para Robert A. Dahl...

Arthur Ituassu também parece compartilhar de visões mais otimistas sobre o contexto comunicacional. Nada intrinsecamente contra.

Ao final de seu texto, porém, não fiquei bem certo se ele sugere que eu não estaria assim tão interessado em realmente entender a transformação da comunicação em curso, apenas decretando peremptoriamente o fim da “esfera pública”. Se for mesmo este o sentido que pretendeu dar a seu último parágrafo, fico feliz de constatar ao menos que também aqui minha provocação funcionou.

Quanto a não procurar entender, esclareço que obviamente não se trata disso.

Se não, por que provocar? Ou seja, mais um objetivo alcançado com o texto (e com lucro, graças aos colegas).

Mas o que realmente me importava quando escrevi o artigo era atentar para o que chamei de abismo, ou abismos de sentido no “diálogo” “público” contemporâneo, e de suas implicações políticas, teóricas e conceituais mais gerais.

Nesse sentido, é muito interessante perceber que ao invocar Dewey e Lippmann, o colega da Gávea faz feliz referência a um debate e a um contexto histórico de cerca de um século atrás, em que, não por acaso (e com evidente importância para a nossa reflexão atual), o mundo vivia os processos inegavelmente relacionados de certa revolução tecnológica – com o advento do rádio, dos cinejornais, e do progresso das novas técnicas de propaganda massificada –, e de crise da democracia liberal, com o avanço das forças radicais e opostas do comunismo (soviético) e do fascismo.

Ou seja, muito mais importante para mim do que discutir o destino do conceito de “esfera pública”, ou diagnosticar peremptória e exaustivamente o impacto das novas mídias no contexto crítico atual (debate obviamente fundamental, mas que não cabia mesmo abordar então), era destacar a importância de se compreender as linhas gerais (e creio que abissais) do contexto político – e (também) comunicacional – contemporâneo, para além de sua fenomenologia mais imediata ou circunscrita.

Afinal, um dos problemas que, acredito, aflige muitos dos argumentos da área de comunicação política hoje (mas não só ela) – e de modo algum me refiro aqui especificamente aos colegas – é que sobra comunicação, e muitas vezes com alto rigor de análise e pesquisa. Mas sinto falta de um pouco de imaginação e consequência políticas mais amplas, que não a de questões e contextos mais ou menos microscópicos, ou de pura e simples denúncia, excessivamente normativa, acadêmica ou (proto)partidária.

Mas isso já é outra provocação...

**Título e artigo são de responsabilidade do autor.*

SOBRE O AUTOR

Fernando Lattman-Weltman é professor e pesquisador do Instituto de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

ISBN: 978-65-992120-2-4

CBL



9 786599 212024

A coletânea reúne um conjunto de breves ensaios, originalmente publicados no boletim eletrônico Especial Coronavírus, divulgado aos membros da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica). Os textos abordam diferentes temáticas associadas à interface entre comunicação e política no contexto da pandemia de Covid-19, e foram produzidos por pesquisadores de diversas instituições, a convite da Compolítica. São reflexões acerca das diferentes disputas políticas nos ambientes político e comunicacional, que surgiram ou mesmo foram acirradas pelos efeitos da pandemia, incluindo os diversos conflitos entre o governo Bolsonaro e os outros poderes institucionais e locais e as contendas do governo federal com agentes do jornalismo profissional e outros atores da sociedade civil. Todo esse cenário de contestação e disputas, envoltos em um contexto de isolamento social, advento de novos discursos e atitudes populistas – incluindo o negacionismo científico, de alta circulação de informação e desinformação pelas tecnologias digitais e de alguns dos possíveis impactos desses elementos no ambiente democrático, são pontos debatidos pelos ensaios presentes nesta coletânea.

ISBN: 978-65-992120-2-4

CDL



9 786599 212024